INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

LUCIANA ARAUJO BONUTI

MEU JARDIM VIROU PRAÇA:
Olhares locais sobre Tiradentes/MG

Rio de Janeiro

2017

LUCIANA ARAUJO BONUTI

MEU JARDIM VIROU PRAÇA:

Olhares locais sobre Tiradentes/MG

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profª. Drª. Joseane Paiva Macedo Brandão

Rio de Janeiro

2017

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional do Escritório Técnico do IPHAN em Tiradentes.

B722m Bonuti, Luciana Araujo.
Meu jardim virou praça: olhares locais sobre Tiradentes MG / Luciana Araujo Bonuti - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2017.

168 f.: il.

Orientadora: Joseane Paiva Macedo Brandão.

Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2017.

1. Patrimônio Cultural. 2. Preservação – Interdisciplinaridade. I. Brandão, Joseane Paiva Macedo. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.69098151

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Luciana Araujo Bonuti

"Meu jardim virou praça: olhares locais sobre Tiradentes/MG"

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2017.

Banca examinadora

Professora Dra. Joseane Paiva Macedo Brandão (orientadora)

Alba Nélida de Mendonça Bispo (supervisora) – ET-IPHAN Tiradentes/MG

Professora Dra. Lia Motta – PEP/MP/IPHAN

Professora Dra. Liziane Peres Mangili – UFSJ

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido durante a produção deste trabalho foi intenso e não teria sido possível concluir esta etapa sem a ajuda de parcerias fundamentais. Agradeço a toda equipe do Escritório Técnico de Tiradentes, em especial, ao Olinto, Cidinha, Sandra e Arthur pelos ensinamentos e companheirismo nesses dois anos de trabalho. À ex-supervisora e amiga Alba, sempre disponível para a troca de ideias sobre patrimônio, sobre Tiradentes e sobre a vida – esse trabalho é fruto, também, do seu empenho e vontade de conhecimento.

Agradeço aos professores e toda a equipe da COPEDOC pela presteza e por compartilhar tanta experiência e sabedoria. À professora Joseane, obrigada pela confiança, disponibilidade e paciência.

Aos meus companheiros da turma do PEP de 2014 e amigos do "Big PEP", vocês foram fundamentais e são, certamente, o melhor resultado desta pesquisa. Lidiane e Déborah, obrigada por não me deixarem desistir, pelas palavras certas nos momentos que tanto precisei.

Aos amigos que, de longe, torceram (muito) por mim, trazendo uma tão necessária leveza para o cotidiano: cobrinhas, Natália, Deborah e Tati. Sigamos sempre juntos.

À minha família, obrigada pelo incentivo e o apoio sempre presentes. À minha mãe, pelo exemplo que me guia, pelas palavras e gestos de incentivo. Aos meus sobrinhos pela alegria.

Ao meu companheiro Rafael, que andou comigo nesse percurso da vida, nos dias de sol e naqueles de sombra, me fazendo acreditar que era possível, sempre. Sem o seu apoio, esta dissertação não seria possível.

À desafiante e encantadora cidade de Tiradentes, na qual me encontrei e me perdi por diversas vezes.

RESUMO

O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes, em Minas Gerais, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN é, atualmente, contextualizado como sítio histórico gentrificado, ainda que preservado. A cidade tornou-se importante polo turístico da região e passou, nas ultimas décadas do século XX e início do novo século, por modificações intensas em sua estrutura física, econômica e social. Este trabalho se propõe a apreender alguns olhares sobre a cidade e sobre seu patrimônio cultural no contexto de tais transformações, buscando, sobretudo, as perspectivas daqueles que vivem o lugar no seu cotidiano. Dessa forma, essa pesquisa tem como objetivo levantar questões para repensar o próprio patrimônio cultural e contribuir para a discussão da preservação das áreas urbanas tombadas.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Tiradentes; Preservação; Conjunto Urbano Tombado.

ABSTRACT

The Architectural and Urbanistic Complex of Tiradentes in Minas Gerais, listed by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (National Institute of Historical and Artistic Heritage) is nowadays contextualized as a gentrified historical site, although preserved. The city became an important tourist focal point in the region and, in the last decades of the 20th century and beginning of the new century, has undergone intense changes in its physical, economic and social structure. This work intends to apprehend some views about the city and its cultural heritage in the context of such transformations, seeking the perspectives of those who live the place in their daily lives. This research intend raise questions to rethink the cultural heritage and contribute to the discussion of the preservation of historical urban centre.

Palavras-chave: Cultural Heritage; Tiradentes; Preservation; Historical urban centre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Procissão na Rua Direita. Autoria desconhecida	26
Figura 2 -	Procissão saindo da Igreja da Santíssima Trindade. Fotografia de 1939	27
Figura 3 -	Rua do Chafariz em foto de 1948.	53
Figura 4 -	Rua Direita. Sem data	53
Figura 5 -	Foto do núcleo setecentista anterior à década de 1940	54
Figura 6 -	Foto do núcleo setecentista de 1921	54
Figura 7 -	Rua Resende Costa e sobrado hoje pertencente à Prefeitura Municipal. Foto anterior à década de 1940	55
Figura 8 -	Vista panorâmica dos elementos construídos do centro histórico e vazios da paisagem natural, a partir da Igreja de São Francisco de Paula	67
Figura 9 -	Setores de preservação delimitados pelas normas de preservação de Tiradentes	68
Figura 10 -	Frente do convite da exposição sobre o inventário	70
Figura 11 -	Verso do convite da exposição sobre o inventário	71
Figura 12 -	Imagem do folheto distribuído para crianças e comunidade	72
Figura 13 -	Imagem da exposição datada de novembro de 1994	73
Figura 14 -	Rua da Câmara em 1992 com obras no casario	79
Figura 15 -	Mapa de delimitação da área de atuação do Iphan em Tiradentes/MG segundo o Inbi/Su	86

Figura 16 -	Figura 16 - Estudos do Projeto do Burle Marx para o Largo das Forras de 1987	88
Figura 17 -	Imagem antiga do Largo das Forras. À esquerda Capela de Bom Jesus da Pobreza e à direita o sobrado onde hoje é a Prefeitura Municipal	89
Figura 18 -	Vista do Largo das Forras 1940 com o sobrado onde hoje é a Prefeitura Municipal ao fundo	90
Figura 19 -	Reprodução da fachada de projetos aprovados pelo Iphan em 27/10/1969 e 30/06/1970	92
Figura 20 -	Foto da edificação situada às Margens do Ribeiro Santo Antônio	93
Figura 21 -	Faces de quadra do entorno do Largo das Forras (2016)	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Perfil dos entrevistados	102
Tabela 2 -	Olhares sobre o patrimônio em Tiradentes	104
Tabela 3 -	Olhares sobre a valorização do patrimônio	108
Tabela 4 -	Médias salariais dos trabalhadores no setor do turismo de Tiradentes, da região central e total do estado de Minas Gerais (R$)	112
Tabela 5 -	Número de estabelecimentos no setor de Turismo	114
Tabela 6 -	Características percebidas da cidade	117
Tabela 7 -	Características percebidas do Largo das Forras	117
Tabela 8 -	Os eventos e disputas pela centralidade no Largo das Forras	126

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

CINTERFOR	Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
FNpM	Fundação Nacional pró-Memória
INBI-SU	Inventário Nacional de Sítios Urbanos Tombados
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PEP-MP	Mestrado Profissional em Preservação Cultural
SAT	Sociedade dos Amigos de Tiradentes
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1 NARRATIVAS SOBRE A CIDADE: TRANSFORMAÇÕES EM TIRADENTES/MG 21

1.1 De cidade ruína a cidade turística 25

1.2 Os Projetos de Revitalização da cidade 39

2 NARRATIVAS SOBRE O PATRIMÔNIO: AS CIDADES TOMBADAS 49

2.1 O tombamento e o desenvolvimento econômico 52

2.2 A cidade documento 60

2.3 O INBI/SU em Tiradentes e as diretrizes de preservação 64

2.4 A valorização do patrimônio urbano como mercadoria 80

3 MAPEANDO SIGNIFICADOS 84

3.1 O Largo das Forras como objeto de análise 85

3.2 Metodologia das entrevistas, procedimentos e categorias identificadas 98

3.3 Construções de sentido sobre o Largo das Forras 103

CONSIDERAÇÕES FINAIS 128

REFERÊNCIAS 132

APÊNDICES 137

INTRODUÇÃO

A ocupação territorial e urbana de Tiradentes, em Minas Gerais, remonta ao período colonial e foi impulsionada, em sua origem, pela atividade de extração do ouro. Pesquisas sobre a formação da cidade[1] indicam que o agrupamento de garimpeiros na região surgiu com a identificação de reservas auríferas no início do século XVIII e, já em janeiro de 1718, o que era apenas um arraial passa a compor a segunda vila do Rio das Mortes com o nome de São José del-Rei. A vila se estabeleceu ao longo da estrada que vinha de São João Del Rei com direção à Prados. Seus monumentos religiosos e civis atualmente consagrados são datados do século XVIII, sendo suas últimas décadas marcadas pela decadência da mineração e início de um longo período de retração econômica. No século XIX, ocorreram algumas tentativas de recuperação da economia com a instalação da companhia mineradora inglesa e a chegada da Estrada de Ferro Oeste de Minas. No entanto, as primeiras décadas do século XX são descritas como período de população reduzida, casas arruinadas e economia a base de atividades agropecuárias. A cidade, que se desenvolveu ao pé da serra de São José e às margens do Rio das Mortes, manteve, dessa forma, algumas de suas características territoriais por mais de três séculos, que permaneceram na forma e na paisagem local.

Tiradentes foi consagrada como patrimônio nacional pelo recém-instituído Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)[2] no ano de 1938, quando seu conjunto arquitetônico e urbanístico foi tombado e inscrito no livro de Belas Artes. O centro urbano chegou ao século XX muito próximo do que era a antiga vila de ambiência barroca e, dessa forma, a proteção legal enfatizava, justamente, o conjunto conformado pelo casario setecentista pontuado pelos monumentos isolados. Era para o seu patrimônio de pedra e cal de origem colonial e portuguesa que se voltavam os interesses da preservação. Ainda que valorada como patrimônio cultural da nação, as modificações no espaço urbano da cidade seriam limitadas e pontuais e sua economia só viria a crescer com a valorização do patrimônio pela atividade turística, que se acentuou nas últimas décadas do século XX. O local se tornou um importante polo turístico da região e passou por modificações em sua estrutura física, social e econômica. Com a chegada do novo milênio, a área central do município se volta para um destino turístico de luxo com a produção de espaços e cenários cada vez mais

[1] Santos Filho (1989;2012;2015).
[2] Atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nomenclatura que vamos adotar nesse estudo ao nos referenciarmos ao órgão do governo federal.

espetacularizados e marcados pela presença de restaurantes estrelados, hotéis de luxo, museus de linguagem sofisticada e eventos de grande repercussão comercial. O perfil municipal traçado para a elaboração do plano diretor municipal nos informa que, para a economia de Tiradentes, o setor do turismo representa, atualmente, uma atividade estratégica pela quantidade e diversidade de serviços envolvidos, pelo impacto produzido sobre os mais variados setores da economia e, ainda, pela sua capacidade de gerar postos de trabalho e renda (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014a).

As primeiras leituras feitas no âmbito do mestrado profissional mostram um eixo de pesquisa que foca na transformação da cidade ruína em cidade turística. Por esta senda, os trabalhos tratam da chegada de novos atores, das revitalizações das estruturas arquitetônicas e urbanísticas, da saída de antigos moradores da área central, da inserção de novos usos, da especulação imobiliária, da formação de novas periferias, etc. Ao abordar tais processos, estas pesquisas inserem a pequena cidade mineira em um contexto global dos estudos urbanos, cujos conceitos, como gentrificação, marketing urbano, planejamento estratégico e mercadorização do patrimônio cultural, explicam, ou tentam explicar, as complexas dinâmicas locais. Notadamente, são identificadas categorias – população, empresários, poder público local, turistas, Iphan – muitas vezes dualizadas entre prejudicados versus beneficiados pelas mudanças ocorridas. Entretanto, na vivência cotidiana da cidade ao longo do mestrado profissional e participando das atividades que proporcionavam contato entre os técnicos do Iphan e a comunidade, é perceptível que tais categorias são compostas por atores sociais que, muitas vezes, não se incluem nas dualidades apresentadas, existindo diferentes identidades possíveis: empresários moradores da área central, antigos moradores técnicos do Iphan, membros do poder público que também são empresários, etc. Dessa maneira, os papéis que representam são múltiplos e os interesses diversos.

A nossa proposta, então, é derivar desses campos de análises mais totais sobre a cidade e chegar aos olhares locais, tentando alcançar os atores que, hoje, vivenciam a cidade no seu cotidiano, com suas múltiplas identidades e interesses. Propusemos-nos a somar novas narrativas, ainda que sobre as mesmas temáticas, para possibilitar a compreensão de outros ângulos da cidade atual, investigando a percepção desses atores sobre o patrimônio local e a cidade que experienciam. Em nossa perspectiva, tal aproximação de diferentes percepções é fundamental para o diálogo necessário no campo da preservação e permite políticas mais alinhadas não apenas com a primordial proteção dos bens culturais, mas com os interesses

daqueles que os detêm. Pretendemos partir do olhar amplo e geral, *de fora* e *de longe*, para o olhar *de dentro* e *de perto*.

Pressupostos para o entendimento da cidade, de perto e plural.

Para a compreensão da cidade, partimos do entendimento apresentado por José Cantor Magnani (1998; 2002; 2009) de que os estudos urbanos podem ser agrupados sob dois enfoques possíveis: o olhar *de fora* e *de longe* e sua antítese, o olhar *de perto* e *de dentro*. Para o autor, o olhar distanciado apresenta abordagens sobre a questão da cidade indispensáveis para ampliar os horizontes de análise e complementar as perspectivas, mas é incapaz de esgotar as possibilidades. Nesse sentido, os enfoques correntes mais gerais sobre a questão urbana contemplam estudos dos processos de urbanização que o autor divide em grandes blocos: uma destas possibilidades de investigação leva às discussões sobre os efeitos da globalização, da gentrificação e das revitalizações empreendidas na gestão da cidade[3]. Tal enfoque é recorrente nos ensaios acadêmicos sobre Tiradentes, cujo recorte recai nas transformações locais que ocorreram nas últimas décadas do século XX e início do XXI: investimento da cidade em uma marca local distintiva para torna-la competitiva na atração de capital; promoção de parcerias entre o poder público e privado nas renovações urbanas, promovendo a revitalização de espaços degradados com a proposição de novos usos; e a adequação dos espaços como lugares de consumo, transformando os valores locais em mercadorias a serem consumidas. É nesta perspectiva que se delimita o campo da dinâmica urbana contemporânea que fornece, conceitualmente, os elementos necessários para a compreensão de algumas cidades e, nesse contexto, também de Tiradentes, ainda que esta não possa ser enquadrada como uma grande metrópole.

Magnani (2002) ressalta que não é possível negar os diagnósticos: as forças econômicas, a lógica do mercado, as decisões dos investidores e planejadores, as injunções das elites locais nos sistemas decisórios sobre o ordenamento urbano e sua influência nas condições de vida da população são fatores intrínsecos às cidades contemporâneas. Entretanto, esse cenário não esgotaria o leque das experiências urbanas, sendo possível chegar a outras conclusões e desvelar outros planos, mudando o foco de análise – o olhar *de perto* e *de dentro*. Sua proposta parte da especificidade do conhecimento trabalhado pela etnografia:

[3] Para tratar das leituras urbanas pós-modernas, o autor recorre às discussões já elaboradas por Sharon Zukin, Carlos Vainer e Otília Arantes.

captar determinados aspectos da dinâmica urbana que passariam despercebidos se enquadrados exclusivamente pelo enfoque das visões macro e dos grandes números. Contudo, o que queremos destacar é mais um modo de apreensão da etnografia do que suas várias técnicas e conjuntos de procedimentos. O que se pretende com o olhar *de perto* e *de dentro* é identificar, descrever e refletir os aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques mais generalistas.

O autor propõe o resgate dos atores – moradores, visitantes, trabalhadores, funcionários, etc. – e suas práticas como alternativa de análise voltada para a cidade contemporânea. O que se percebe como ponto comum nas discussões sobre a questão urbana é a ausência de certo tipo de ator social: a cidade é, muitas vezes, pensada à parte dos seus moradores, focando, apenas, nas forças econômicas, interesses políticos, imobiliários e variáveis demográficas. Os moradores, ou seja, aqueles que realmente dão vida à cidade com suas redes de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos e conflitos são pouco relevantes nesta discussão. Assim, segundo Magnani (2002), uma gama de práticas permanece invisível enquanto poderia ser uma alternativa de análise bastante válida para os estudos da cidade, afinal, são responsáveis pela trama que sustenta a dinâmica urbana cotidiana:

> A incorporação desses atores e suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para alem do olhar 'competente' que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder que decide o que é conveniente e lucrativo. (MAGNANI, 2002, p.15)

Apreender os múltiplos e heterogêneos conjuntos de atores sociais, cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade, é uma estratégia que possibilita chegar a outras conclusões que não àquelas comumente presentes nos diagnósticos sobre a cidade contemporânea: despersonalização, massificação, solidão e perda dos laços tradicionais. Reclamar a perda dos laços tradicionais, muitas vezes, é desconhecer a existência de grupos, sistemas de troca, pontos de encontro, arranjos e muitas outras mediações por meio das quais aquela entidade abstrata do indivíduo participa efetivamente da cidade.

> As grandes cidades propiciam a criação de novos espaços para a sociabilidade e para os rituais da vida pública. De pouco vale generalizar o desaparecimento da velha rua e proclamar que sua função foi ocupada por zonas desprovidas de sociabilidade. Se em determinados contextos ficou inviável como suporte de antigos usos, a experiência da vida pública pode ser encontrada em novos arranjos (MAGNANI, 2002, p.26).

Para Magnani (2002), a proposta de olhar *de perto* consiste em entender que a experiência urbana nas cidades contemporâneas não desaparece, mas se modifica, assume novas formas e arranjos, adapta-se a novas circunstancias, estabelece outros diálogos[4]. Para a nossa pesquisa, o olhar *de perto* significa, também, apreender os olhares cotidianos sobre a cidade através dos seus atores locais, de seus habitantes que possuem uma relação contínua e permanente com os lugares consagrados como patrimônio. Segundo Ulpiano Meneses (2006; 2009), a cidade como bem cultural, aquela cujo diferencial está nos seus sentidos e valores instituídos pelo poder público, deveria ter, como principal sujeito, o habitante local, pois é ele quem tem as condições mais favoráveis para fruir e usufruir do patrimônio:

> A palavra 'habitante' vem do latim *habeo*, que quer dizer 'ter', manter relação constante com algo; o sufixo it (habito) aprofunda e reitera esta relação. Hábito, habitar, portanto, expressam um grau superior e constante de apropriação. Essa relação contínua, permanente, cotidiana, demorada e que o tempo adensa, é que cria as condições mais favoráveis para a fruição do patrimônio ambiental urbano (MENESES, 2006, p.39).

Tal concepção reitera a relevância do foco sobre o habitante, aquele que faz parte desse cenário contemporâneo da cidade ao "transitar, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa, etc." (MAGNANI, 2009, p. 132). Tentar apreender o olhar daquele que habita a cidade e está inserido nos processos globais que ocorrem e modificam a realidade local é tentar escapar das dualidades presentes em visões mais estereotipadas da cidade, é olhar *de perto*, ainda que esses olhares tratem da mesma gama de reflexões.

Olhar *de perto* é, também, admitir a possibilidade de outras vozes além daquelas já destacadas nas pesquisas sobre a cidade e que são comuns nas abordagens sobre centros históricos tombados: dos prejudicados pela gentrificação e dos praticantes excluídos das áreas centrais. Não obstante, também reconhecemos esses efeitos mais perversos das alterações recentes no corpo físico, econômico e social da cidade de Tiradentes, que transformaram o centro histórico em lugar de consumo e ocasionaram mudanças na dinâmica da cidade, provocando efeitos homogeneizadores sobre os aspectos da vida local. No entanto, nosso

[4] Como exemplo desses novos arranjos da experiência urbana nas grandes cidades, o autor destaca os shopping-centers – lugares de consumo e um dos ícones do estilo fashion de vida, planejados e sinalizados para fins específicos de consumo – que terminam sendo apropriados por grupos de jovens que ou subvertem suas regras ou criam usos alternativos próprios para encontro e lazer, dando novos significados, através de códigos particulares, àquele espaço (MAGNANI,1998, p.7).

esforço reflexivo é para entender tais processos como um quadro, nos apoiando em Nestor Canclini (1994, p.95), que aponta, em seu texto sobre *o patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*, que as indústrias culturais e o turismo são usualmente vistos como ameaças ao patrimônio, quando deveriam ser tratados como contexto: são condições nas quais os bens existem e que, por tal condição, servem, também, para repensar o próprio patrimônio.

Para nossa pesquisa, outro pressuposto que adotado é o entendimento da cidade na sua feição dinâmica e plural:

> (...) a cidade, mais do que um mero cenário onde transcorre a ação social, é o resultado das práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos, etc.) em sua complexa rede de interações, trocas e conflitos. Esse resultado, sempre em processo, constitui, por sua vez, um repertório de possibilidades que, ou compõem o leque para novos arranjos ou, ao contrário, surgem como obstáculos (MAGNANI, 2009, p.132).

Irlys Barreira (2007) descreve a cidade dinâmica em oposição à cidade como uma entidade substantiva e unitária, resultante de representações identitárias que sustentam estereótipos: "para além de um ideal de unidade, a cidade representa a conjunção de sociabilidades (...) a metrópole de modo estático e uniforme é senso contrário à sua dimensão plástica moldada por práticas e interações" (BARREIRA, 2007, p.166). As imagens que os habitantes fazem de sua cidade são importantes incorporações que se agrega ao conhecimento da mesma, já que as narrativas – discursos, imagens e representações – a apresentam e a situam no tempo. Essas narrativas são compartilhadas e servem para criar concepções coletivas:

> A perspectiva analítica que incorpora as narrativas da cidade leva em consideração as representações sociais, os investimentos urbanos e os enfrentamentos simbólicos nos quais sobressaem categorias profissionais (arquitetos, intelectuais e políticos) e outros atores consumidores do espaço, assim como moradores, turistas ou frequentadores habituais. Os usos do espaço urbano não estão separados de narrativas, na medida em que alimentam práticas que contribuem para informar a imagem do local (BARREIRA, 2007, p. 167).

As narrativas homogêneas que constituem as imagens da cidade seriam, então, os mesmos olhares *de fora* e *de longe* apresentados por Magnani (2002). Nessa perspectiva, as imagens homogêneas da cidade de Tiradentes que a situaram numa conjuntura histórica são

muitas: a cidade ruína, a cidade patrimônio, a cidade turística do consumo[5]. Tais narrativas, como destaca Irlys Barreira (2007), são construídas, principalmente, com base em estereótipos, veiculadas em propagandas ou mesmo em discursos acadêmicos. Entretanto, não são apenas percepções imaginárias, mas também fazem a cidade, são inseparáveis dos processos políticos ocorridos e integram a constituição histórica local, sinalizando momentos e conjunturas, sendo mais ou menos incorporadas pelos habitantes. Portanto, é nessa senda que iremos caminhar, no intuito de percebermos múltiplos olhares sobre a cidade e seu patrimônio cultural consagrado.

Propusemos, então, para nossa pesquisa, três campos de análise: as narrativas acadêmicas que tratam dos processos de transformação de Tiradentes e mostram como a cidade se insere no contexto global dos estudos urbanos contemporâneos; as narrativas sobre o patrimônio cultural produzidas pelo próprio Iphan ao valorar e atuar na preservação das estruturas arquitetônicas e urbanísticas das áreas urbanas patrimônio; e os olhares locais, perspectivas sobre a cidade e sobre o patrimônio tombado a partir daqueles que a vivem no seu cotidiano.

Dessa forma, o primeiro capítulo trata da revisão bibliográfica sobre três pesquisas que abordam as transformações locais que definem a configuração atual da cidade. Como as pesquisas abordam as revitalizações empreendidas no local, nos propusemos avaliar melhor dois planos da década de 1980 que ocorreram nesse sentido. Tais planos ilustram as perspectivas de revitalização da economia e do patrimônio local, bem como descrevem uma cidade bem diversa da atual. Através das revisões bibliográficas e documentais, nos propusemos a compreender como a cidade ruína foi reerguida em um curto período de tempo e, além disso, conceber as mudanças no corpo social, estrutura física e economia local.

O segundo capítulo pretende considerar as narrativas oficiais do Iphan sobre as cidades tombadas procurando compreender de que forma Tiradentes se insere nas estratégias nacionais de proteção do patrimônio urbano. As atividades praticadas de seleção, conservação e salvaguarda informam o patrimônio oficial e as finalidades de sua preservação. Uma vez que a cidade de Tiradentes foi acautelada logo no primeiro ano de atuação do recém-criado SPHAN, as ações de preservação do órgão constituíram-se como importantes narrativas de atribuição de valores e significados ao patrimônio cultural da cidade. Portanto, ao abordarmos historicamente tais ações, podemos entender como se constituiu o patrimônio oficial e,

[5] Essas descrições da cidade foram abordadas nas pesquisas sobre Tiradentes que utilizamos na revisão bibliográfica da nossa pesquisa, e serão exploradas no primeiro e segundo capítulo.

também, os propósitos e táticas que guiaram a formação e conservação destes bens culturais em cada período. Apoiando-nos no trabalho de Márcia Sant'Anna (1995; 2003; 2004) – pesquisadora das políticas de preservação e proteção de áreas urbanas no Brasil – assumimos a proposta que entende as áreas urbanas como resultados do conjunto de discursos e visibilidades de um dado momento em função de objetivos estratégicos.

O terceiro capítulo trata dos olhares locais, em que definimos um recorte especifico da cidade: o Largo das Forras. Metodologicamente, optamos por trabalhar com duas fontes em específico. A primeira delas trata dos processos administrativos de cada imóvel que compõe o entorno da praça, arquivados no Escritório Técnico de Tiradentes. Separados em pastas definidas pela sua localização na cidade – nome da rua e número do imóvel –, esses processos contêm sedimentações sobre os diálogos entre os atores institucionais e uma parte dos usuários – proprietários, locatários, moradores, empresários –, padronizados nos moldes formais da administração: projetos arquitetônicos, pareceres, laudos, memorandos e ofícios. A outra fonte utilizada trata das entrevistas realizadas com aqueles que frequentam o Largo: taxistas, charreteiros, trabalhadores de estabelecimentos comerciais, empresários, proprietários dos imóveis e os especialistas que atuam com as questões do patrimônio. Foram utilizados questionários abertos de um roteiro estruturado, aplicados no decorrer de dois meses. As entrevistas foram gravadas, transcritas para possibilitar a análise temática do seu conteúdo.

Dessa forma, tentamos apreender os vários olhares sobre a cidade e os sentidos atribuídos a ela e a seu patrimônio cultural – mesmo diante de quadros que, a princípio, nos falam da perda de significação –, contribuindo com outras perspectivas para a preservação das áreas urbanas tombadas.

1 NARRATIVAS SOBRE A CIDADE: TRANSFORMAÇÕES EM TIRADENTES/MG

Dentre as cidades tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Minas Gerais, Tiradentes é reconhecida como o caso mais dramático de gentrificação e da metamorfose sócio-espacial decorrente da transformação do seu patrimônio arquitetônico e urbanístico edificado em mercadoria altamente valorizada no mundo contemporâneo. Atualmente, ao caminhar pelas ruas – de traçado irregular e nomes que nos remetem a lembranças coloniais – é difícil não notar a semelhança de estabelecimentos voltados quase que exclusivamente para os turistas: pousadas, restaurantes, galerias de arte e lojas de artesanato. Segundo relatos[6] sobre o desenvolvimento da cidade, seu processo de transformação é relativamente recente: tais mudanças econômicas, sociais e territoriais ocorreram durante as últimas décadas do século XX e início do XXI, sendo objeto de estudo de alguns pesquisadores. É sobre tais discursos acadêmicos que iremos nos debruçar nesse primeiro capítulo, a fim de compreendermos algumas perspectivas sobre as transformações da cidade que contextualizem o presente momento.

Dentre os trabalhos investigados, escolhemos como principais referências as dissertações produzidas pelo historiador Rodrigo Neves (2013), pelo arquiteto Gustavo Zolini (2007) e pelo geógrafo Helcio Campos (2006). Os três trabalhos lançam perspectivas sobre as transformações que ocorreram na cidade, principalmente no seu no seu núcleo mais antigo, área que abriga o casario setecentista[7]. Como temática central, as três pesquisas abordam os processos de gentrificação[8] (ou elitização) do espaço atrelado ao desenvolvimento da

[6] Relatos dos moradores locais (principalmente aqueles que vivem na cidade desde as décadas de 1980 e 1990) que tive contato durante as atividades do Mestrado Profissional no Escritório Técnico do IPHAN em Tiradentes.

[7] Segundo os estudos do Iphan, essa área compreende o traçado urbano tradicional composto pelos principais eixos de consolidação do núcleo setecentista e onde se encontram as edificações mais antigas. "É, portanto, historicamente a área mais densamente ocupada que, na sua relação com a paisagem natural, tornou-se responsável pela série de atividades locais, socioeconômicas e culturais, principalmente ligadas ao turismo" (IPHAN, 2007b, p.44).

[8] O trabalho de Neves (2013) nos apresenta o termo gentrificação sob as perspectivas de Ruth Glass (1964) e Neil Smith (2006). Em resumo, o termo foi cunhado nos anos sessenta pela socióloga para explicar a transformação urbana do centro de Londres. Glass entende que a classe média que antes habitava os subúrbios passa a residir na área central, até então, desvalorizada e ocupada por trabalhadores, que, aos poucos, iam sendo expulsos pelo aumento gradativo de aluguéis, passando por um processo de valorização designado como *gentrification*. Já Neil Smith, geógrafo escocês radicado nos Estados Unidos que se tornará referência e um dos maiores debatedores do tema, aponta que a gentrificação envolve não apenas uma mudança social, mas combina a higienização social com a reabilitação das áreas pelo mercado imobiliário. Smith faz uma análise sobre a transformação urbana e a revalorização do centro de Nova York, entendendo o processo em três ondas: a primeira, quando jovens profissionais de classe média, nem sempre de alto poder aquisitivo, mudaram para o centro deteriorado, esquecido e desvalorizado; a segunda, associada aos promotores imobiliários que, com o objetivo de obterem lucro, investem, modificam e valorizam a área central da cidade; e a terceira, quando ocorre a ocupação por um grupo social de alto poder aquisitivo que cria uma cultura para esse espaço urbano.

atividade turística, apresentando perspectivas de diferentes áreas de conhecimento, como a história, a arquitetura e a geografia. Cabe, aqui, uma breve explicação sobre a escolha destes trabalhos, uma vez que a cidade foi tema de várias produções bibliográficas.

Primeiramente e conforme já mencionado, trata-se da escolha pelos temas investigados. Seria impossível falar sobre Tiradentes sem tratar de patrimônio, turismo e gentrificação. Por outro lado, são assuntos frequentemente investigados em trabalhos recentes e, se não nos caberia pesquisar a fundo os mesmos processos, também não poderíamos deixar de abordá-los à luz do que já foi desenvolvido. Com a temática em vista, as dissertações aqui estudadas estão na lista das referências bibliográficas de várias produções sobre a cidade. Outro ponto interessante foi ver o mesmo tema por áreas de conhecimento diferentes e complementares, como a história, a arquitetura e a geográfica. E, por fim, a disponibilidade de acesso a essas recentes pesquisas. Pelas opções metodológicas e vasto referencial pesquisado, os três trabalhos se mostraram interessantes e irão nos permitir contextualizar, também, as ações do Iphan e as entrevistas realizadas, que abordaremos nos capítulos seguintes.

O trabalho do historiador Rodrigo Neves, elaborado em 2013, trata da mercadorização[9] do centro histórico de Tiradentes e utiliza, como referência, informações dos dados da evolução demográfica do município, comparações entre fotos antigas e recentes, materiais de propaganda destinados a turistas e jornais locais de diferentes décadas. Foram utilizadas, também, entrevistas com cinco ex-moradores do núcleo setecentista: um empresário e outras quatro pessoas envolvidas na preservação do patrimônio local.

Neves (2013) estuda a mercadorização do patrimônio histórico e a elitização da área central da cidade, vinculando tal fato à ação de determinados atores sociais – empresários, publicitários e agentes do poder público municipal – que teriam sido fundamentais para associar novos significados ao espaço, atrelando a preservação das edificações tombadas ao desenvolvimento econômico proporcionado pelo turismo. O autor recorre aos conceitos de marketing urbano, revitalização, gentrificação e não-lugar[10] para discutir as modificações no

[9] Processo de apropriação de edificações históricas na ótica do turismo, transmutando o patrimônio edificado, tradições locais e a cultura popular em mercadoria altamente valorizada no mundo contemporâneo. A refuncionalização dos edifícios voltada para a ótica do consumo ocorre em detrimento de práticas de pertencimento entre patrimônio histórico e população local (NEVES, 2013, p.78).

[10] O marketing urbano é o processo de disseminação da imagem de uma cidade associada a uma marca distintiva, como em qualquer mercadoria, a ser vendida, pelos meios de comunicação, em mercados de âmbito regional, nacional ou internacional. O processo de revitalização compreende a restauração das formas físicas das edificações ou de locais supostamente degradados, tendo como objetivo tornar estes locais propícios à realização de atividades voltadas para o turismo e o lazer. Já o conceito de não-lugar refere-se ao oposto de lugar, espaço em que ocorre a construção de uma identidade associada ao ser humano e o ambiente em que ele habita, ou seja,

corpo urbano e social da cidade. Sua pesquisa segue uma leitura cronológica e classifica o desenvolvimento local em três períodos distintos: Tiradentes até 1970; os anos 1970 e 1980; e período posterior a 1990. Seu foco de análise, entretanto, é o recorte temporal que vai de 1980 até 2012 quando, segundo o historiador, intensifica-se o desenvolvimento do turismo na cidade. A amplitude do material pesquisado e do período temporal abordado tornou sua produção uma importante referência para iniciarmos nossa investigação. Em resumo, a seu ver:

> (...) a partir de 1980, o centro 'histórico' da cidade mineira de Tiradentes foi passando por um processo de transformação e se tornando objeto da construção de uma representação histórica que contribuiu para que, no final do século XX e início do século XXI os imóveis residenciais se tornassem comerciais, pertencendo em sua maioria, a empresários oriundos de outras cidades. Esses estabelecimentos comerciais se destinam, essencialmente, à acumulação de capital mediante o oferecimento de mercadorias e serviços a turistas de média e alta renda. Esses processos significaram a 'mercadorização' e gentrificação do 'centro histórico' de Tiradentes (NEVES, 2013, p.17).

Já a pesquisa do arquiteto Gustavo Zolini, apresentada em 2007, parte do princípio de que o conceito de gentrificação, nascido na geografia e estudado em metrópoles, é utilizado como qualificador de espaços históricos, baseando-se no estereótipo da elitização do espaço ou na retomada dos centros por uma nova classe média. Entretanto, seu questionamento é se tal conceito, uma vez originado em grandes cidades, poderia ser adotado em núcleos patrimoniais de cidades de pequeno porte. Em sua pesquisa ele investiga tanto o conceito gentrificação, quanto sua aplicabilidade em duas cidades mineiras, sendo, uma delas, Tiradentes. A seu ver, a revitalização da paisagem patrimonial e o soerguer econômico por meio do turismo quase sempre se configura como uma hipervalorização que transforma o espaço urbano em resultado de um processo de gentrificação. Entretanto, entende que é preciso fugir das generalizações e realizar uma análise empírica em núcleos tombados a fim de verificar a aplicabilidade de tal conceito. Tiradentes foi escolhida como objeto de sua pesquisa por ser uma cidade de pequeno porte e, de acordo com o senso comum, onde o processo de gentrificação se encontra alojado.

Como metodologia de pesquisa, o autor informa ter feito análises de fotografias antigas, documentários, informativos históricos, reportagens, relatórios técnicos, iconografia cartográfica, documentos referente à cidade, trabalhos de monografia e dissertações.

---

a uma relação de vivência entre o ser social e o espaço urbano ou território que é construído por ele (NEVES, 2013).

Acrescenta ter sido de fundamental importância os depoimentos coletados em 2007: entrevistas com um servidor do Iphan e um morador da cidade à época envolvido com as questões culturais municipais, coordenador do centro de cultura, patrimônio, memória e cidadania de Tiradentes. A pesquisa se destaca, justamente, pelo questionamento das visões generalistas acerca de temáticas recorrentes, como revitalização, requalificação, turismo cultural e gentrificação, aplicadas sem uma análise empírica do local quando deveriam ser estudadas com um olhar mais próximo, analisando e avaliando a paisagem cultural da cidade a procura de traços gentrificadores.

Um ponto que chama atenção em sua pesquisa é o entendimento de que o núcleo mais antigo da cidade apresenta, atualmente, uma imagem esvaziada que se iniciou ainda no início do século XX. Por meio dos mapas de evolução urbana e dos dados elaborados pela Fundação João Pinheiro, o pesquisador aponta que o crescimento populacional ocorrido partir da década de 1950 não representou o assentamento de novos moradores no centro antigo. Houve um aumento do território ocupado com a criação de novos bairros na periferia que absorveram essa população. O aumento populacional mais significativo, a partir dos anos 1980, também não significou a efetiva ocupação do centro histórico. Dessa maneira, segundo o autor, "persiste a imagem de cidade "esvaziada", no centro histórico, neste início do século XXI" (ZOLINI, 2007, p.119). Atualmente, a cidade é pouco ocupada devido ao uso das edificações centrais por usos comerciais ou por moradores que não fixaram residência no local, considerando sua propriedade como opção de lazer, descanso ou férias[11] (ZOLINI, 2007).

Por fim, Hélcio Campos (2006) investiga a organização espacial da cidade, relacionando espaço urbano e turismo sob um viés de cunho geográfico, incorporando outras áreas do município, localizadas fora do seu núcleo mais antigo. Seu trabalho faz uma análise da ocupação da cidade com destaque para a valorização imobiliária, a chegada dos imigrantes, as mudanças do centro histórico, o surgimento dos novos bairros e a elitização cultural e econômica. Propõe-se a observar o papel dos órgãos planejadores do turismo em Tiradentes e elaborar uma abordagem geográfica dos impactos de tal atividade. Seu foco na análise do turismo justifica-se por sua importância na ocupação do território e na modificação espacial,

[11]Dados do trabalho de Neves (2013, p.100) também ilustram a transformação de uso dos imóveis: em amostragem de 128 imóveis da área central de Tiradentes, em 2007, 14% eram residências e 86% eram estabelecimentos comerciais. Dos 14% de residências, 56% eram utilizadas em temporadas e apenas 44% das casas pertenciam aos habitantes originários que ainda moravam no centro histórico. Já no início da década de 1990, de 110 imóveis, 65% eram residências, 20% eram estabelecimentos comerciais, 10% terrenos baldios e 5% destinados a outros usos.

já que tal indústria atrai novos agentes relacionados com a produção do espaço e organizações preocupadas com a preservação do patrimônio cultural.

Dessa maneira, a revisão bibliográfica através dos três trabalhos nos permite contextualizar a cidade e entender perspectivas sobre processos importantes que ocorreram em um passado ainda recente. Finalmente, a importância atribuída pelos pesquisadores aos projetos de revitalização da cidade que ocorreram no início dos anos 1980 nos levou a uma leitura mais cuidadosa desses trabalhos, uma vez que apresentam um diagnóstico da cidade antes do turismo e tratam, sob um ponto de vista teórico e metodológico específico, a dinâmica entre revitalização e preservação.

1.1 De cidade ruína a cidade turística

Como é de amplo conhecimento, a ocupação do território de Tiradentes remete ao período colonial, impulsionada pela atividade mineradora que entrou em decadência ainda no final do século XVIII. Segundo o pesquisador Olinto Santos Filho[12] (2015), o declínio da atividade e a consequente estagnação econômica levaram a ainda Vila de São José ao desmembramento de seus maiores distritos, hoje, conhecidos como Barbacena, Conselheiro Lafaiete e Itapecerica. São poucas as construções de vulto datadas do século XIX e a decadência econômica é apontada como principal fator de deterioração da cidade, dificultando, também, a incorporação no tecido urbano de construções com o estilo eclético, como ocorrido em outras localidades mineiras do ciclo do ouro. A descrição de 1882, que integra livro de Frota (1993), nos informa ruas onde cresciam matagais, casas abandonadas e demolidas para aproveitamento de material em novas construções na cidade vizinha, São João Del Rey. Conforme informações da Revista do Arquivo Público Mineiro do ano de 1900 que integram o Guia da Cidade de Tiradentes (2012), na virada do século, a cidade contava com 194 casas bastante arruinadas, 19 sobrados e população de 11.000 habitantes, sendo 3.500 na sede do município.

A economia continua sem grandes avanços até a década de 1970 e as edificações do núcleo mais antigo permanecem em um ruinoso estado de degradação. De fato, os dados

[12] Olinto Santos Filho é pesquisador e servidor do Escritório Técnico do Iphan em Tiradentes com importantes produções sobre a história da cidade e seu patrimônio cultural, que serão utilizadas como referências no decorrer da pesquisa.

populacionais do IBGE apresentados na pesquisa de Neves (2013) indicam que houve um decréscimo populacional entre 1920 e 1950. Em 1920, foram registrados 1.236 moradores, enquanto, no ano de 1950, foram recenseados 1.142 habitante. Nas décadas seguintes, houve a retomada do crescimento populacional, muito embora em ritmo lento. Em 1960, a cidade possuía 1.467 moradores e, em 1970, o número era de 1.830, acréscimo populacional já relacionado a algumas melhorias da economia local e início de uma atividade turística ainda incipiente, ligada, principalmente, com o artesanato de prata.

Ao analisar as publicações em jornais das décadas de 1940 e 1950[13], o pesquisador destaca o discurso de cidade morta e não desenvolvida economicamente, onde faltava modernização. Tiradentes é descrita como velha, abandonada e silenciosa. As reportagens, ao mesmo tempo em que informam a situação de destruição, ressaltam, também, movimentos capazes de quebrar o silêncio: o badalar dos sinos, as raras pessoas a caminho da Matriz de Santo Antônio, e o burburinho dos romeiros da festa da Santíssima. A religiosidade destaca-se como forte elemento dinamizador da cidade.

Figura 1 – Procissão na Rua Direita. Autoria desconhecida.



Fonte: Acervo Iphan.

[13] Os jornais citados na pesquisa do autor eram de circulação local como o Diário do Comércio, A Tribuna e O Correio (NEVES, 2013, p.35-36).

Figura 2 – Procissão saindo da Igreja da Santíssima Trindade. Fotografia de 1939. Autoria desconhecida



Fonte: Acervo Iphan.

No folheto de 1989, ocasião do cinquentenário de tombamento da cidade, Santos Filho (1989) retrata a redução do número de sobrados existentes e indica que mais de uma dezena deles ruiu entre 1900 e 1960, fato que nos ajuda a compreender o estado de degradação e a imagem de abandono que permeava o centro histórico. Quando tombada pelo Iphan, no ano de 1938, a cidade era conformada praticamente pelo núcleo setecentista e, mesmo após o tombamento, algumas casas e sobrados ruíram ou foram demolidas:

> A situação da cidade é dramática em seu abandono, O processo de esvaziamento do núcleo urbano iniciado no século anterior acelera-se até as décadas de 30 e 40. As propriedades não valem quase nada, as casas estão em ruínas, rebocos caídos, ruas cobertas por matagais. Os belos sobrados ruem ou os proprietários provocam sua ruína para aproveitar o material (SANTOS FILHO, 1989, p.8).

Um dos marcos de transição entre a decadência econômica e os primeiros investimentos rumo à atividade turística é abertura da estrada pavimentada ligando Tiradentes à Barbacena e São João Del Rei, em 1968. A BR-265 foi obra do Governo do Estado inaugurada por Israel Pinheiro. Ainda assim, durante a década de 1970, o atrativo turístico

local que ganhava destaque nos jornais do período era o Balneário de Águas Santas[14], principalmente em função dos investimentos da Hidrominas S/A, empresa mista do estado de Minas Gerais que, desde 1967, tem a concessão para extração das águas e administração do balneário.

Outro importante marco citado por Neves (2013) foi a formação de duas instituições civis que agiram na conservação do casario e dos monumentos. Em comum, essas instituições foram criadas por empresários que não tinham origem tiradentina, que investiram na cidade adquirindo imóveis no núcleo mais antigo e que proporcionaram a aplicação de capital, muitas vezes privado, para a recuperação do patrimônio material local. Uma delas, a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, foi instituída juridicamente em 1970 por Maria do Carmo Nabuco, prima de Rodrigo Mello, presidente da Sphan, e tinha como objetivo oficial colaborar com os poderes públicos na preservação da cidade. A *socialite* foi convidada pelo então governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, e contou com o apoio de Tancredo Neves, na época, deputado Federal, e dos poderes políticos locais. Na década de 1970, a Fundação auxiliou na recuperação de monumentos como o Fórum, a Casa do Padre Toledo e a Cadeia (FROTA, 1993).

A outra instituição, estritamente relacionada à preservação do patrimônio local, foi a Sociedade Amigos de Tiradentes (SAT), que chegou a realizar obras emergenciais nos casarios para impedir desmoronamentos e torna-los habitáveis. A SAT teve, como principal idealizador, Yves Alves, professor de história e diretor da Rede Globo de Televisão, que visitou Tiradentes ainda na década de 1960 e, posteriormente, tornou-se morador local. A SAT foi criada conjuntamente com John Parsons, proprietário de um dos primeiros hotéis da cidade, Joaquim Falcão, então diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas na cidade do Rio de Janeiro, e Ângelo Oswaldo, à época, assessor do prefeito de Ouro Preto (CRUZ, 2015).

A criação da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade e da SAT é retratada por Neves (2013) como momento de construção de um discurso preservacionista e das primeiras obras de revitalização do patrimônio arquitetônico e urbanístico que, aliados ao turismo, deram início à transformação territorial do local:

[14] O Balneário de Águas Santas é uma área com fonte termal localizada a 20 km do centro de Tiradentes. A pesquisa de Neves (2013) mostra trechos do Jornal Inconfidente de 1976 e 1977 destacando o turismo e investimentos na estrutura física da estância.

> (...) as primeiras iniciativas associadas à recuperação do conjunto urbano histórico como um todo e ao desenvolvimento turístico surgiram por parte de instituições civis. Em Tiradentes, por exemplo, a preocupação em 'recuperar' o conjunto 'histórico' urbano teve início nos anos 1970 e ocorreu através da iniciativa de um grupo de pessoas como Israel Pinheiro, Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco, Yves Alves, etc. (NEVES, 2013, p. 41).

Em complementação à pesquisa de Neves (2013), além das ações da SAT e da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, Campos (2006) inclui os investimentos e projetos desenvolvidos pelo Iphan na década de 1980 em parceria com a Embratur como fatores importantes para o início de uma campanha de valorização de patrimônio tombado, que envolveu uma multiplicidade de atores: poder público municipal, estadual e federal, os turistas e entidades da própria cidade e de fora. Como exemplo das ações do Iphan, o autor cita o projeto desenvolvido pelo paisagista Burle Marx para praças da cidade e a equipe permanente de operários que executou obras de primeiros socorros em diversas edificações antigas.

Para Neves (2013), o estado de arruinamento da cidade, ainda que valorada por seu tombamento, reflete uma contraposição entre o valor oficial de patrimônio nacional e a situação de abandono que perduraria até a década de 1970. O mal estado de conservação das antigas casas e monumentos é, muitas vezes, atribuído a falta de iniciativas que visem a restauração e conservação desses bens por parte do Iphan: "Com algumas exceções como a Matriz de Santo Antônio e a Casa do Padre Toledo, todo o restante do conjunto tombado permaneceu desassistido de iniciativas de recuperação e restauro por parte do órgão federal ou de seus proprietários" (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014, p.40).

Os dados das restaurações e intervenções apresentados em outras pesquisas relativizam essa ideia. Segundo Santos Filho (2015)[15], ainda que reconhecidamente houvesse a carência de recursos financeiros na instituição cultural encarregada da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, a ação de restauração de monumentos pelo Iphan iniciou-se nos fins da década de 1940, ocorrendo em maior número entre 1950 e 1960 e, posteriormente, na década de 1980. Nesse último período, iniciam-se as obras executadas com verbas de empresas particulares, como a Fiat, que financiou, em 1980, a restauração da Casa do Padre Toledo. A primeira obra de restauração arquitetônica na cidade feita pelo órgão de

[15] O pesquisador registra o histórico das obras de conservação ocorridas nos monumentos da cidade durante o século XX, antes e depois do tombamento pelo Iphan. As fontes de suas pesquisas são as documentações do Arquivo Central Noronha Santos no Rio de Janeiro e dos arquivos da Superintendência do Iphan em Minas Gerais.

preservação nacional foi na referida Casa, que abrigava a sede da Prefeitura Municipal em 1944, seguida do restauro, em 1945, da Igreja Matriz de Santo Antônio.

Já as operações de conservação no casario eram feitas direcionando os poucos recursos existentes a ações que impedissem sua ruína, tentando preservar, ao menos, a fachada dos imóveis do núcleo setecentista. A documentação arquivada na Superintendência do Iphan em Minas Gerais sobre a cidade apresenta, em ofícios datados de 1951[16], uma descrição da situação corrente:

> Recomendo-lhe encetar obras apenas nas mais necessitadas e mesmo assim apenas as obras mais urgentes para impedir sua ruína (...) o senhor deve de preferência olhar a estabilidade delas, deixando para mais tarde os serviços de acabamento de cada uma (VASCONCELLOS, 1951, s/p).

Os auxílios para as restaurações eram solicitados pelos proprietários dos imóveis particulares, que tinham seus pedidos atendidos apenas em casos mais urgentes: "Com relação às casas de Tiradentes (...) fica o senhor autorizado a fazer nelas as obras mais urgentes e necessárias até a importância de Cr$50.000,00, escolhendo, conforme lhe parecer, as casas mais necessitadas" (VASCONCELLOS, 1953, s/p). De 1951 até o início da década de 1960, estão registrados, em parte do boletim mensal de informação enviado pelo chefe do distrito ao presidente do órgão, as despesas do mês e a descrição dos serviços de obras executados.

Em um folheto sobre a administração municipal do prefeito Francisco Barbosa Júnior, entre 1959 e 1963, o político declara, em matéria intitulada "Tiradentes tem sido atendido pelo Patrimônio Histórico e Artístico" que o governo municipal recebe aquilo que solicita para a conservação das características históricas da cidade. Ao agradecer as verbas destinadas pelo governo federal, o ex-prefeito informa que os templos foram reformados e que a aparência da cidade seria desoladora, em suas palavras, não fosse a atuação do SPHAN nas atividades de proteção das casas residenciais: "Na parte central da cidade, propriamente tombada, não chega a dez o número de casas que não tenham recebido o auxílio técnico e financeiro de reformas realizadas pelo SPHAN" (TIRADENTES, 1960, p.12). Entretanto, o que se entende pelas pesquisas realizadas é que as obras emergenciais executadas não chegavam a alterar a imagem de cidade ruína.

[16] Troca de Ofícios entre Antônio Martins de Lima, mestre de obras do Iphan, e Sylvio de Vasconcellos, chefe do 3° distrito.

Se as intervenções no patrimônio arquitetônico em Tiradentes ocorreram desde o final da década de 1940, o que poderia diferenciar tais ações daquelas feitas a partir da década de 1980 seria, justamente, o envolvimento de atores de forâneos, empresários que reforçaram o discurso preservacionista em consonância com a mentalidade do momento de recuperar patrimônio material aliado ao turismo, à especulação imobiliária e o investimento privado. Da mesma forma, críticas aos primeiros anos de atuação do Iphan denunciavam as falhas da instituição em mobilizar governo e sociedade para a causa da preservação, considerada indispensável para o sucesso na conservação material dos monumentos (FONSECA, 2005). Tal mobilização se inicia com a atenção do grupo de empresários e suas associações.

A década de 1980 também foi marcada por parcerias público-privadas para promoção e recuperação do patrimônio, visando à revitalização da economia da cidade, como o Projeto Tiradentes e o Plano de Organização Territorial, feito pela Fundação João Pinheiro. A pesquisa de Zolini (2007) reforça que os investimentos para a recuperação de imóveis históricos públicos tombados na década de 1980, ainda que pontuais, alimentaram a revalorização turística da cidade, que teve, como alicerce, a imagem recuperada dos seus imóveis. O turismo realimenta a gentrificação do núcleo urbano, mas sua causa estaria associada ao processo de ressignificação do espaço por parte dos novos moradores que nele se inseriram e que o transformam em prol de uma noção globalizada de um estilo internacional. As ações de recuperação, aliadas à desvalorização dos imóveis do núcleo antigo, nesse mesmo período, proporcionaram a apropriação massiva do centro por novos moradores oriundos de grandes centros, transformando a cidade em um local repleto de novos valores estéticos e econômicos.

Entretanto, o que fortalece a vinda desses novos moradores e empresários é, justamente, o sofisticado marketing urbano desenvolvido por empresários e representantes do poder público local, que passam a divulgar o patrimônio artístico e histórico em âmbito nacional e internacional. Como exemplo de tal estratégia, Neves (2013) destaca o Jornal Tiradentes, criado em 1997, voltado, exclusivamente, para os visitantes: grande parte de suas reportagens divulga a arquitetura colonial para o mercado turístico. Além da mídia impressa, outros dois fatores foram apontados como fundamentais para acelerar o poder atrativo da cidade. O primeiro é o advento dos festivais de cinema e de gastronomia, criados em 1997, pelo ex-secretário de turismo como estratégia para atrair um público de maior nível cultural e melhores condições econômicas. O segundo é a constante divulgação da cidade na

programação da Rede Globo de televisão, fruto da parceria entre a emissora, a Fundação Roberto Marinho, a SAT e a prefeitura municipal. Na década de 1990, inúmeras produções da emissora foram rodadas na cidade, dentre minisséries, novelas e filmes, como Memorial de Maria Moura, Hilda Furacão, Rabo de Saia, Coração de Estudante e o Menino Maluquinho. Além disso, houve campanhas de divulgação do município veiculadas no canal.

Segundo Neves (2013), essas ações de divulgação atraíram não apenas visitantes, mas, também, empresários, principalmente forâneos, que passaram a investir massivamente na transformação da área central da cidade com a compra e a adaptação das edificações para estabelecimentos voltados ao atendimento de turistas. É nesse momento que se acelera o processo de gentrificação, com a venda do casario da área central para tal grupo investidor, fortalecimento da especulação imobiliária e supervalorização dos valores das edificações, principalmente no final da década de 1990. O pesquisador destaca que os imóveis de uso residencial na área central de Tiradentes prevaleceram até meados da década supracitada, como informam fotografias e entrevistas feitas com cinco ex-moradores do centro histórico. Segundo o historiador, todos os entrevistados para a pesquisa contam que a venda de suas casas na área central ocorreram devido a três fatores: "pressão resultante da valorização dos imóveis, problemas com herdeiros e a falta de recursos necessários para realizar as reformas das casas demandadas pelo Iphan" (NEVES, 2013, p.90).

No momento em que as edificações passam a ser adquiridas por empresários que visavam transformar antigas edificações destinadas à habitação em pontos voltados para serviços e comércio, agravam-se os conflitos com os agentes da preservação. Entram em jogo os interesses distintos para os dois grupos, embora ainda com um objetivo em comum de desenvolver a cidade. Segundo Neves (2013, p.89):

> (...) não há plena coincidência entre os interesses dos capitais investidos no negócio do turismo e as concepções de técnicos do Iphan. Dessa ótica, talvez, no que diz respeito ao controle do atual processo de construção do 'centro histórico' como mercadoria turística, os empreendedores cumpram a função de ampliar o ingresso de gastos e renda na cidade e o Iphan tenha o papel de contenção dos ímpetos expansionistas dos empresários individuais, evitando que a transmutação espacial por eles promovida provoque, como resultado não pretendido, a descaracterização do ambiente construído que é a base material da 'marca da cidade', da qual se beneficiam esses empreendedores ao relacionarem seus negócios a essa 'marca'.

No entender de Neves (2013), o processo de transformação dos usos e do corpo social em Tiradentes resulta na perda da relação identitária entre a população de origem tiradentina e

o centro histórico, já que o centro torna-se cada vez mais enobrecido. As populações mais carentes que habitavam esse espaço foram para a periferia, caracterizando o espaço gentrificado. O trecho abaixo demonstra, nas palavras do pesquisador, a relação entre os processos de elitização e mercadorização com a perda da relação de vivência entre habitantes e o espaço central:

> Esses processos foram fazendo com que as edificações 'históricas' se tornassem 'mercadorias' rentáveis, o 'centro histórico' se tornasse enobrecido (gentrificado), e as populações mais carentes, que habitavam esse espaço, se deslocassem para a periferia (...). Para os ex-moradores do centro 'histórico' de Tiradentes entrevistados nessa pesquisa, a relação de vivência entre o espaço central e a população de origem tiradentina, a identidade e a formação do lugar do 'centro histórico' foram perdidas com o desenvolvimento do turismo (NEVES, 2013, p. 113).

A valorização da cidade como bem de consumo voltado para o uso turístico provocou, também, o abandono de práticas de apropriação desse território por parte da população que nele vivia ou convivia (NEVES, 2013).

Seguindo a mesma linha, Zolini (2007) entende que o uso turístico que domina a área central da cidade não permite a esperada fusão das culturas de dois grupos distintos – antigos e novos moradores –, ao dificultar os encontros e reencontros, diálogos e disputas entre os atores que fruem e estruturam a cidade. Da mesma maneira, a inexistência do convívio cotidiano resulta em uma não realização do diálogo entre o ser urbano e as estruturas construídas e organizadas no sítio geográfico. Para o autor, a simples apropriação turística não resulta em vivência e troca mútua entre os grupos sociais que depositam sua memória no espaço ao construir, transformar, reformar ou conservar as estruturas físicas da cidade.

Sua pesquisa destaca que os valores do patrimônio arquitetônico e urbanístico tombado em 1938 são diferentes para cada uma das duas classes que ocupam o distrito sede da cidade: os 'de fora' e os antigos habitantes. A seu ver, a cidade é dual, provinciana, pequena e interiorana e, ao mesmo tempo, cosmopolita: duas forças contrárias que obedecem a uma razão global em oposição a uma razão local do cotidiano que territorializa o cidadão. Sua concepção é que, ao se admitir uma identidade dual, revelam-se limites claros que determinam o posicionamento social das duas classes, muitas vezes antagônicas, a ponto de designarem nomes diferenciados para os dois grupos: os tiradentinos e os extra-tiradentinos, muitas vezes reconhecidos pelo pseudônimo de ET.

Os festivais que ocorrem na cidade também mostram a forte presença dos turistas em detrimento daqueles que moram na cidade. Uma análise quantitativa do público do Festival

Internacional de Cultura e Gastronomia de Tiradentes[17] identifica que cerca de 41% dos frequentadores são da cidade de Belo Horizonte; 11% são do Rio de Janeiro e 4% da cidade de São Paulo, isto é, por volta de 56% das pessoas são oriundas de grandes centros. Além disso, 27% são de outras cidades do interior de Minas Gerais; 13% do interior do Rio de Janeiro e São Paulo. Esse resultado possibilita vincular o atual fomento cultural das promoções turísticas em Tiradentes ao fortalecimento unilateral da razão global, desprezando a local. Observa-se que a participação do tiradentino no evento de gastronomia, como degustador do festival, é pequena, a ponto de ser associada, na estatística, ao grupo denominado 'cidades do interior de Minas Gerais'. Tal evento é voltado para um público socialmente "sofisticado", de acordo com a própria publicidade que o divulga (ZOLINI, 2007).

Ainda segundo o pesquisador, o modelo de empreendimento turístico de eventos, de comércios e serviços voltados para o público de média e alta renda é um reflexo da condição atrativa que a cidade exerce em um determinado grupo social das grandes cidades, que acaba por fortalecer a condição de espaço elitizado por meio das manifestações da festa, lazer e valores imateriais que esse grupo de indivíduos necessita para ratificar uma identidade pré-concebida. O espaço construído torna-se, então, cada vez mais dissonante em relação à população que nele se instala, reforçando a condição dual da cidade. O conjunto urbano, antes resultante físico da cosmogonia tiradentina de sua formação, é, atualmente, um receptáculo de trocas e produção de memória nos finais de semana, objeto de admiração de um novo grupo social com maior poder de consumo que sociedade geradora do espaço físico erigido e transformado no decorrer do tempo. Ao ser eleita como privilegiada em estilo e valores estéticos, a cidade se transformou em campo para fruição e consumo cultural, onde o usuário se estabelece por tempo suficiente para relaxar e retornar ao seu convívio normal da metrópole.

A pesquisa conclui que é possível encontrar, em Tiradentes, elementos que qualificam o espaço como gentrificado: o deslocamento da população residente no núcleo histórico para a periferia; o deslocamento de manifestações da cultura imaterial e a inserção de novas manifestações; a pequena participação do novo morador na vida cotidiana da cidade; e a mudança de uso dos espaços:

[17] Monografia de conclusão do curso de Turismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG. FRANCO, Isabela Braga. **A base psicográfica na segmentação de mercado:** uma estratégia do marketing turístico. Belo Horizonte: 2004.

> O deslocamento dos indivíduos que formavam a sociedade de Tiradentes, instalados inicialmente no núcleo histórico, em cerca de 20 anos, afastaram-se para a periferia da cidade, sem que se configurasse um processo de aculturação; o mesmo efeito de deslocamento e exclusão do núcleo histórico de algumas manifestações folclóricas; as novas manifestações culturais engajadas a noções globalizadas de um estilo internacional, orientadas por uma razão global desterritorializante, associadas à pequena participação do novo morador na vida cotidiana da cidade, que representaria uma razão local; a possibilidade de se identificar um gentrificador pioneiro (embora de faixa etária mais avançada) disposto a adotar uma vida alternativa; e a agressiva mudança de usos no espaço urbano tombado, nos leva a apontar que Tiradentes passa por um processo amplo de gentrificação (ZOLINI, 2007, p.157).

Entretanto, o pesquisador entende que não ocorreu um processo de gentrificação clássico, uma vez que o aspecto sazonal com que a nova sociedade ocupante do centro histórico se relaciona com este espaço é uma característica marcante. Tal sazonalidade implica em uma nulidade de referências para o grupo gentrificador, que não tem interesse em transformar a cidade em seu novo nicho cultural permanente. O autor denomina, então, o termo ‘gentrificação intermitente’, que tem, como consequência, a inexistência de convivência cotidiana com a arquitetura e com as urbanidades pré-existentes na cidade, não havendo amplos desdobramentos entre população, cultura e espaço. Concluindo:

> Existe um abandono da cultura do cotidiano, pela pouca vivência de moradores do núcleo histórico durante o meio da semana, o que oblitera movimentos de contínuo amalgamar da memória no espaço tombado de Tiradentes. A relação dual de percepção dos valores inerentes à arquitetura e aos bens imateriais, ambos alimentadores da cosmogonia tiradentina, demonstra a não cooptação de dois grupos sociais componentes do espaço urbano da cidade: o morador natural, que fora deslocado para a periferia; e o estrangeiro, que ocupou sazonalmente o núcleo histórico. Além disso, grande parte do uso residencial foi alterado para comercial e de serviço para o apoio ao turismo, que configura um cenário clássico de economia de ordem terciária, característico de lugares gentrificados (ZOLINI, 2007, p.160).

A análise de Zolini (2007), ao avaliar o processo de gentrificação, distingue diferentes grupos na cidade: gentrificadores, ‘novo morador’ estrangeiro e ‘morador natural’. Entende, através da fala dos entrevistados, da análise de eventos, manifestações folclóricas e da observação do sítio, que estes últimos atores perderam o convívio cotidiano com o patrimônio e que, de uma maneira geral, não ocorrem relações entre os dois grupos, impossibilitando a fusão de culturas decorrente do contato continuado. Assim, a cidade é relacionada, predominantemente, a uma razão global em detrimento da razão local. Como exemplo, o pesquisador cita os festivais internacionais que ocorrem como novas formas de representações

imateriais, sucedendo às antigas manifestações ‘folclóricas’, como a folia de reis, o congado e a colocação da Santa Cruz nas casas.

Já a pesquisa de Campos (2006) foca na formação sócio espacial da cidade, a partir da atividade turística. A relação entre o espaço urbano e o turismo é direta: tal atividade demanda uma infraestrutura a ser atendida, apoia-se sobre instituições públicas e privadas e cria novas relações interpessoais e de afetividade com o lugar. Desse modo, segundo ele, o turismo é o maior símbolo do espaço urbano de Tiradentes, principal meio de vida para a população e, consequentemente, foco das lutas entre os agentes produtores desse mesmo espaço. O uso, ocupação do solo e valorização imobiliária desencadeada pela atividade relacionam-se com o recente processo de migração para a periferia. Conforme seus estudos, a década de 1990 é marcada pela expansão das ocupações em todas as direções da periferia do centro histórico. O surgimento de novos loteamentos, promovidos pela Prefeitura Municipal, “serviram de ‘abrigo’ para a classe média local, após a venda de suas casas no núcleo histórico, onde têm um grande valor venal, em detrimento dos novos bairros, que são menos valorizados” (CAMPOS, 2006, p.132).

Campos (2006) também argumenta que Tiradentes não se encaixa nos estudos clássicos do tema de gentrificação, pois não houve um processo de ‘abandono’ e de desvalorização da área central, daí o termo gentrificação incompleta, utilizado em seu trabalho. Para o autor, a área sempre foi referência para os tiradentinos, desde a criação da cidade, no início do século XVIII. Da mesma forma, também ressalta a dualidade da cidade, ainda que sem o antagonismo expresso na pesquisa de Zolini (2007):

> Tiradentes vive entre a opacidade e a luz repentina que os eventos turísticos criam em certos momentos do ano. Isso faz da cidade um espaço dual, mas combinado, expresso aqui em algumas exemplificações: convivem, na cidade, os intelectuais e os artistas plásticos, com pessoas de baixa escolarização e que apenas conhecem as cidades mais próximas de Tiradentes; na gastronomia, a cidade convive com a simplicidade e tradição da comida mineira, ao lado de restaurantes que reproduzem a cozinha internacional, de certos países; o comércio local vive a euforia dos eventos, principalmente, e também dos finais de semana, em oposição aos dias de semana, quando está voltado prioritariamente para a população fixa da cidade (CAMPOS, 2006, p.163).

A dualidade, consequência das transformações rápidas e recentes que ocorreram em Tiradentes, causa, também, o estranhamento do indivíduo com sua própria cidade, resultante da transmutação dos valores, das tradições e da relação entre população local e o patrimônio histórico arquitetônico. De acordo com o pesquisador:

> Os tiradentinos vivem numa ‘cidade dual’. Isso significa que sua população enfrenta situações que vão da simplicidade de uma pequena cidade, até certo ar cosmopolita. Isso significa ainda que existe parte da população invadida por um sentimento de apreço e de identificação com esse processo de atração de turistas e de moradores, com a sofisticação do equipamento urbano local. Entretanto, há também quem não se identifique com as "novidades" impostas pela atual função de Tiradentes. Para esses que ‘não se enquadram’, às vezes nem o apelo econômico seduz (CAMPOS, 2006, p.136).

Em sua pesquisa, Campos (2006) identifica que os comerciantes, empresários e artistas que atuam na cidade são imigrantes – terminologia que o autor usa para se referir ao grupo que veio de fora de Tiradentes, atraído pela demanda turística do município –, enquanto a população local emprega-se em atividades de baixa remuneração, com longas jornadas de trabalho, ou ocupam-se de atividades não registradas. Essa população trabalha para os forasteiros e dividem os postos de trabalho com pessoas de outros municípios limítrofes, como São João Del Rei ou Santa Cruz de Minas. Os imigrantes dominam o principal eixo comercial da cidade, localizado, sobretudo, no Largo das Forras e na Rua Direita. O pesquisador cita a importância de se verificar a influência que o contato da população de Tiradentes com os imigrantes “oriundos de cidades tão distintas da realidade sociocultural que essa pequena cidade encerra” (CAMPOS, 2006, p.133), entretanto não se propõe a fazer tal análise.

Alguns projetos de revitalização para cidade, elaborados no início da década de 1980, são citados em seu trabalho, como o já mencionado *Plano de Organização Espacial e Preservação do Centro Histórico de Tiradentes* e o *Projeto Tiradentes.* Ambos tinham como objetivo revitalizar a cidade, entretanto, a revitalização exige grandes investimentos cujo retorno se realiza, também como especulação imobiliária. Assim, a revitalização desloca antigos habitantes, mas também os possibilita ganhos financeiros antes impensáveis, tornando-se um “um alívio para a população local, vítima de décadas anteriores de estagnação econômica” (CAMPOS, 2006, p.160).

A revitalização dos bens de valor artístico e histórico em Tiradentes, aliada ao fortalecimento da economia, com ações voltadas para o turismo, transmuta, processualmente, a cidade ruína para uma com alto poder de atratividade.

As abordagens escolhidas para as pesquisas que analisamos não se propõem a dissecar os grupos e ver tais processos sobre a ótica de atores sociais que, no nosso entendimento, não podem ser categorizados nas dualidades apresentadas. Da mesma maneira, considerar que as relações de vivência e apropriação dos habitantes com o núcleo antigo da cidade foram

perdidas pode esconder novos significados atribuídos ao patrimônio arquitetônico e urbanístico local. Será que poderíamos falar em ressignificação ao invés de extinção? Falar em perda das relações pode esconder novas formas de interagir com o espaço? Entendemos que os valores são ressignificados e não extintos, numa não relação com o patrimônio. Assim, também os processos de mercadorização pelo turismo e gentrificação proporcionam perdas, mas também podem gerar ganhos, como a valorização dos imóveis. Poderíamos questionar o que significou esses ganhos para a população de uma cidade onde perdurava a crise econômica. Há, então, alguns benefícios em todo esse processo?

É válido destacar a semelhança das fontes escolhidas para as entrevistas nos três trabalhos: o ex-secretário de turismo e dois funcionários do Iphan aparecem em todas as pesquisas, gerando informações que são reforçadas nos os três textos. Por exemplo, como o ex-secretário de turismo ajudou a criar os citados festivais de Cinema e Gastronomia, eles ganham destaque nas pesquisas como fatores de grande relevância para o desenvolvimento do turismo na cidade: "Os festivais de Cinema e Gastronomia, que começaram a ser realizados por volta de 1995, foram responsáveis pela demanda potencial existente nos dias atuais" (CAMPOS, 2006, p.111). Destaca-se, também, o entendimento da cidade dual em outros aspectos: intelectuais x pessoas de baixa escolarização; simplicidade local x requinte internacional; euforia de eventos x calmaria nos dias de semana; visitantes x população fixa da cidade. Entendemos que a dualidade é um panorama necessário para análises mais gerais, cujo foco está no processo e não nos atores. Entretanto, caberia o questionamento se essa cidade bipartida se faz na atualidade e se tal dualidade não esconde outras formas de relação com o centro histórico e com o patrimônio.

Da mesma forma, a inexistência do diálogo entre o ser urbano e as estruturas erigidas nos parece uma conclusão que pode mascarar relações que, ao longo da vivencia cotidiana da cidade e das atividades do próprio mestrado profissional, pudemos perceber: podemos citar a religiosidade como uma força que relaciona população e patrimônio material e que insiste em quebrar o ritmo imposto pelos usos turísticos.

Com seus pontos positivos e negativos, o turismo, a mercadorização do patrimônio e a elitização da área central de Tiradentes são processos consolidados na cidade, causa e consequência de mudanças espaciais e sociais locais. Se, por um lado, tais processos possibilitaram o desenvolvimento econômico local, por outro, resultam, a princípio, em uma redução do convívio cotidiano, à medida que parece excluir àqueles que não podem consumir

a cidade. Entretanto, como salienta Ulpiano Meneses (2006), a cidade só pode ser entendida como um todo fragmentado, cujo território se decompõe em pontos múltiplos de apropriação desigual.

1.2 Os Projetos de Revitalização da cidade

O Plano de Organização Espacial e Preservação do Centro Histórico de Tiradentes, elaborado na década de 1980, se mostrou uma importante referência para o entendimento da cidade antes da intensificação das transformações que viriam a ocorrer. Além disso, esse plano refletia a ideologia recorrente do momento: trabalhar a recuperação do patrimônio tombado aliado ao desenvolvimento turístico. Entendemos que o diagnóstico da cidade e as propostas de revitalização apresentadas nesse material merecem ser analisadas por: (i) apresentarem uma leitura do momento da cidade; (ii) se tratar de uma ação em parceria com o Iphan e refletir, em suas justificativa e diretrizes, os valores do órgão naquele momento; (iii) ser tratado pelos pesquisadores como um dos primeiros planos de gestão que trata da revitalização da cidade no aproveitamento turístico, atividade que era, até então, incipiente, mas que viria a se fortalecer nas décadas seguintes.

Já o Projeto Tiradentes, que foca a revitalização econômica, apresenta algumas informações relevantes sobre o panorama da cidade à época de sua execução, principalmente pelo diagnóstico do município apresentado e pela metodologia que alinha a recuperação da economia e do patrimônio construído. Como destaca Campos (2006), o projeto foi uma das primeiras propostas de revitalização da cidade, fruto de parcerias que viriam a se tornar constantes na recuperação do patrimônio material e nos incentivos para o desenvolvimento da indústria turística. Além disso, os dois trabalhos mostram outros olhares sobre Tiradentes: seja pela perspectiva do poder público local ou pelo viés cosmopolita e acadêmico de um estrangeiro. Dessa maneira, abordaremos mais detalhadamente esses principais projetos de revitalização da cidade.

O Plano de Organização Espacial e Preservação do Centro Histórico de Tiradentes foi elaborado pela Fundação João Pinheiro, em 1980, através de um convênio entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Prefeitura Municipal. O objetivo do convênio era alcançar algumas cidades históricas em Minas Gerais,

como São João Del Rei, Prados e Tiradentes. A consultoria resultou, também, em propostas de leis de ocupação e uso do solo, código de obras, código de posturas, projetos de restauração de duas edificações e indicações gerais para preservação da Serra de São José.

O Plano tinha como objetivo geral a conservação, restauração e revitalização dos núcleos urbanos de interesse histórico, a par de seus crescimentos, sem romper com a memória gravada ou com o processo de desenvolvimento. Metodologicamente, ocorreram análises da ocupação e uso do solo no centro histórico, observando as manifestações populares, as tendências de expansão e a localização de atividades econômicas no tecido urbano. Sua elaboração contou com profissionais de diversas áreas, como economistas, arquitetos, geógrafos, historiadores, advogados e sociólogos. No diagnóstico da situação do município de Tiradentes, o estudo ressalta que o tombamento não assegurou a preservação das edificações da cidade em função do estado de degradação do casario em geral.

> Há que ressaltar que a presença institucional do IPHAN, através do tombamento, em 1938, do acervo arquitetônico e paisagístico da cidade, e posteriormente do tombamento individual de várias edificações religiosas e civis implicou na maior valorização e divulgação do acervo local, quer como objeto de interesse dos estudiosos, quer como potencial turístico, o que, entretanto, não tem assegurado à cidade em nível satisfatório, a preservação de sua integridade física (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980, p.11).

Assim, segundo o Plano, o tombamento desencadeou três efeitos: a deterioração e a não habitação das edificações protegidas, que acabaram por se tornar bens de espólio com muitos herdeiros e partilhas não resolvidas; a valorização e a consequente aquisição dessas edificações dentro do conjunto tombado por pessoas de fora; a importância turística e o a aparecimento de serviços voltados exclusivamente para o público externo. O tombamento da cidade foi um fator de gentrificação, identificado ainda em 1980.

No levantamento que considerou o núcleo do conjunto histórico, 15% das edificações encontravam-se subutilizadas, 10% desocupadas ou em estado de deterioração e 5% quase sempre fechadas (de uso esporádico, pois seus proprietários residem fora). Portanto, um total de 30% de edificações que não cumprem sua função esperada resulta em uma perda crescente de animação e uso do conjunto, o que justificaria a ideia da revitalização. A população local, em crescimento nesse período, segundo os dados do IBGE (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980), passava a habitar novos bairros da periferia: Cuiabá, Várzea de Baixo, Pacu e Cascalho. A densidade de ocupação do núcleo do conjunto histórico é baixa em relação a

esses bairros periféricos. A situação de degradação do patrimônio tombado é, também, reflexo da retração econômica local. Os índices de saúde infantil são descritos como problemáticos e os casos de desnutrição, verminose e dificuldades de aprendizagem estão relacionados à extrema pobreza de grande parte da população (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980).

Sobre o turismo, alguns trechos do estudo mostram que a atividade ainda era incipiente e não contava com infraestrutura adequada para se desenvolver. O diagnóstico mostra uma estrutura mínima:

> (...) os quatro hotéis atualmente existentes e que funcionam com capacidade ociosa, exceto nos períodos de carnaval, semana santa e da grande festa local empregam apenas 19 pessoas, segundo levantamento da Secretaria de Turismo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980, p.20).

Os visitantes não deixam recursos na municipalidade além da aquisição de bijuterias, "pois apenas uma pequena parcela dos turistas chega a fazer ali uma refeição" (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980, p.17). Os proprietários das quatro hospedagens e dos três restaurantes sobrevivem por meio de outras atividades. Quanto a tradição em artesanato de prata, o Plano informa que o asfaltamento da estrada (BR265) e a entrada da cidade no circuito turístico do Estado de Minas Gerais seria a razão básica para a consolidação dessa produção que, no entanto, atenderia apenas aos turistas excursionistas.

O município é citado diversas vezes como local "de interesse turístico" devido à incidência de elementos indutores desta função, como o conjunto arquitetônico de valor histórico. Se o tombamento não possibilitou a conservação da materialidade dos bens, a alternativa apresentada é soerguer a economia por meio da importância e capacidade de atração que os mesmos bens possuem. Como estratégia para o "alento econômico", cita-se o aproveitamento da tradição artesanal entre a população e implantação de programa envolvendo os órgãos estadual e nacional de preservação para se processar a restauração simultânea de diversas edificações. Essas obras dariam emprego a habitantes locais, assegurando uma dinamização da economia tanto pelos postos de trabalho gerados quanto pela consequente expansão do turismo face à preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico do núcleo. Além disso, garantiriam a necessária intervenção para a recuperação do deteriorado patrimônio existente no município (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980).

Entretanto, a vitalidade esperada do centro histórico prevê usos compatíveis para não transformar a cidade em "galerias decorativas de um museu urbano, abertas às classes mais

privilegiadas da população, que passarão a adquiri-las para seu acervo particular" (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980, p.1). Por isso, o Plano entende que é obrigação do poder público garantir a vitalidade dos centros localizando, ali, equipamentos institucionais e serviços comunitários em proximidade com o uso residencial e atividades e equipamentos de apoio ao turismo. Assim, para iniciar esse projeto, seria necessário reconstruir e restaurar edificações no núcleo histórico nas quais poderiam ser instalados equipamentos de interesse sociocultural. Fala-se em conservação não apenas física, mas de uma integração dos bens à sociedade: "para uma perfeita identidade e salvaguarda desse acervo urbanístico faz-se necessária à consolidação dos valores típicos através de um tratamento distinto e de uma integração física e social com os demais setores da cidade contemporânea" (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980, p.68).

Desse modo, os estudos acabam por propor algumas medidas. A primeira trata da organização espacial do centro e das áreas de expansão através da legislação municipal que, no entanto, não chegou a ser aplicada pelo poder público local. Parte da proposta delimitava a área do núcleo arquitetônico e urbanístico de interesse do patrimônio histórico e artístico e restringia novas construções nesse setor, permitindo apenas obras de restauração, reconstrução de prédios ruídos e reformas ou reorganização interna das edificações existentes. Há, também, como produto do Plano, duas propostas de restauração de edificações com usos posteriores já definidos. O projeto de restauração da Sede do Aimorés Futebol Clube conjuga a necessidade de preservação de um sobrado, cujo estado de conservação inspirava cuidados imediatos e a importância simbólica do local, em que julga-se fundamental a permanência de atividades recreativas e de lazer para a revitalização do centro antigo de Tiradentes. O outro projeto tratava da reparação das fachadas de um imóvel já parcialmente ruído, recuperando-o para ser utilizado como centro do artesanato local.

Interessante notar que, ainda em 1980, período anterior ao processo de gentrificação e transformação dos usos, já se falava na perda da animação do conjunto, ainda não pela exclusividade do uso turístico, mas pela subutilização e desocupação dos imóveis. Os 5% das casas de uso esporádico mostram a tendência que se confirmou ao longo do tempo: edificações pertencentes a famílias que não residem na cidade. Os estudos informam a divisão da cidade em dois grupos que iriam ser retratados nos diversos estudos posteriores: a população local e os visitantes. Já se apresenta, também, a dualidade de uma função cotidiana e uma função turística de interesse nacional e internacional, que visa atender a uma clientela

diversificada e distante dos habitantes locais: "(...) um nível de atendimento local com botequins, quitandas e armarinhos e um nível de atendimento especializado, com restaurantes, lojas de antiguidades, joias e artesanato da região" (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980, p.60).

Já o outro projeto de revitalização do mesmo período, o Projeto Tiradentes, está sempre relacionado à figura marcante do seu responsável, que morou na cidade para desenvolver seu trabalho com os artesãos locais. A única informação sobre o Projeto que tivemos acesso foi o livro de seu próprio idealizador: Manfred A Max-Neef, um economista chileno que, à época, dedicava seus estudos ao desenvolvimento das cidades de pequeno porte, estimulando formas autossustentáveis de satisfação das necessidades humanas, pregando um retorno à discussão da economia em escala local, como crítica ao generalismo dos planos de desenvolvimento urbano em escala nacional, muitas vezes, pensada para grandes metrópoles.

No livro intitulado *From the Outside Looking in Experiences in Barefoot Economics* (MAX-NEEF, 1982), o autor descreve toda sua experiência no Projeto e informa que o convite para trabalhar em Tiradentes aconteceu após sua apresentação no encontro organizado pelo Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional[18] (CINTERFOR), ocorrido em Assunção. O pesquisador foi chamado pelo Diretor Geral do SENAC, à época, Maurício Magalhães Carvalho, para realizar seu projeto de revitalização de forma experimental na cidade. Este primeiro encontro da CINTERFOR, ocorrido em 1977, gerou a temática para o seminário do ano seguinte, no México: trabalho, formação profissional e qualidade de vida em cidades pequenas. Nesse encontro, fixou-se, em definitivo, a parceria entre o SENAC e a CINTERFOR para a viabilização do Projeto experimental de revitalização em Tiradentes.

O conceito de revitalização descrito parte do conhecimento dos próprios moradores da cidade, que são estimulados a darem um novo significado para a identidade local ou regional, resultando em novas possibilidades e oportunidades que refletem essas características. Na

[18] CINTERFOR (Centro Interamericano para el Desarrollo del Conocimiento en la Formación Profesional) é um serviço da Organização Internacional do Trabalho (OIT) , criada em 1963, com sede em Montevidéu, Uruguai. Segundo descrição no site oficial da organização, o Centro é uma resposta às necessidades de indivíduos, empresas e países em matéria de formação profissional e desenvolvimento de recursos humanos. Ele atua como núcleo articulador de uma rede de gestão do conhecimento de instituições e agências relacionadas com estas temáticas. Ver: OIT. Sobre OIT/Cinterfor. Disponível em: <http://www.ilo.org/cinterfor/sobre-cinterfor/lang--es/index.htm>. Acesso em 11/05/2016

prática, o autor do projeto partiu, em 1979, para um período inicial de seis meses em Tiradentes e suas primeiras percepções nos informam características locais que vão além do encantamento pelas construções, passando pela descrição de seus moradores. As informações são detalhadas, na forma de um diário, reforçando aquilo que o pesquisador entendia como fundamental: reforçar a importância dos habitantes e da identidade do local. Talvez por isso, seu olhar passe pelas relações que acontecem nos espaços e sua experimentação da cidade.

O relato sobre sua chegada à pequena cidade do interior indica, de maneira quase etnográfica, o encantamento pela arquitetura e pelos "tesouros artísticos" de séculos passados, observando, com curiosidade, os remanescentes das antigas instituições, tradições e ofícios que representariam uma oportunidade de revitalização. As sete confrarias e os artesãos são vistos como um negócio em potencial para melhoria na qualidade de vida da cidade e construção de uma maior autossuficiência local. O visitante relata aquilo que via: um homem carregando leite em cima de uma mula, outro vendendo queijo em uma bicicleta. Turistas do Rio de Janeiro barganhando antiguidades e tirando fotos do patrimônio deteriorado, passeando no carro do ano, um Passat, último modelo. Crianças brincando com seus brinquedos feitos em casa. Um grupo de senhores bebendo cachaça enquanto assistem à televisão no bar. Sinos tocando nas igrejas, um escultor trabalhando em um relógio de sol. A velha cadeia, a Serra de São José protegendo a cidade, um garoto exibindo o velho Chafariz. Segundo o autor, a nostalgia se torna um estado de mente: "Eu estava vivendo a 'contemporaneidade do não contemporâneo'. As mulas e os carros, o Chafariz e a televisão, o relógio de sol e o meu relógio Casio de lítio" (MAX-NEEF, 1982, p.150).

Seguindo suas anotações, o autor descreve o sentimento de divergentes eras coexistindo no mesmo espaço. Diferente de qualquer cidade antiga que conheceu, onde a vida moderna corria na sua velocidade usual cercada por museus e antiguidades, na cidade de Tiradentes, o tempo parecia sincronizado por causa da tranquilidade e das formas de interação das pessoas. Existia uma coerência entre tempo e espaço, já que o tempo das pessoas que ali residiam era regulado por eventos: antes ou depois da missa, antes ou depois do horário da escola, depois do encontro na prefeitura, e assim por diante. Em longo prazo, o tempo era regulado pelas várias festas religiosas e patrióticas, cuja preparação era uma tarefa que se sobrepunha a qualquer outro compromisso.

Outro aspecto que chamou sua atenção foi a distribuição social do espaço que, segundo o pesquisador, integrava toda a diversidade humana. Não havia quarteirões

designados para ricos ou para pobres; qualquer um, não importando seu status, pode ser vizinho de qualquer um. A pobreza não está escondida, como nas grandes cidades, é aparente e se materializa nos dados sobre as crianças da região: na prevalecente desnutrição infantil, na perda de dentes da vasta maioria dos jovens de até 15 anos e nos problemas de pele apresentados pela falta de proteínas e vitaminas na alimentação.

Ao aprofundar suas pesquisas com as crianças, Max-Neef (1982) se surpreendeu com as opiniões acerca do patrimônio material local, considerado, por ele, de grande valor artístico. Tendo essa visão em mente, o autor ficou admirado com a grande quantidade de crianças que queriam se livrar do velho e ver a cidade cheia de casas modernas[19]. Depois de dialogar com elas, o pesquisador entende que as construções antigas eram extremamente atrativas para os visitantes, mas ninguém via a pobreza e a miséria que existia na população por detrás daquelas paredes. A lógica das crianças era associar o velho com a miséria. O antigo significa privação. Como resultado dessa questão, o autor afirma a sua opinião de que qualquer projeto de revitalização deveria começar pela melhoria da qualidade de vida das pessoas. Só então, a preservação e revitalização do ambiente físico teria algum significado:

> É uma bela velha cidade a ser salva – e deve ser salva – mas é imperativo salvar as pessoas em primeiro lugar. Os futuros adultos, que serão um dia os responsáveis pela cidade, estão dando um aviso muito claro (MAX-NEEF, 1982, p.175).

Partindo do princípio de melhorar a qualidade de vida através do aprimoramento de atividades sustentáveis de especificidade local, ocorreram, além das citadas pesquisas com as crianças moradoras da área urbana e rural do município, ações voltadas para incentivo da produção artesanal. Primeiramente, foi elaborada uma publicação sobre um casarão em estado de degradação avançado, com informações históricas e reconstituição do que seria a feição original do imóvel na forma de desenhos. A publicação tinha três objetivos: incentivar instituições públicas e privadas a fazerem a restauração do edifício ou, ao menos, contribuir para; classificar os ofícios tradicionais executados na construção e seus mestres; e, por último, tentar achar as pessoas que ainda executavam tais ofícios. A ideia era que qualquer restauração deveria originar em revitalização de ofícios tradicionais relevantes e contratar

[19] Um total de 107 crianças foi entrevistado: 51 garotos e 56 garotas, divididos em três categorias de acordo com o status socioeconômico dos seus pais: 1) crianças de empregadores, 2) crianças de empregados, 3) crianças de trabalhadores por conta própria e de autônomos. Nessa questão, eram a favor da total modernização 73% das crianças de empregadores, 71% das crianças de empregados e 41% das crianças de trabalhadores autônomos – como artesãos (MAX-NEEF, 1982, p175).

mão de obra local a fim de contribuir para melhoria da qualidade de vida dos artesãos e suas famílias. Nesse sentido, as revitalizações físicas e humanas poderiam andar juntas, seguindo a filosofia do projeto.

Com o foco na produção artesanal, foram feitos, também, cursos de formação profissional em parceria com o SENAC, exibições de fotografias antigas e foi formada a Corporação dos Artesões de Tiradentes. A descrição das ações do Projeto destaca a participação e envolvimento comunitário, a tentativa de impulsionar uma atividade que já existia, a geração de renda, os bons resultados alcançados, principalmente com relação aos números de participação, o envolvimento emocional de moradores, a visibilidade internacional do programa em detrimento dos poucos recursos investidos e a capacidade da economia ser autossustentável, com a gestão feita pelos próprios artesãos. Além de seu contrato com a CENTERFOR, durante os primeiros meses de execução do projeto, os recursos necessários foram financiados, em parte, pela Fundação Roberto Marinho. Depois de seis meses, os investimentos foram interrompidos, principalmente por considerarem que o projeto era muito vago. O apoio financeiro durante todo o período posterior ficou a cargo do SENAC. Alguns cursos de artesãos locais chegaram a ser financiados pelo Ministério do Trabalho e os serviços de fotografia tiveram apoio do Iphan, do Banco Bamerindus e da Kodak.

Em fevereiro de 1981, foi anunciado o fim do projeto pelo SENAC, quando decidiu-se pela organização de um seminário de avaliação do projeto pelas pessoas do município. A mais relevante opinião, repetida por muitos, foi a de que o Projeto Tiradentes resultou em ações efetivas, que realmente beneficiaram a comunidade e não ficaram apenas em planos e promessas. Nas considerações do autor, as melhorias foram consideráveis e ocorreram em um curto período de tempo, com recursos mínimos. Ele acredita que Tiradentes fez progressos, uma vez que a letargia resultante da depressão econômica e a sensação de abandono deu espaço a um novo dinamismo e uma renovada confiança no potencial comunitário. Max-Neef (1982) também cita a SAT como instituição que representa uma nova vida e novas esperanças para a cidade e seu meio ambiente.

Como um projeto experimental, pelo qual foi possível colocar em prática uma teoria que não havia sido previamente testada, o livro foi escrito a convite da Universidade de Uppsala[20] e conclui que a experiência foi certeira. A descrição do Projeto, em momento

[20] Universidade de Uppsala é uma universidade pública localizada na cidade de Uppsala, na Suécia.

nenhum, cita, diretamente, o turismo. Atualmente, a produção de artesanato é uma atividade forte na cidade e nos municípios vizinhos, principalmente a produção de móveis. O que nos chama atenção na descrição da cidade feita pelo autor, no início da década de 1980, são as relações cotidianas – práticas perdidas com o estabelecimento da atividade turística – a importância da religiosidade, seja nas confrarias ou nas manifestações, a pobreza da população e a deterioração do patrimônio material. Entretanto, uma descrição nova e não abordada pelas demais pesquisas citadas é a pouca importância do patrimônio material local para as crianças da região, o que nos leva a refletir sobre o próprio valor do patrimônio: se o casario e monumentos coloniais possuem valor artístico e histórico para aqueles que olham de fora, para as crianças, o patrimônio material decadente estava intimamente associado ao velho e a pobreza, às condições insatisfatórias de vida.

O autor do livro também destaca que, desde a primeira atividade elaborada pelo Projeto – a publicação e exposição da produção artesanal local –, foi estabelecido um bom relacionamento com Aluísio Magalhães, então presidente do Iphan. Max-Neef (1982) evidencia que tal relacionamento resultou em contribuições futuras da instituição, mas que, principalmente, trouxe grande satisfação poder ver que a filosofia do Projeto tinha vários elementos fundamentais em comum com as ideias do presidente do Instituto. As semelhanças entre as concepções e metodologias difundidas no Projeto Tiradentes e os objetivos do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)[21], dirigido por Aluísio Magalhães, são perceptíveis.

Segundo Maria Cecília Fonseca (2005), o CNRC tinha como proposta buscar indicadores para a elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado às necessidades nacionais, vinculando a questão cultural ao desenvolvimento e propondo o conhecimento de aspectos pouco estudados da realidade brasileira. Se, em um primeiro momento, a ênfase dos trabalhos do CNRC era nas experiências de referenciamento, posteriormente, passou a envolver, também, a responsabilidade social da pesquisa e a consideração dos grupos pesquisados, contando, inclusive, com programas específicos para o mapeamento do artesanato brasileiro e levantamentos socioculturais. Assim como o Projeto Tiradentes, a proposta era mapear as atividades culturais locais e fomentá-las, propiciando desenvolvimento econômico. As atividades do CNRC também pretendiam a aproximação com os produtores,

[21] O CNRC foi criado em 1975, fruto do convênio entre o Ministério da Indústria e Comércio e o Governo do Distrito federal, empregando intelectuais sob a coordenação de Aluísio Magalhães que se dedicaram a montagem de um sistema de produção de referências da dinâmica cultural brasileira. "Tratava-se de colocar a questão da identidade nacional a serviço da elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado à realidade nacional" (SANT'ANNA, 2005, p. 184).

de modo a apreender as trajetórias, transformações e resistências dessas atividades, considerando as especificidades de cada caso e cada momento, descartando receitas para lidar com a questão do artesanato. Para o CNRC, o objetivo era a busca de um modelo de desenvolvimento apropriado às condições locais e compatíveis com os diferentes contextos culturais brasileiros. A perspectiva era revelar a capacidade dessas atividades, antes apreciadas como folclore, de gerar valor econômico e de apontar alternativas apropriadas ao desenvolvimento brasileiro (FONSECA, 2005). Logo, o Projeto Tiradentes, que partia da perspectiva de aprimoramento de atividades sustentáveis de especificidade local, em muito se assemelhava ao ideal do CNRC e de seu presidente, principalmente quando passam a se pautar em ações voltadas para incentivo da produção artesanal do lugar.

Os planos e projetos de revitalização de Tiradentes estão inseridos em contextos diferenciados no conjunto das ações de salvaguarda do patrimônio urbano pelo órgão de preservação nacional que, por sua vez, enquadra-se em um panorama político, social e econômico mais amplo. Entendemos que as pesquisas utilizadas na revisão bibliográfica enfatizam, principalmente, os processos e contextos locais, bem como a ação de atores e organizações civis como principais produtores do discurso preservacionista e das efetivas ações de preservação do patrimônio material que iniciaram a revitalização da cidade. O estudo elaborado pelo Iphan e utilizado desde 1994 até os dias atuais para a gestão do patrimônio tombado não chega a ser citado, exceto por Neves (2013). Entretanto, o inventário e suas diretrizes são citados apenas na perspectiva de legislação que divide a cidade em oito setores. Isso reafirma a importância de nos aproximarmos das ações do órgão na cidade, que pode nos informar sobre os mesmos processos de revitalização, gentrificação e outras mudanças ocorridas em Tiradentes sob outras perspectivas. Esperamos, então, complementar nossa análise sobre a cidade compreendendo as ações do Iphan quanto à gestão do conjunto tombado.

2 NARRATIVAS SOBRE O PATRIMÔNIO: AS CIDADES TOMBADAS

No presente capítulo, pretendemos discorrer sobre as principais ações do Iphan quanto à preservação das áreas urbanas tombadas, partindo do entendimento que a ação local é embasada por um discurso nacional sobre o patrimônio – mais especificamente, sobre as cidades consideradas patrimônio, recorte que nos interessa. O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes, acautelado logo nos primeiros anos de atuação do recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), é um exemplar de cidade-patrimônio que foi moldada, também, pelas ações para sua preservação. Tais ações se alteraram historicamente, de acordo com as estratégias e objetivos de cada fase do órgão, passando pelo tombamento e a valoração da arquitetura colonial, pelo desenvolvimento turístico e pela transformação da cidade interiorana em local com alto poder de atração nacional e internacional, onde um dos destaques é o patrimônio material tombado. Logo, as ações do Iphan representam uma importante força que influi na maneira de ver, reconhecer e narrar o patrimônio. Percorrer essas fases da atuação no que tange às cidades tombadas é, também, desvendar como o patrimônio oficial local foi sendo formado, apropriado e modificado, na medida em que, a ele, se agregavam novos significados.

Como referência, utilizaremos o trabalho de Márcia Sant'Anna (1995; 2003; 2004), pesquisadora das políticas de preservação e proteção de áreas urbanas no Brasil, que nos apresenta uma visão importante sobre a atuação do órgão nesse contexto. A autora é, também, professora permanente do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio, cujas aulas serviram de complementação ao conteúdo do trabalho publicado. Em sua pesquisa, investigou a constituição das áreas urbanas-patrimônio no Brasil caracterizadas como "fragmentos urbanos ou cidades inteiras preenchidas com significado pela ação do Estado" (SANT'ANNA, 1995, p.18). A autora faz um panorama da evolução dos conceitos e dos discursos praticados na proteção de tais áreas através das ações desenvolvidas pelo aparelho do Estado destinado a esse fim, o Iphan. O material produzido teve, como fonte, a documentação dos processos de tombamento do arquivo central do Instituto[22], seus instrumentos jurídicos e urbanísticos e os planos de valorização das áreas urbanas.

[22] O Arquivo Noronha Santos está subordinado ao Departamento de Identificação e Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e tem como atribuição a guarda e a preservação da documentação de valor permanente produzida no âmbito do IPHAN, especialmente as Superintendências Regionais e os setores técnicos ligados à administração central. Fonte: ARQUIVO NORONHA SANTOS. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans/>. Acesso em: 22 de agosto de 2016.

Ao compreendermos a formação do patrimônio como símbolo da nacionalidade ou sua apropriação como estratégia de desenvolvimento econômico – no caso de Tiradentes, com atores e processos específicos, como visto no capítulo anterior –, passamos a conceber os bens tombados com valores não intrínsecos em si mesmos, mas que lhes são atribuídos com uma finalidade. Como melhor esclarece a pesquisadora, as áreas urbanas-patrimônio são entendidas, assim como qualquer outro bem patrimonial, como resultado de uma produção que mobiliza diversos saberes – por exemplo, a estética e a história – para produzir significados. Assim, a produção do patrimônio é encarada como qualidade que se agrega aos objetos das mais variadas origens e cronologias, enobrecendo-os. Entretanto, tal produção pressupõe situações estratégicas – construção ou afirmação de identidades, educação, gestão da propriedade, política urbana ou política econômica, por exemplo. Ou seja, a produção do patrimônio, ou das áreas urbanas tornadas patrimônio, participa de situações estratégicas voltadas a um fim específico. Para se tornarem patrimônio, são agregados aos bens os elementos discursivos – como os saberes e significados – e aqueles não discursivos: elementos visíveis que materializam o patrimônio e se confundem, muitas vezes, com o próprio objeto materializado, como as arquiteturas ou as organizações espaciais. Embora as áreas urbanas não sejam produzidas com a finalidade de se tornarem patrimônio, o fato de assumirem tal qualidade lhes agrega um significado que ultrapassa sua função original, são lugares de visibilidade do patrimônio em si, constituindo esquemas visuais postos em circulação (SANT'ANNA, 1995).

Dessa forma, a autora entende que analisar áreas urbanas como um objeto ao qual se qualifica patrimônio é assumi-las como resultado de um conjunto de discursos e visibilidades de um dado momento em função de um objetivo estratégico: o próprio conceito de área urbana patrimônio evolui e se transforma mais por tais objetivos do que como resultado da evolução da percepção ou do progresso das disciplinas que informam a preservação. O entendimento do patrimônio como discurso em função de objetivos estratégicos elucida que não há significados intrínsecos às coisas e práticas, mas, sim, atribuições dadas aos bens materiais ou imateriais. Seguindo a mesma concepção, Meneses (2012) complementa que os bens culturais não têm, por autonomia, sua significação. São, antes de tudo:

> (...) coisas (ou práticas) cujas propriedades derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizadas pelas sociedades, grupos sociais, comunidades para operar e fazer agir suas crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc. (MENESES, 2012, p.32).

Na pesquisa de Sant'Anna (1995), os elementos discursivos e não discursivos agregados às áreas urbanas tombadas foram compreendidos pelo estudo das operações de seleção, salvaguarda e conservação destas áreas. Tais práticas foram consideradas privilegiadas por serem pontos de contato entre os agentes estatais e a sociedade: a seleção que se traduz nos processos de tombamento; a conservação descrita em planos e propostas de valorização dos aspectos formais que devem ser preservados; e a salvaguarda, analisada por meio dos instrumentos jurídicos, urbanísticos e programáticos utilizados ou propostos para proteção. Por meio das três operações, a pesquisadora se dispôs a compreender as estratégias e as relações de força que ocorreram em determinados períodos, nos propondo a seguinte divisão temporal: a fase da cidade monumento (1937 a 1967), a fase do desenvolvimento regional (1967 a 1979), a fase da cidade documento (1980 a 1990) e a fase da cidade-atração (década de 1990). Nosso interesse recai, principalmente, nas ações praticadas a partir da década de 1980, quando se originaram os estudos do Iphan que, até os dias atuais, guiam as ações de intervenção na cidade.

É válido ressaltar que, no final da década supracitada e início dos anos noventa, ocorreu o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (Inbi-Su), em Tiradentes, cujo objetivo oficial, como detalharemos adiante, era fornecer material adequado para conhecimento do conjunto tombado e possibilitar a criação de critérios de proteção para a preservação das características que motivaram o tombamento. O Inbi-Su e a Proposta de Critérios e Normas de Proteção[23] dele derivado foram os instrumentos utilizados pelo órgão de proteção do patrimônio nacional para frear as intervenções descaracterizantes no conjunto tombado em função da aceleração da economia e mudanças de usos. A leitura deste material em específico nos informa o entendimento da cidade como documento e conta sobre os direcionamentos acerca da proteção do patrimônio e dos valores a serem preservados em Tiradentes. O inventário e suas diretrizes, já atualmente entendidas como regras a serem cumpridas para qualquer intervenção no patrimônio material tombado, firmaram-se localmente como uma força capaz de influenciar a dinâmica das mudanças na cidade e a relação de proprietários e usuários com o espaço. Para compreensão do Inbi-Su, examinamos duas produções do próprio Iphan sobre a metodologia geral do Inventário e sobre a metodologia aplicada em Tiradentes, seu projeto piloto. Essas publicações informam as

[23]A Proposta de Critérios e Normas de Proteção é composta por diretrizes para intervenções no patrimônio tombado de Tiradentes. Foram elaboradas a partir do Inventário Nacional de Bens Móveis em Sítios Urbanos e são utilizadas desde sua aprovação pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em 1994.

versões oficias sobre o trabalho, uma vez que foram publicadas e dirigidas, também, ao público externo. Por fim, buscaremos ilustrar como ocorreu a interação entre população e Iphan na época de realização do Inventário, através do material da exposição de divulgação dos trabalhos produzidos e das publicações contidas no jornal local que circulou no período.

2.1 O tombamento e o desenvolvimento econômico

O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes foi tombado em 20 de abril de 1938 por meio do Processo 66-T-38, no Livro de Belas Artes. Mais adiante, ocorreu o tombamento isolado de construções religiosas e civis que integram o conjunto[24]. A cidade chega ao ano de seu tombamento em estado de conservação crítico, estagnação econômica e com um casario de feições coloniais pouco alteradas. As fotos do período que integram acervo do Escritório Técnico II do Iphan em Tiradentes mostram um núcleo urbano pouco denso, a presença da vegetação nos quintais e um casario com degradações aparentes.

[24]Bens tombados pelo IPHAN em Tiradentes: Matriz de Santo Antônio, Processo 405-T-49 em 29/11/1949; Capela São João Evangelista, Processo: 66-T-38 em 27/01/1964; Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Processo: 410-T-49 em 06/12/1949; Capela de Nossa Senhora das Mercês, Processo 66-T-38 em 27/01/1964; Capela da Santíssima Trindade, Processo 66-T-38 em 27/01/1964; Capela de São Francisco De Paula, Processo 66-T-38 em 27/01/1964; Capela do Senhor Bom Jesus, Processo 66-T-38 em 27/01/1964; Casa à Rua Padre Toledo (Museu Padre Toledo), Processo 431-T-50 em 04/08/1952; Casa à Rua Padre Toledo nº8 - Casa Do Forro Pintado, Processo: 431-T-50 em 25/04/1954; Chafariz De São José, Processo 406-T-49 em 03/12/1949; Estação Ferroviária de Tiradentes, Processo 1.185-T-85 em 01/09/1989.

Figura 3 - Rua do Chafariz em foto de 1948. Fotografia de W.J. Craig



Fonte: Queiroz (2010)

Figura 4 - Rua Direita. Sem data. Autoria desconhecida



Fonte: Acervo Iphan

Figura 5 - Foto do núcleo setecentista anterior à década de 1940. Autoria desconhecida.



Fonte: Acervo Iphan

Figura 6 - Foto do núcleo setecentista de 1921. Autoria desconhecida.



Fonte: Acervo Iphan.

Figura 7 – Rua Resende Costa e sobrado hoje pertencente a Prefeitura Municipal. Foto anterior à década de 1940. Fotografia de Stilli.



Fonte: Acervo Iphan.

Sem delimitação oficial do perímetro registrado em processo de tombamento, a área entendida como tombada dentro da cidade, segundo Santos Filho (2015), correspondia ao núcleo setecentista que continha características arquitetônicas do período colonial e, dessa forma, não incluía trechos do tecido urbano onde havia as poucas construções ecléticas – área de expansão da cidade em direção à estação ferroviária: "é curioso notar que a Prefeitura estabeleceu, com aquiescência silenciosa do Iphan, que o tombamento não passava do Largo das Forras" (SANTOS FILHO, 2015, p.21). Nesse primeiro período de atuação do Iphan, as cidades tombadas eram, em sua maioria, reconhecidas pelo seu valor artístico estritamente relacionado a construções do século XVII e XVIII, inscritas no Livro do Tombo das Belas Artes. A apreciação estética que comandava a seleção das áreas urbanas-patrimônio seguia aos predicados de integridade e homogeneidade expressos pelos modernistas:

> Faziam jus a essa inscrição as áreas que apresentavam as seguintes características: homogeneidade do conjunto com predominância da arquitetura típica dos séculos XVII e principalmente XVIII; a integridade do conjunto, isto é, poucas alterações realizadas nos elementos arquitetônicos das edificações ou sistemas construtivos; e

> traçado urbanístico mais ou menos espontâneo, caracterizando o modo de urbanização predominante na América Portuguesa durante o período colonial (SANT'ANNA, 1995, p.130).

A fase inicial de atuação do órgão de preservação representou o período em que predominava o ideal das cidades-monumento e a construção da identidade nacional. Foi quando originou-se, por meio dos modernistas que fundaram a instituição, o discurso que, até hoje, informa grande parte das operações de intervenção estatal no patrimônio urbano (SANT'ANNA, 1995). Nesse momento, prevalece o entendimento da preservação como atividade exclusivamente técnica e cria-se um forte corpo conceitual e teórico para orientar as ações de seleção, conservação e salvaguarda do patrimônio histórico e artístico nacional.

A invenção do patrimônio urbano no Brasil se deu logo nos primeiros anos de atuação do órgão, com seis cidades mineiras inscritas no Livro do Tombo das Belas Artes em 1938, uma vez que "os modernistas identificavam em Minas Gerais o berço da nossa cultura" (SANT'ANNA, 1995, p.123). As cidades mineiras tombadas – Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro, São João Del Rei e Tiradentes – eram consideradas obras de arte excepcionais e suas qualidades artísticas atendiam ao ideal de uma nova identidade artística e cultural nacional. Por outro lado, tais cidades estavam, também, visivelmente estagnadas economicamente. Sant'Anna (1995) destaca a importância desse estado de estagnação, já que, na visão dos modernistas, o tombamento de cidades em franco desenvolvimento ou em posição central na economia poderia comprometer a urbanização defendida pelos cânones modernos. Da mesma maneira, o instrumento do tombamento ainda frágil nas suas concepções iniciais poderia sofrer maiores embates. Dessa forma, "o tombamento só era aplicado inicialmente a cidades que podiam ser vistas inteiramente como obras de arte, sem grandes chances de modificação e reestruturação, por sua própria posição periférica" (SANT'ANNA, 1995, p.128).

Além disso, as cidades eleitas eram consideradas pouco alteradas, o que garantia a possibilidade de "restauração ou manutenção da feição colonial da área selecionada" (SANT'ANNA, 1995, p.131), cumprindo o ideal de retorno ao estado original da obra que balizava os critérios de conservação. Segundo a pesquisadora, as operações de conservação do período eram, então, destinadas a reestabelecer a pureza formal e a honestidade construtiva da arquitetura colonial. As cidades mineiras foram espaço de experimentação e consagração de procedimentos de intervenção no patrimônio material, consolidando critérios que ressaltavam a simplicidade da forma e despojamento dessa arquitetura. Entretanto, com exceção de Ouro

Preto, essas operações de conservação não ocorreram de forma maciça nos conjuntos tombados, sendo aplicadas com maior recorrência em monumentos isolados.

As operações de salvaguarda anunciavam que já existia a percepção da cidade como um objeto patrimonial, embora não existisse uma política de proteção específica para as áreas urbanas-patrimônio. Ou seja, as cidades tombadas não eram vistas como somatório de um grande número de monumentos excepcionais. Ao tratar do tombamento de cidades inteiras, o objeto seria o bem imaterial constituído pelo conjunto de suas características, indicando, assim, uma proteção predominantemente voltada à paisagem urbana ou ao exterior das edificações. Nesse sentido, as ações de preservação deveriam ocorrer em conjunto com o poder público municipal, o que não se concretizou na prática:

> Embora o poder de editar normas edílicas e urbanísticas fosse do município e apesar disso ser essencial para a preservação das cidades-monumento, conforme raciocínio do próprio Rodrigo M. F. de Andrade, na prática, desde o início, o Iphan adotou uma política autoritária e de ostensiva fiscalização com relação às prefeituras. Em pouquíssimas ocasiões procurou ou conseguiu realizar trabalhos em conjunto com elas. Assim, já na década de 40, eram mantidos representantes do SPHAN nas cidades-monumento de Minas com a incumbência de fiscalizar a ação de particulares e das municipalidades, orientar intervenções, providenciar o embargo de obras irregulares, ou simplesmente estabelecer uma comunicação direta da sede da repartição do Rio de Janeiro com essas localidades (SANT'ANNA, 1995, p.141).

As ações de conservação do Iphan informam que a cidade apreendida como monumento refletia em critérios pensados para uma obra de arte de uma época específica, um todo fechado. O crescimento das cidades, quando ocorresse, deveria desenrolar-se fora dela, em local afastado, uma vez que não se concebia seu crescimento orgânico e contínuo. Para o preenchimento das lacunas – interrupções no tecido urbano –, era recomendada a recomposição de fachadas, adotando as características da arquitetura tradicional: construções novas deveriam seguir as antigas no que se refere aos materiais característicos e sistema construtivo tradicional. Tem-se, então, a criação do 'estilo patrimônio', principalmente a partir dos anos 1950, quando as cidades começam a se desenvolver. Tal estilo, mesmo que pensado apenas para as lacunas, ou seja, casos caracterizados como exceções, acabou por guiar as novas construções em áreas tombadas: "apesar do discurso sobre a verdade arquitetônica, os modernistas não foram capazes de manter sua posição radical de honestidade construtiva" (SANT'ANNA, 1995, p.137).

Pretendia-se alcançar a preservação com o controle da forma, resultando, muitas vezes, em falsas configurações. Como consequência da visibilidade de tais formas em

detrimento de outras, as ações de seleção, conservação e salvaguarda contribuíram para a disseminação do que tinha valor como patrimônio e, por outro lado, do que poderia e deveria ser descartado. Nesse primeiro momento, o importante era produzir discursos que construíssem a identidade nacional (SANT'ANNA, 1995).

De acordo com Sant'Anna (1995), no contexto da economia brasileira, a política agroexportadora da década de 1940 desenvolve-se, no final dos anos 1950, para o modelo industrial voltado ao mercado interno e financiado pelo capital estrangeiro. Marcadamente, há um crescimento da área urbana na região sudeste e, na década de 1960, grande parte das cidades históricas passavam de uma realidade de estagnação econômica para outra, de crescimento demográfico em função da metropolização de algumas regiões, da implantação de indústrias, da abertura de estradas e do aumento do fluxo turístico. Assim, se os problemas iniciais da preservação do patrimônio em áreas urbanas era a manutenção das características formais da cidade monumento, com a arrancada industrial os problemas urbanos relacionados ao crescimento acelerado passam a compor os novos desafios. Em Tiradentes, ainda que a década de 1960 tenha sido marcada pela abertura da estrada pavimentada que permitiria uma melhoria no acesso à cidade e pelo início de um turismo ainda incipiente, o maior problema de conservação do patrimônio ainda era conter a degradação do casario e monumentos. As pressões e problemas oriundos da expansão urbana só viriam se agravar com a explosão da atividade turística nas décadas de 1980 e 1990.

A partir do final da década de 1960, a base da atuação do órgão foi fundamentada nas recomendações feitas pelo representante da UNESCO, Michel Parent[25], que realizou duas viagens ao Brasil, entre 1966 e 1967, e elaborou um relatório visando auxiliar a formulação de uma política de preservação do patrimônio nacional. Tal política deveria se pautar no ideal de preservação por meio do planejamento urbano e do aproveitamento turístico: seria a forma adequada de controlar os impactos do desenvolvimento pelo turismo previsto para a conservação dos conjuntos históricos. Segundo a pesquisadora, impulsionados pelos discursos internacionais de preservação – principalmente a Carta de Veneza e as Normas de Quito[26] –,

[25] Michel Parente foi Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, enviado ao Brasil pela UNESCO, visando assessorar o então SPHAN na formulação de políticas de proteção do patrimônio. Parent visitou o Brasil entre 1966 e 1967 (SANTA'ANNA, 1995, p. 148).

[26] A Carta de Veneza foi elaborada em 1964, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, estabelecendo definições, em um plano internacional, para conservar e restaurar os bens culturais. Já o documento das Normas de Quito é resultante do encontro da Organização dos Estados Americanos (1967) e trata do reconhecimento do valor econômico dos bens do patrimônio cultural e sua utilização como instrumentos de progresso (CURY, 2004). O turismo é interpretado como atividade que pode revalorizar os bens

os relatórios de Michel Parent e as recomendações da UNESCO destacam o valor econômico do patrimônio cultural, sendo o turismo a atividade mais adequada para aportar tal valorização.

O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PCH-Nordeste), criado em 1973, seria o primeiro programa do governo, embora em âmbito regional, a incorporar alguns desses preceitos nas linhas de atuação para conservação do patrimônio histórico, na tentativa de aliar preservação, desenvolvimento e geração de renda através da atividade turística. Dentre às conquistas do programa, destacam-se a estruturação do governo estadual para proteção do patrimônio e o deslocamento das questões patrimoniais da esfera cultural para a econômica. Por outro lado, na análise de Santa'Anna (1995), o programa não cumpriu efetivamente a função do desenvolvimento local, já que o investimento inicial não chegou a estimular a iniciativa privada e houve o emprego maciço de capital em projetos que não eram capazes de gerar recursos para sua própria conservação.

Em 1977, o programa foi estendido para todo o território nacional por pressão dos demais governos estaduais, com uma política de financiamento para investimentos em restaurações de monumentos e conjuntos em áreas economicamente debilitadas, ameaçadas pelo crescimento urbano ou outras atividades econômicas. O foco principal torna-se a solução de problemas das cidades:

> A preservação do patrimônio passa então a ser um fator de promoção e harmonização de um crescimento urbano compatibilizado com as raízes culturais, e não mais de promoção do desenvolvimento econômico através do turismo (Sant'Anna, 1995, p.165).

Segundo a pesquisadora, o plano de desenvolvimento urbano para as cidades em Minas Gerais, dentre elas, Tiradentes[27], surgiu nesse contexto e foi financiado pelo Governo Federal por meio de Programas Estaduais de Restauração. Nesses planos, há o entendimento geral de que a conservação dos conjuntos urbanos estaria aliada à "facilitação das atividades turísticas e a restauração de alguns monumentos destacados que promovessem a conservação das áreas adjacentes por contágio" (SANT'ANNA, 1995, p.173). Eles chegaram a ser realizados, mas, em sua maioria, não foram executados. A falta de sua aplicabilidade real foi

culturais e assegurar a rápida recuperação do capital investido nesse fim, favorecendo o desenvolvimento econômico de um país. Nesse contexto, incentiva-se a associação dos interesses turísticos aos valores propriamente culturais dos monumentos e conjuntos urbanos.

[27] O Plano de Organização Espacial e Preservação do Centro Histórico de Tiradentes, elaborado nesse contexto e executado pela Fundação João Pinheiro na década de 1980, foi apresentado no Capítulo 1.

causada, segundo a autora, pelos interesses divergentes do mercado em relação à propriedade urbana, pela não vinculação com a realidade local e pela falta de participação das municipalidades. Ainda que a elaboração dos planos de desenvolvimento urbano significasse um momento de renovação da política de salvaguarda, a inexistência de um instrumento legal que tornasse sua efetivação obrigatória também contribuiu para torná-los inócuos.

Dessa forma, a grande alteração no entendimento das áreas urbanas-patrimônio do período é a compreensão da cidade monumento ampliada em seus limites e apropriada não apenas como obra de arte fechada, mas um meio de desenvolvimento econômico (SANT'ANNA, 1995). As áreas tombadas seriam lidas como instrumento de política urbana que pode suprir necessidades e solucionar desigualdades. No entanto, a autora destaca que, por mais que o objetivo da conservação fosse o desenvolvimento da atividade turística, os critérios estilísticos adotados permaneceram os mesmos praticados nos primeiros anos de atuação do SPHAN: retorno às características coloniais, homogeneização do conjunto e concepção da cidade como obra de arte.

2.2 A cidade documento

A partir da década de 1980, novas estratégias reforçam o entendimento das cidades-patrimônio como documento e instrumento de política. O discurso do período norteou importantes ações em Tiradentes que refletem, até os dias atuais, em diretrizes de preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade. A década de 1980 foi, segundo Sant'Anna (1995), quando mais se debateu sobre o problema da preservação do espaço urbano, considerando os processos de tombamento abertos e as publicações do Iphan no período. Ainda assim, poucos avanços concretos se efetivaram quando se considera os instrumentos legais propostos ou as políticas de desenvolvimento urbano que contemplam, também, a preservação. Para a pesquisadora, o sistema nacional de preservação dividido em grupos com diferentes enfoques para as dimensões conceituais, econômicas e formais das áreas urbanas patrimônio impediu maiores avanços.

No momento que precede a década de 1980, o órgão nacional de proteção do patrimônio era dividido entre o SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), em um contexto nacional de crise econômica que viria a permear toda década. Tal cenário dificultava a operação de políticas de preservação que tinham como investimento somente o

dinheiro público, como o já citado PCH. Por outro lado, no entender da autora, foi período em que ocorreu uma revisão do discurso sobre o patrimônio, agregando novas áreas do conhecimento para a abordagem da questão. O Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) teve papel fundamental nesse processo, pois dele viriam os profissionais que trariam novos conteúdos e discussões. A coordenação desses intelectuais por Aluísio Magalhães e seu cargo como presidente do sistema federal de preservação possibilitou novas discussões, incorporando, também, o CNRC ao sistema SPHAN/FNPM.

Um conceito fundamental do período formulado pelas ações do CNRC foi a noção de *bem cultural*, expressão que incluiria, em um todo maior, o tradicional patrimônio, suas manifestações artísticas, mais os produtos e manifestações procedentes do fazer popular. Tal conceito passou a "informar todo o discurso oficial da preservação no nível da SPHAN/FNPM e também as diretrizes da política cultural da Secretaria da Cultura do MEC, criada em 1981" (SANT'ANNA, 2005, p.185-186). Nesse sentido, os bens culturais são entendidos como processuais, dinâmicos e relacionados ao contexto social ao qual se inserem. A seleção desses bens deveria ser capaz de apreender a pluralidade do país e sua preservação teria que atender ao interesse das comunidades, integrando poderes e interesses locais.

Segundo a pesquisadora, o discurso forte e consistente não alcançou toda a instituição que permaneceria dividida. No entanto, destaca-se a importância dos debates suscitados, principalmente quanto ao tombamento de bens da cultura popular antes não contemplados pela prática tradicional. Os novos tombamentos foram importantes pela promoção de um debate de ideias, ainda que não chegassem a proporcionar mudanças concretas: o maior ganho, nesse momento, é que a preservação passa a ser entendida como prática política e não eminentemente técnica. Todavia, o sistema pensado, apesar de coerente em seu discurso, não conseguiu sobreviver após a morte precoce do então presidente do órgão e a instituição permaneceu dividida entre a tradicional linha de trabalho do SPHAN e a linha de trabalho do CNRC, voltada para a referência cultural.

A gestão de Aluísio Magalhães reforçou o discurso da comunidade como principal guardiã de seu patrimônio e responsável por sua conservação. Fala-se na preservação como prática de promoção social, cuja responsabilidade deve ser compartilhada com foco na participação dos poderes locais. No quadro conceitual, a cidade *bem cultural* é entendida como organismo vivo, mutável e em permanente construção e reconstrução, em oposição às cidades obra de arte: mortas e imutáveis, destinadas ao apreço de suas qualidades estéticas e

artísticas. Nesse período, o discurso sobre as ações de preservação determinava o entendimento da dinâmica dos bens e do seu contexto social, procurando não somente conservar sua materialidade, mas atender aos interesses da comunidade e preservar seu conteúdo social.

O entendimento da preservação de áreas urbanas tombadas via promoção social permaneceu, de alguma forma, na ação do órgão, chegando a refletir em planos que associavam a habitação à conservação do patrimônio. As cidades ou núcleos urbanos deveriam ser reabilitados para tal uso e, nessa perspectiva:

> A fixação da população residente na área era considerada imprescindível, sendo propostas normas precisas para garantir que o processo de renovação não fosse atingido pelas leis de mercado, provocando a expulsão dos habitantes mais carentes (SANT'ANNA, 1995, p.193).

De acordo com Sant'Anna (1995), a experiência de Olinda foi a única prática nesse sentido, mas possibilitou o entendimento, pelo órgão, de preservação, de que era possível mudar o foco de atuação nos centros históricos, antes resumido em fiscalização, restauração e controle da forma. A essa conscientização é atribuída a reflexão que levou ao surgimento do INBI-SU, montada pela coordenadoria de registro e documentação da FNPM. Com base no relatório técnico do seminário sobre inventário de centros históricos que ocorreu em Ouro Preto, em 1989, entende-se que o INBI-SU "foi a forma encontrada para instrumentalizar a instituição com os dados necessários ao desenvolvimento de ações globais e à definição de normas e critérios de intervenção para apoio da rotina de análise e aprovação de intervenções" (SANT'ANNA, 1995, p.198). Entretanto, segundo a opinião da autora, a atividade do inventário não foi implantada em todo sistema, mudando muito pouco o quadro geral da instituição.

O INBI-SU foi aplicado como Projeto Piloto em Tiradentes, resultando em regulações do Iphan sobre a ocupação do solo na cidade, prática que se iniciou com as portarias de entorno. Tais portarias permitiram ao órgão legislar sem se envolver com o legislativo e executivo municipal e, por outro lado, enfatizaram tensões existentes entre o órgão federal, o poder municipal, a população e os interesses econômicos em voga. Segundo Sant'Anna (2004), A delimitação do entorno dos monumentos localizados em Jacarepaguá[28] inaugurou

[28] Realizado entre 1983 e 1986, o estudo para a delimitação dos entornos dos monumentos localizados em Jacarepaguá – Igreja da Pena, Fazenda Taquara, Fazenda Engenho d'Água e Aqueduto dos Psicopatas –

os critérios de preservação que entendiam as áreas urbanas tombadas como documentos sobre a formação social que só poderiam ser apreendidos com a compreensão dos diversos estágios de sua evolução. A autora destaca a importância desse caso em específico na constituição de uma metodologia de análise do espaço que considera a identificação dos fenômenos histórico-culturais para proporcionar fundamentação teórica aos critérios de intervenção.

A prática de seleção de áreas urbanas patrimônio na década de 1980 também passa por grandes mudanças: de cidade-monumento, modelo da civilização material, da nação para cidade documento, rica em informações sobre a vida e a organização social do povo brasileiro. É, dessa maneira, um período de crítica à forma de seleção praticada anteriormente, cuja avaliação puramente estética e arquitetônica dificultava uma abordagem mais ampla:

> Não mais um objeto de arte, a cidade patrimônio, definida agora como um documento que informa sobre a ocupação do território brasileiro e sobre os processos históricos de produção do espaço urbano, é vista especialmente como fonte de conhecimento multidisciplinar. Essa nova abordagem justificou e proporcionou o tombamento de áreas consideradas sem interesse artístico, mas representativas dos períodos ou situações sociais e econômicas que marcaram a evolução das cidades, modificando sua estrutura (SANT'ANNA, 1995, p.212).

A área urbana patrimônio é, então, vista como documento histórico e área de atuação e conhecimento multidisciplinar, vinculada à história, etnografia, arqueologia e urbanismo, além da história da arte e da arquitetura, como usualmente já ocorria. Os tombamentos do período instituíram uma metodologia de seleção baseada na interpretação e recolhimento de informações sobre o processo de produção do espaço urbano.

Cabe destacar que a pesquisa de Sant'Anna (2004) entende que este novo valor atribuído às áreas urbanas patrimônio encontrou reação contrária de habitantes ao verem tombadas áreas antes consideradas sem nenhuma monumentalidade ou valor arquitetônico. Também as práticas de conservação do período sofrem embates de intelectuais que questionam o caráter elitista da atuação do Iphan, assim como os membros jovens da instituição defendem uma abordagem mais histórica e menos estética. As críticas se encontram alinhadas à função documental da área urbana patrimônio: as restaurações estilísticas promovem limpeza visual, retiram marcas sociais e perseguem a forma original,

---

procurou ser um exemplo de metodologia de análise e identificação de valores urbanos para a preservação, além de um instrumento de resistência ao desenho urbano determinado pelo poder econômico e refletido nas leis de zoneamento e uso do solo (SANT'ANNA, 1995, p.207).

apagando os registros fundamentais para que o objeto cumpra sua função de testemunho da história.

Se os critérios de seleção inovaram no discurso e na abordagem da cidade como documento, houve dificuldades em transpor os mesmos conceitos para as intervenções. A manutenção da diversidade tipológica e estilística sem uma metodologia para a compreensão das características do espaço urbano – e, consequentemente, sua preservação – levou a critérios confusos e contraditórios, presos a concepções ainda homogeneizadoras e uniformizantes do espaço: "(...) na grande maioria dos conjuntos tombados se continua, em nome da preservação de certas tipologias, a se exercer um tipo de controle estético e fachadista, que uniformiza o espaço urbano" (SANT'ANNA, 1995, p.217).

O INBI-SU aplicado em Tiradentes foi uma experiência de metodologia inovadora e coerente com o conceito de cidade-documento, aliando preservação e um método de análise urbana dentro de um contexto mais amplo, no qual os critérios de preservação de áreas tombadas permaneceram ocorrendo sem apoio teórico ou metodológico consistente. Nesse sentido, consideramos importante a compreensão do Inventário realizado em Tiradentes, também, por se tratar de um olhar institucional do Iphan sobre a cidade.

2.3 O INBI/SU em Tiradentes e as diretrizes de preservação

Conforme informação do manual de aplicação do método, a cidade de Tiradentes foi escolhida como projeto piloto do INBI-SU no seminário ocorrido em Ouro Preto, em 1989, quando se verificou a necessidade de concluir o trabalho de inventário em um sítio histórico para posterior avaliação e revisão dos procedimentos com base na experiência adquirida (IPHAN, 2007b). O objetivo do inventário era se constituir como uma ação de preservação do patrimônio, passando para outros suportes as informações contidas nos bens, contribuindo para a elaboração de critérios de preservação e servindo como instrumento para a ação institucional.

De maneira geral, a década de 1980 foi marcada pelo estímulo à construção civil, pela valorização do patrimônio cultural em função do seu valor econômico para o turismo e pela descentralização das tarefas de preservação cultural para os estados e municípios (IPHAN, 2007b). A industrialização do país gerava novos desafios para a preservação do patrimônio

urbano, mas também propiciava o panorama para discussão de novas perspectivas e reflexões. Nesse ínterim, o conceito de cidade-documento se apresentava como base teórica que possibilitava a preservação e a manutenção dos valores que justificaram a preservação e, ao mesmo tempo, viabilizava o desenvolvimento socioeconômico. Tal conceito, que permeia todo o método, aborda a cidade como lugar socialmente produzido, onde se "acumulam vestígios culturais sucessivos resultantes da permanente apropriação das coisas do passado, documentando a trajetória de uma sociedade" (IPHAN, 2007b, p. 146).

Dessa forma, a metodologia proposta buscava o entendimento da linguagem formal da cidade que contém, em si, a expressão e os significados passíveis de serem lidos e interpretados. A forma urbana – seu traçado, lotes, volumes, detalhes construtivos – é resultado dos materiais do território natural, moldados diante das possibilidades do espaço e de estruturas preexistentes. Esta elaboração conceitual, segundo o manual de aplicação do Inventário (IPHAN, 2007b), foi apresentada pelo arquiteto do Iphan Luís Fernando P. N. Franco à época do Seminário Inventário de Centros Históricos de 1989.

A metodologia proposta na abordagem da cidade-documento parte de três linhas: pesquisa histórica sobre a formação e desenvolvimento do sítio para instrumentalizar a leitura do espaço urbano atual, fornecendo informações sobre seu processo de produção, uso e transformação; levantamento físico e arquitetônico do lote e edificação, especialmente úteis para apoiar a ação local do Iphan na fiscalização e aprovação de projetos; e entrevistas com moradores que reuniam dados socioeconômicos e opiniões sobre a cidade, propondo uma reflexão sobre o sentido da preservação ao promover a relação direta do Iphan com as comunidades. O resultado do INBI-SU seria, então, direcionado à gestão do sítio, com critérios de intervenção que buscavam preservar as características formais da área que lhe conferiam o caráter de documento urbano sem, no entanto, limitá-la a um papel nostálgico e estático de retrato do passado (IPHAN, 2007b).

A aplicação do INBI-SU em Tiradentes ocorreu do final da década de 1980 até 1994, dedicando-se a reunir e sistematizar dados sobre o conjunto urbano tombado. Nos fundamentos da *Proposta de Critérios e Normas de Proteção para o Sítio Histórico de Tiradentes* (IPHAN, 2007a) estão descritos os objetivos da aplicação do método, que inclui a necessidade de se estabelecer critérios e normas claros para a preservação de maneira que a relação estabelecida entre a instituição e os diversos agentes que atuam e vivem o processo de gestão da cidade seja clara, participativa e não arbitrária. Da mesma maneira, o INBI-SU

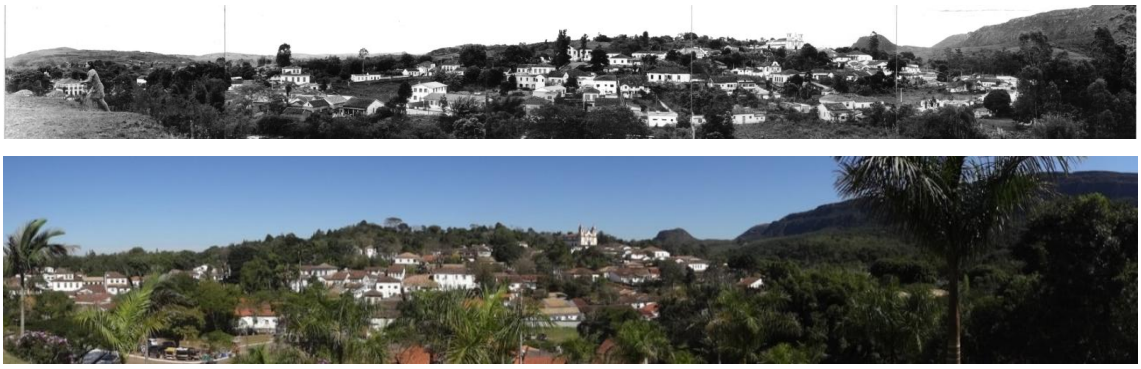
forneceria a documentação adequada para entendimento do sítio e sua gestão, evitando apreciações superficiais que pudessem ser encaradas como antidemocráticas, sem fundamentação e subjetivas. Assim, o estabelecimento de diretrizes tornaria a ação de preservação do órgão mais coerente e passível de ser assimilada em um momento de plena transformação territorial.

Como resultado, a pesquisa do Inventário assumiu a importância do núcleo setecentista – a forma urbana consolidada no século XVIII, referência para todas as ações subsequentes naquele território. Para além desse núcleo, foram contemplados outros marcos que balizaram a implantação da cidade. Assim, na leitura da cidade como documento, foram agregadas à estética e à história dos monumentos e do casario setecentista as formas de produção do espaço, as transformações dos seus usos, os vestígios das formas que cederam lugar a outras e também os vazios que deixaram marcas no território.

A documentação do inventário destaca a topografia local, com a Serra de São José, o contorno dos rios e as baixadas como as principais referências geomorfológicas para a implantação da cidade. Esses elementos físicos exerceram papel determinante como balizadores do espaço construído, agregando-se a outros qualificadores importantes, como as antigas áreas de exploração do ouro, os principais caminhos de entrada e saída do arraial e, ainda, o eixo de expansão da cidade consolidado em função da implantação da estrada de ferro.

Ainda sobre a formação e organização local, a Matriz de Santo Antônio é indicada como referência básica para a implantação da sede do poder público e religioso, espaço do poder, onde se localiza, também, o Pelourinho e a Casa de Câmara. Esse ponto constitui-se como principal polo de atração e irradiação da ocupação do território. Ao longo do século XVIII, há a consolidação da ocupação a partir do eixo Matriz em direção ao Chafariz de São José, delineando a ligação da parte alta com o baixio e áreas alagadiças de serviço da Vila, dando-se o surgimento de novas ruas e a construção de pontes e igrejas. Através dessas características de formação histórica do território, o inventário demarca, como núcleo básico inicial de formação da Vila. o setecentista, composto pelo traçado que é, hoje, formado pelas ruas da Câmara, Chafariz, Jogo da Bola, Direita e Padre Toledo: trilhas que demarcaram o sentido fundamental do processo de ocupação e desenvolvimento da vila. Nesse núcleo básico surgiram, também, becos e caminhos de acesso às "áreas de serviço", tais como a beira-rio, as fontes d'água e o espaço de produção.

Figura 8 - Vista panorâmica dos elementos construídos do centro histórico e vazios da paisagem natural, a partir da Igreja de São Francisco de Paula.



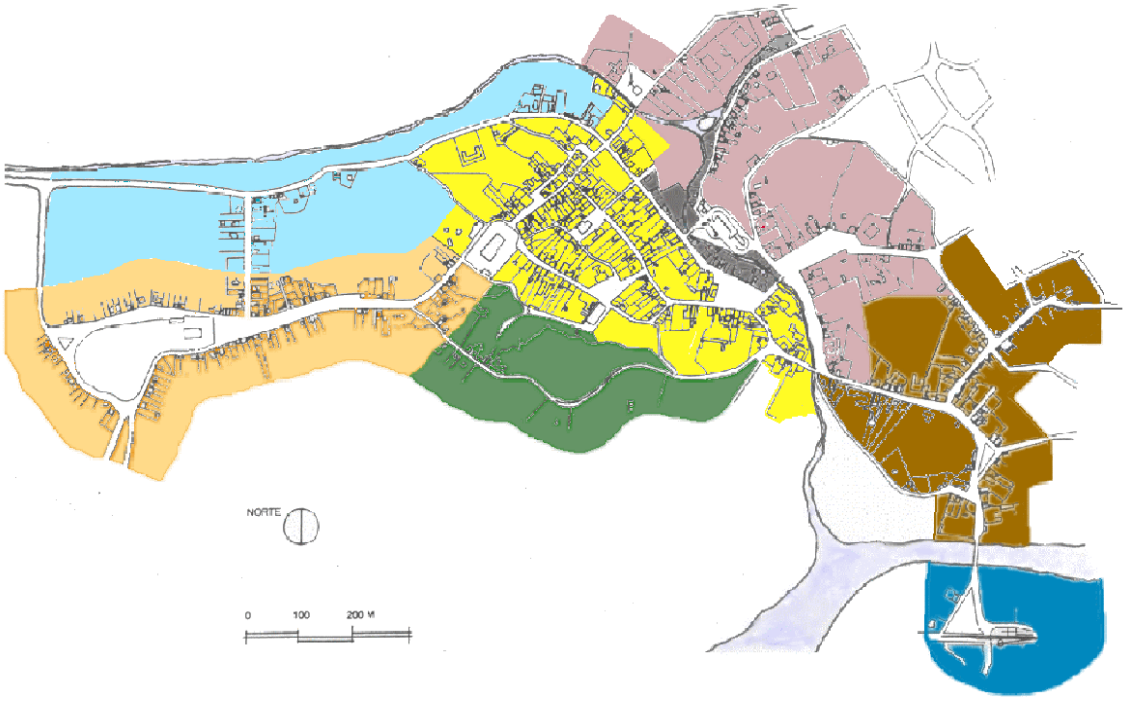
Fonte: IPHAN, s/data; 2015.

Além da compreensão da formação urbana territorial, o INBI-SU produziu a análise morfológica do núcleo setecentista, cujas características formais possibilitaram o estabelecimento dos valores que se pretendia preservar. Com dados do levantamento de campo, foram analisados o traçado, o parcelamento, a ocupação do solo e a tipologia arquitetônica da área de consolidação mais antiga da cidade. Complementando essas informações, identificou-se a planta típica tiradentina, aquela que determinou a estrutura básica das edificações no século XVIII, marcando as principais águas do telhado e a distribuição dos vãos. Esses elementos foram observados pela equipe que participou do inventário, como qualificadores do espaço, responsáveis pelas características que foram valoradas ainda em 1938, época de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico. Tais características foram utilizadas para a construção de diretrizes de proteção para o sítio histórico de Tiradentes na tentativa de contribuir para a salvaguarda do conjunto tombado.

A *Proposta de Critérios e Normas de Proteção para o Sítio Histórico de Tiradentes* propõe diretrizes para o parcelamento e ocupação do solo para oito setores de preservação, determinados em função da história da ocupação do território e de sua conformação à época do inventário. As diretrizes consideram, também, o grande número de obras novas e as transformações de uso em voga no período. O princípio destacado para a elaboração dos parâmetros é a manutenção da lógica de ocupação e de desenvolvimento da cidade:

> (...) o modo como os lotes se subdividem, a formação das quadras, as relações entre as áreas mais densamente ocupadas e as tradicionalmente menos ocupadas - garantindo, ao mesmo tempo, o predomínio das edificações mais antigas na paisagem e o que resta do cinturão verde contíguo ao traçado urbano tradicional (IPHAN, 2007a, p.41).

Figura 9 - Setores de preservação delimitados pelas normas de preservação de Tiradentes.



Fonte: Iphan, 2007a, p.41.

Mediante a aplicação da *Proposta de Critérios e Normas de Proteção para o Sítio Histórico de Tiradentes*, os técnicos do IPHAN operam na preservação do conjunto urbanístico e arquitetônico de Tiradentes. Os critérios são utilizados na análise dos projetos de construções novas, reformas, além das propostas de desmembramento, fusões e reconstruções. Atualmente, as normas estabelecidas – e utilizadas há mais de vinte anos – tendem a facilitar o diálogo entre técnicos do Instituto, proprietários e arquitetos. Se hoje os parâmetros já estão consolidados, a análise da documentação sobre o INBI-SU[29] mostra os desafios enfrentados à época de sua proposição, que coincidia com a retomada da economia do município através do turismo.

Segundo a documentação arquivada no Escritório Técnico, o início das atividades do Inventário em Tiradentes foi precedido por reunião de esclarecimento anunciada pelo pároco da cidade e pelo alto-falante da Matriz de Santo Antônio, como também por carta dirigida aos usuários de cada imóvel. Ao final do trabalho, que durou cerca de três anos, a população foi

[29] Foram consultadas as pastas referentes ao INBI-SU que constam no arquivo do Escritório Técnico do IPHAN em Tiradentes.

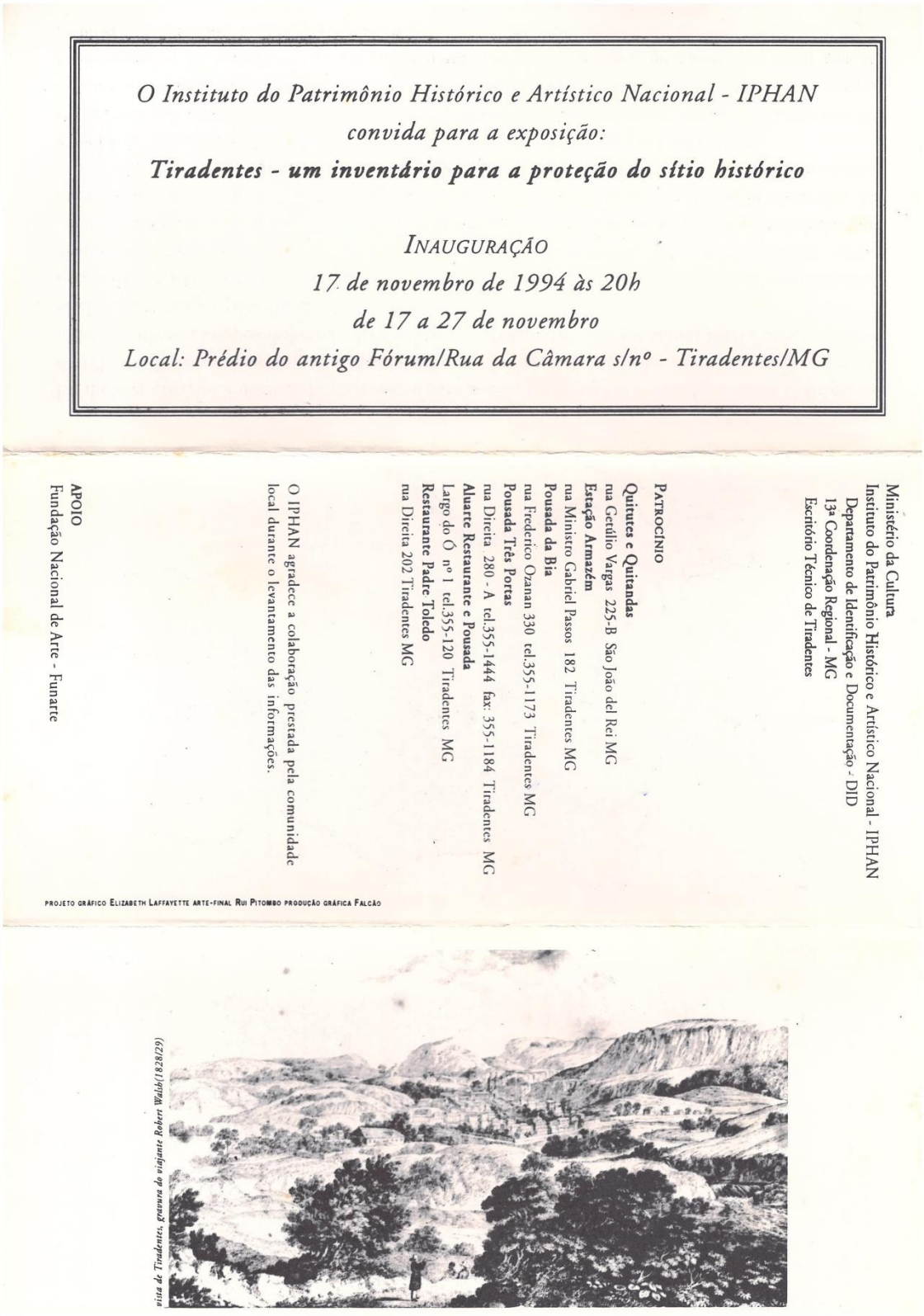
convidada para exposição que objetivava mostrar os estudos e a proposta de critérios e normas para proteção do conjunto arquitetônico e urbanístico tombado:

> O objetivo da exposição era dialogar com a comunidade diante da perspectiva de produção de um conhecimento sobre o sítio urbano e sua população, que passaria a subsidiar uma ação institucional participativa e clara, com critérios explicitados (IPHAN, 2007a, p.165).

Uma primeira possibilidade que se mostrou viável para entendermos a recepção do inventário e dos critérios e normas de preservação pelos usuários da cidade foi a investigação da ação informada como aquela que promoveu um contato entre os moradores e o trabalho realizado[30]. A exposição intitulada *Tiradentes – um inventário para a proteção do sítio histórico* foi inaugurada em 17 de novembro de 1994 e ficou durante 10 dias no prédio do antigo Fórum da cidade, segundo o texto do seu folheto-convite. Direcionado a comunidade local, o folheto expõe e agradece sua participação na realização do Inventário, convidando a todos para a apresentação dos primeiros resultados desse trabalho: a delimitação da área estudada e a importância dos critérios e normas de preservação. O texto expressa os desafios que envolvem a preservação no sentido de conciliar as permanências e transformações, preservar a identidade e, ao mesmo tempo, modificar e encontrar alternativas de desenvolvimento.

[30]Na bibliografia sobre a aplicação do Inventário em Tiradentes, a exposição é descrita como ação de contato entre a comunidade o Iphan: "A importância do diálogo com as comunidades moradoras e usuárias dos sítios urbanos, que foram o principal alvo das novas ações do Iphan na década de 80, orientou a implantação do trabalho na cidade" (IPHAN, 2007a, p.163).

Figura 10 – Frente do convite da exposição sobre o inventário.



O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
convida para a exposição:
Tiradentes - um inventário para a proteção do sítio histórico

INAUGURAÇÃO
17 de novembro de 1994 às 20h
de 17 a 27 de novembro
Local: Prédio do antigo Fórum/Rua da Câmara s/nº - Tiradentes/MG

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Departamento de Identificação e Documentação - DID
13ª Coordenação Regional - MG
Escritório Técnico de Tiradentes

PATROCÍNIO
Quitutes e Quitandas
na Getúlio Vargas 225-B São João del Rei MG
Estação Armazém
na Ministro Gabriel Passos 182 Tiradentes MG
Pousada da Bia
na Frederico Ozanan 330 tel.355-1173 Tiradentes MG
Pousada Três Portas
na Dircita 280 - A tel.355-1444 fax: 355-1184 Tiradentes MG
Aluarte Restaurante e Pousada
Largo do Ó nº 1 tel.355-120 Tiradentes MG
Restaurante Padre Toledo
na Dircita 202 Tiradentes MG

O IPHAN agradece a colaboração prestada pela comunidade local durante o levantamento das informações.

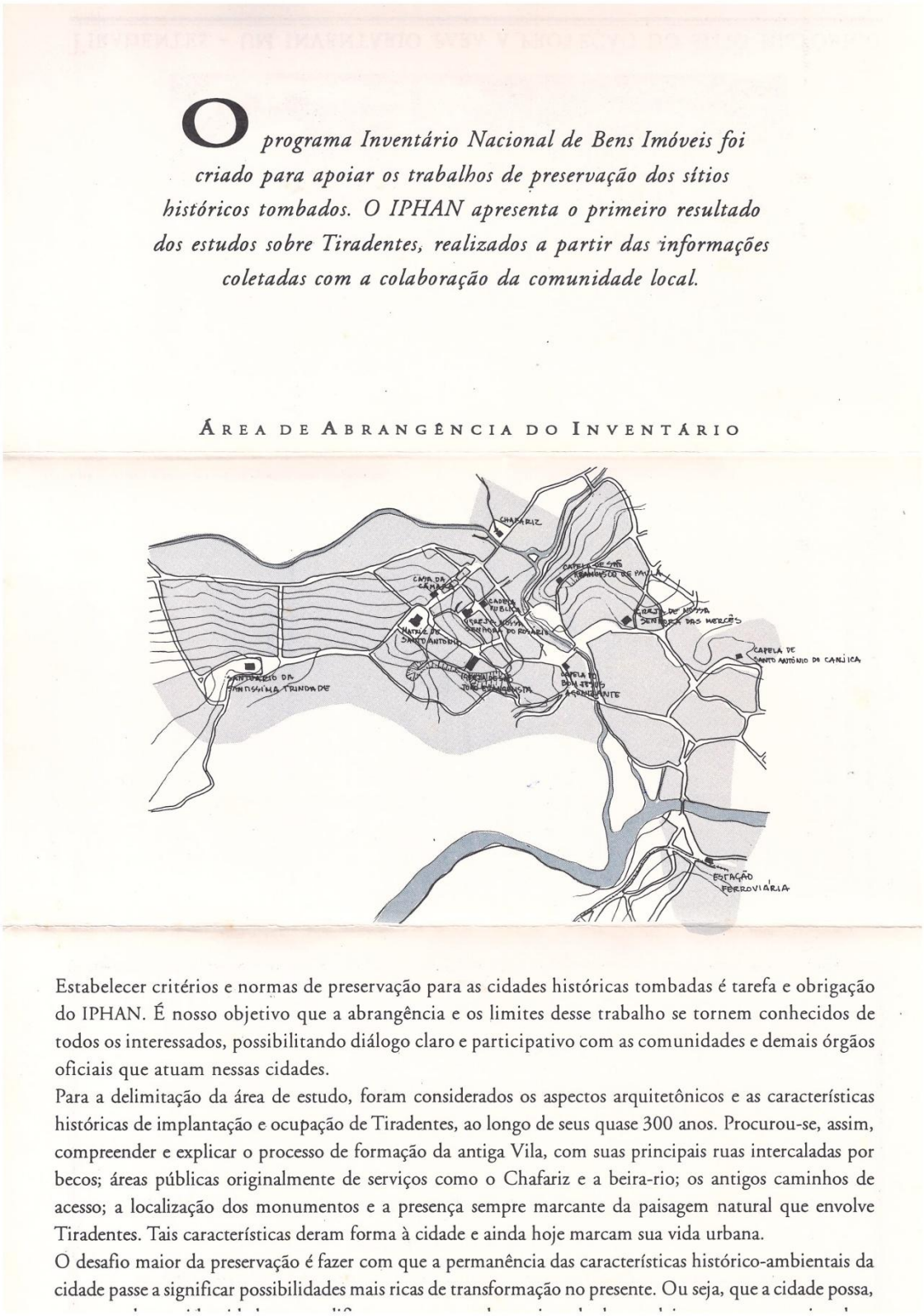
APOIO
Fundação Nacional de Arte - Funarte

PROJETO GRÁFICO ELIZABETH LAFFAYETTE ARTE-FINAL RUI PITOMBO PRODUÇÃO GRÁFICA FALCÃO

Vista de Tiradentes, gravura do viajante Robert Walsh (1828/29)

Fonte: processo do INBI-SU - exposição

Figura 11 – Verso do convite da exposição sobre o inventário.



O programa Inventário Nacional de Bens Imóveis foi criado para apoiar os trabalhos de preservação dos sítios históricos tombados. O IPHAN apresenta o primeiro resultado dos estudos sobre Tiradentes, realizados a partir das informações coletadas com a colaboração da comunidade local.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO INVENTÁRIO

Estabelecer critérios e normas de preservação para as cidades históricas tombadas é tarefa e obrigação do IPHAN. É nosso objetivo que a abrangência e os limites desse trabalho se tornem conhecidos de todos os interessados, possibilitando diálogo claro e participativo com as comunidades e demais órgãos oficiais que atuam nessas cidades.

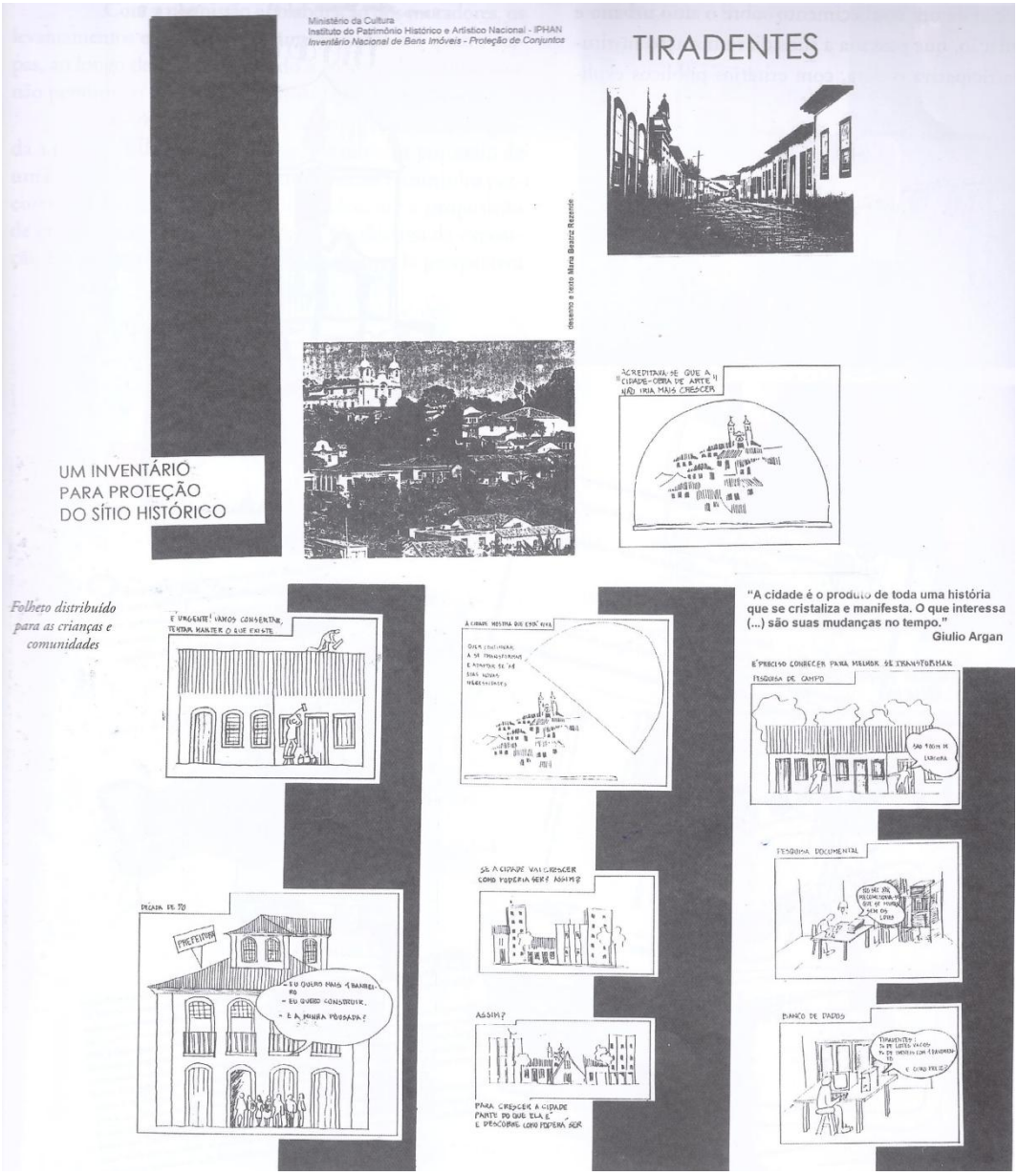
Para a delimitação da área de estudo, foram considerados os aspectos arquitetônicos e as características históricas de implantação e ocupação de Tiradentes, ao longo de seus quase 300 anos. Procurou-se, assim, compreender e explicar o processo de formação da antiga Vila, com suas principais ruas intercaladas por becos; áreas públicas originalmente de serviços como o Chafariz e a beira-rio; os antigos caminhos de acesso; a localização dos monumentos e a presença sempre marcante da paisagem natural que envolve Tiradentes. Tais características deram forma à cidade e ainda hoje marcam sua vida urbana.

O desafio maior da preservação é fazer com que a permanência das características histórico-ambientais da cidade passe a significar possibilidades mais ricas de transformação no presente. Ou seja, que a cidade possa,

Fonte: processo do INBI-SU - exposição

Ainda no intuito de diálogo com a comunidade, foram distribuídos folhetos sobre os objetivos da preservação e organizadas visitações às escolas. O impresso apresenta desenhos explicativos que mostram o percurso da cidade de Tiradentes como patrimônio – a cidade como obra de arte e o entendimento de que a mesma não iria crescer até o início das demandas por modificações, culminando com um convite à reflexão: *se a cidade vai crescer, como deveria ser?* Em seguida ilustra-se o trabalho da pesquisa de campo, da pesquisa documental e do banco de dados, tudo em forma de quadrinhos ilustrados.

Figura 12 - Imagem do folheto distribuído para crianças e comunidade.



Fonte: Iphan (2007a)

Figura 13 - Imagem da exposição datada de novembro de 1994.



Fonte: processo do INBI-SU - exposição

Nos arquivos do Escritório Técnico, estão guardados os comentários – pedaços de papel em branco, normalmente ¼ de folha de ofício, preenchidos a próprio punho pelos visitantes da exposição com opiniões pessoais. Ao todo, foram arquivados 54 comentários. Dessa forma, se a exposição foi dirigida a "comunidade local", uma breve análise desses comentários nos mostraria parte da opinião de tal comunidade. Entretanto, antes de adentrarmos nessas opiniões de fato, é importante ressaltarmos algumas questões sobre o material. A primeira delas é que nem todos os comentários são assinados por quem os escreveu, mas aqueles que o são mostram uma diversidade de atores: alunos em idade escolar de escolas públicas locais, turistas de outros estados e da cidade vizinha São João Del Rei, e nomes de moradores conhecidos do município. Outro ponto observado é que os comentários se mostraram como um canal aberto para opiniões não apenas acerca da exposição, do trabalho realizado de inventário e dos critérios e normas de preservação, mas ideias diversas – críticas, elogios e sugestões – sobre a cidade, a preservação e a atuação do Iphan local.

Analisando o conteúdo dos comentários em si, percebemos algumas das principais insatisfações quanto à questão da preservação. As críticas refletem desagrados pessoais com os representantes do Iphan, decisões tomadas que parecem ser injustas e unilaterais, o rigor

das ações de preservação e algumas restrições que deveriam ser tomadas à priori, como o trânsito de veículos e a presença de animais na praça central. A questão da preservação *versus* mudança, debate central dos critérios e diretrizes de preservação, conforme indicado no convite da exposição, aparece traduzida em visões distintas. Se, por um lado, existem aqueles que manifestam o interesse de paralisar as alterações e mudanças que estão ocorrendo, outros entendem que os impedimentos e rigores de atuação do Iphan freiam o necessário desenvolvimento. As frases dos comentários representam a diversidade de opiniões e interesses dos representantes da comunidade que visitaram a exposição: "Se fosse uma questão de porcentagem, eu daria 50% ao patrimônio, pois a cidade precisa crescer"; "Acho que já mudou muita coisa, telhados de casa como no centro da praça, a transformação como construção de novas lojas"; "Vamos fazer Tiradentes voltar ao passado" [31].

Da mesma forma, sugere-se que proprietários sem boas condições financeiras deveriam ter critérios mais brandos, refletindo a ideia de que os entraves da preservação do patrimônio material prejudicam aqueles sem poder aquisitivo, normalmente os antigos moradores: "se o proprietário não tiver condições para seguir as normas, eu acho que tem que fazer um critério mais razoável para o morador". A fala citada também ilustra um fator importante apontado no diagnóstico do *Plano Diretor Participativo do Município de Tiradentes/MG*, elaborado em 2014. Os estudos destacam que existe, por parte da população tiradentina, a sensação de incapacidade de cuidar do próprio patrimônio e o sentimento de inferioridade em relação aos novos moradores, estes, sim, capazes de preservar e restaurar a arquitetura colonial do centro mais antigo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014a). Assim, os grandes investimentos necessários para recuperação de uma arquitetura degradada diferenciam aqueles que podem, ou não, ter, habitar ou usufruir do núcleo setecentista. Nesse sentido, o comentário da exposição entende como solução a proposição de critérios diferenciados para pessoas com recursos também diferenciados.

Outro ponto que merece destaque é o entendimento da falta de proximidade entre o órgão de preservação e a população, tema que aparece repetidas vezes nos comentários: "Eu acho que o patrimônio deve se interessar também pela população não só pelo centro histórico"; "É necessário maior conscientização e participação da comunidade sobre propostas

[31] As frases citadas ao longo do texto são recortes dos comentários da exposição que foram arquivados no Escritório Técnico de Tiradentes. Apenas parte dos comentários possui a indicação de quem os escreveu. Optamos, então, por apresentá-los, ainda que sem a indicação de autoria, pela importância de exemplificar o contexto das opiniões emitidas sobre a preservação em Tiradentes.

e critérios"; "Acho que o patrimônio deveria incluir e dar mais assistência aos moradores"; "O patrimônio deveria dar mais atenção aos moradores"; "O patrimônio é um órgão competente, mas que deveria se reunir mais com a população"; "Este escritório é muito distante da população, a entidade precisa se aproximar do povo". Os comentários reclamam uma maior participação da população e assistência aos moradores que, no entanto, colaboraram com as atividades do inventário abrindo suas casas para o levantamento físico das estruturas arquitetônicas e respondendo aos questionários, conforme informam os textos do Iphan.

Há, também, a menção de critérios que parecem ser aplicados de maneira parcial: "Por que uns fazem e pode e outros fazem e não pode?", retomando a questão da subjetividade da ação do Iphan. O manual de aplicação do inventário cita tal fato como prerrogativa para a elaboração das normas preservação:

> (...) o inventário forneceria a documentação adequada para entendimento do sítio e sua gestão, evitando apreciações superficiais e que pudessem ser encaradas como antidemocráticas, subjetivas e sem fundamentação (IPHAN, 2007a, p. 146).

Assim, a elaboração das normas de intervenção colocaria os parâmetros de forma mais acessível e objetiva, o que não reflete, necessariamente, no entendimento, pelos proprietários de imóveis, de ações menos parciais: os questionamentos sobre as autorizações do Iphan são uma constante, inclusive nos dias atuais[32].

Os comentários da exposição apresentam críticas também voltadas para o estado de conservação da cidade ou de bens específicos. A Igreja Matriz de Santo Antônio aparece algumas vezes como ponto a ser mais cuidado, principalmente em relação à segurança. A praça central – o Largo das Forras – e a estação ferroviária também são lugares que mereceriam mais atenção da Prefeitura Municipal e do Iphan, assim como o casario que precisa de reformas nas fachadas "acabadas".

Percebemos que o espaço de comentários da exposição foi utilizado para expressão sobre as insatisfações em relação à cidade: a ação da Prefeitura Municipal, do Iphan e dos policiais; o estilo da praça central "que não tem nada a ver com a cidade"; a sujeira e falta de lixeiras; as indústrias que se instalam e tornam a cidade feia; a falta de cinema, hospitais, áreas verdes; a falta de opções de espaço de lazer para os jovens; etc. Na nossa perspectiva de

[32] Cabe ressaltar que, em muitos casos, a classificação em setores com critérios diferenciados e a utilização de parâmetros técnicos cuja linguagem é voltada para urbanistas e arquitetos (como taxa de ocupação e área construída, por exemplo) influenciam no entendimento de uma ação tendenciosa ou parcial nas análises de projetos de intervenção dentro do conjunto tombado.

análise, são olhares heterogêneos sobre a cidade e seu patrimônio cultural, datados da época de realização do inventário, em 1994.

Os comentários que contém alguma forma de elogio dividem-se entre aqueles que parabenizam a beleza da cidade Tiradentes – normalmente turistas – e aqueles que enaltecem o trabalho do inventário elaborado pelo Iphan ou a ação do órgão na cidade:

> Acho que a SPHAN está redondamente certa, de respeito do tombamento da cidade, porque as pessoas de Tiradentes, se deixar por conta, eu acho que a maioria não tem condições financeiras, e nem conscientização a respeito da história da cidade e do estilo arquitetônico dessa cidade.

Sobre o INBI-SU, cerca de treze comentários destacam o trabalho de conscientização como importante, tendo em vista os possíveis problemas futuros relacionados ao crescimento desordenado da cidade.

É interessante a comparação dos comentários de 1994 com as opiniões que compõem o diagnóstico do *Plano Diretor Participativo do Município de Tiradentes/MG,* que realizou oficinas com participação da comunidade do distrito sede e das áreas rurais. O diagnóstico aponta críticas à atuação do Iphan no que tange aos procedimentos burocráticos, aos processos demorados e de alto custo e a falta de clareza das normas. Entretanto, continua existindo uma percepção do cuidado do IPHAN com o patrimônio da cidade e também da importância do patrimônio arquitetônico, do patrimônio histórico e das áreas protegidos pelo Instituto.

Ainda que analisados de forma breve, percebemos que os comentários sobre a exposição de 1994 expõem não apenas opiniões sobre o Iphan e a preservação, mas descontentamentos e expectativas no contexto iminente das transformações locais. As mesmas temáticas – normas de preservação, ação do Iphan, conflitos e insatisfações – aparecem no folhetim publicado pela Sociedade Amigos de Tiradentes (SAT), jornal *Inconfidências,* também arquivados no Escritório Técnico do Iphan. O folhetim teve seu primeiro número publicado em fevereiro de 1996 e era dirigido pelos próprios sócios da SAT[33], contando com tiragem inicial de 1000 exemplares enviados aos sócios e distribuídos gratuitamente na cidade. A proposta do jornal, conforme explicitado em seu editorial, era divulgar e eventos da cidade, homenagear a "gente do povo", além de circular denúncias, notícias, histórias e

[33] A diretoria da SAT responsável pela publicação era composta de sete integrantes, tiradentinos e não tiradentinos, interessados, sobretudo na questão do patrimônio cultural local.

cultura. Como a SAT teve suas ações associadas à preservação do patrimônio cultural da cidade desde sua fundação, os textos da publicação também são voltados a esta temática: o jornal serviria, então, para provocar reflexões e dar visibilidade às falas sobre a preservação.

A edição de maio de 1996 destaca, em sua reportagem de capa, a importância da preservação, não só pelo Iphan, mas também pela Prefeitura Municipal que, à época, não possuía corpo técnico para fiscalização ou código de posturas. Assim, denuncia-se uma crescente descaracterização da arquitetura local, fruto da ação de comerciantes e da omissão do poder público tiradentino:

> Atualmente, a descaracterização de Tiradentes está sendo impulsionada principalmente pelos comerciantes, que não tem tido bom senso, nem respeito pela cidade. A desfiguração do conjunto arquitetônico é culpa somente dos comerciantes? Não! Hoje o único órgão que tem normas e fiscaliza obras Tiradentes é o IPHAN (SOCIEDADE AMIGOS DE TIRADENTES, 1996e, p.1).

Na mesma edição, há outro texto intitulado *Critérios do IPHAN* com caráter informativo de divulgar a importância das normas e o processo de aprovação de projetos pelo órgão. Há, também, um balanço interessante sobre o primeiro ano da atuação do Escritório Técnico de Tiradentes após a utilização de tais critérios:

> As normas e critérios, adotados atualmente na área tombada, foram implantados a partir de janeiro de 1995, com um resultado considerado satisfatório (...). De 26 projetos apresentados ao IPHAN no ano de 1995, 22 foram aprovados e quatro indeferidos. De dez requerimentos para pequenas obras, oito foram deferidos, um deferido em parte e um indeferido. Neste mesmo ano foram solicitados quatro encaminhamentos judiciais, referentes a obras que não apresentaram projetos, apesar de os mesmos terem sido solicitados, ou proprietários que insistiram em construir projetos indeferidos (...). É fundamental a apresentação de projetos de construção, reforma, acréscimo ou desmembramento de lote, para análise e aprovação do IPHAN, dentro da área tombada. (SOCIEDADE AMIGOS DE TIRADENTES, 1996b, p.2).

O mesmo texto informa que as normas baseadas nos estudos do Inventário pretendem destacar e manter o que há de original na arquitetura e na forma urbana, combater a permanente imitação e permitir as mudanças com intervenções que não prejudiquem o antigo, utilizando critérios de controle do volume e limitações para ocupação dos lotes. É interessante notar que, enquanto o texto *Critérios do IPHAN* cita a regulação de volumes e as formas, a discussão que ganha fôlego nas edições seguintes está relacionada a uma leitura mais fachadista do patrimônio: as cores das edificações.

São vários os textos no periódico sobre as cores que estão sendo deliberadamente empregadas na fachada do casario:

> Nos anos 60 e 70 muito se coloriu as paredes de taipa e adobe, com cores berrantes de tinta Hirax. A partir dos anos 80 fomos lentamente convencendo aos moradores a voltar caiar suas casas de branco tradicional. Hoje, na década de 90, por modismo ou por imposição das fábricas de tintas plásticas ou facilidade de pigmentos variados, estamos vendo o centro histórico de Tiradentes ser parcialmente pintado em cores fortes, alterando a beleza e singeleza da arquitetura local setecentista (SOCIEDADE AMIGOS DE TIRADENTES, 1996d, p.3).

> As cores berrantes com que estão pintando as casas do centro histórico de Tiradentes acabarão assustando os turistas. Vão achar que estão chegando na Bahia, no Pelourinho. O que antes parecia um varal com roupas iguais hoje está parecendo um carnaval com cores diferentes. (SOCIEDADE AMIGOS DE TIRADENTES, 1996c, p.2).

Em 1997, um texto opinativo intitulado *Normas para Proteger um Patrimônio Único* nos dá um panorama sobre a conservação da cidade ao informar que o centro histórico encontra-se em estado privilegiado de preservação e que as casas que ainda não foram restauradas já foram adquiridas por cidadãos de procedências diversas, com o objetivo de restaurá-las. Informa, ainda, que os tiradentinos, em significativa porcentagem, venderam os imóveis no centro histórico e foram ocupar áreas do entorno da cidade, ilustrando a gentrificação e seus efeitos que ocasionaram transformações em um curto período de tempo. Essa rápida transformação está no ilustrada no depoimento de uma moradora que retorna a cidade em 1999 e se espanta com o que vê:

> Muitas novas construções, lojas, estabelecimentos comerciais, bairros explodindo, mas o resultado me parece desastroso, e digo isso com amargor (...) a sujeira imensa, que me assustou, pois em um ano ela se ampliou de forma marcante, a ausência de qualquer sistema de recolhimento dos restos de construção, as pilhas de material de novas obras sobre calçadas, quando deviam estar dentro do terreno do proprietário (SOCIEDADE AMIGOS DE TIRADENTES, 1999a, p.8).

Em todas as edições do ano de 1999, há alguma menção às obras que estavam sendo realizadas. As reportagens destacam ora a velocidade das transformações, ora os transtornos causados:

> Com a sede imobiliária que tomou conta da cidade, algumas ruas têm ficado meio interditadas. Às vezes, um simples carro estacionado causa um grande transtorno. É que o material das obras e o lixo estão 'estacionados' no restante da rua. Pode? (SOCIEDADE AMIGOS DE TIRADENTES, 1999b, p.8).

> Está cada vez mais difícil caminhar pelas ruas da cidade. A quantidade de entulho espalhado pelas obras, atrapalhando quem passa e comprometendo a paisagem local, é cada vez maior (...) haja visto o que acontece na Rua Pe. Toledo, bem ao lado da Matriz, que tornou-se um permanente canteiro de obras (SOCIEDADE AMIGOS DE TIRADENTES, 1999c, p.3).

Figura 14 - Rua da Câmara em 1992 com obras no casario. Autoria desconhecida.



Fonte: Acervo Iphan.

O momento de realização do inventário e, posteriormente, da publicação das diretrizes e normas de preservação constituiu-se como período de intensas mudanças no território, na economia e no perfil social do município. É um momento marcado pelos conflitos ilustrados pelas falas da exposição do Iphan e pelos textos do Jornal da SAT. A cidade, após a virada do século, tem se tornado cada vez mais reconhecida pelo turismo elitizado em âmbito nacional e internacional, pelos festivais e pela paisagem colonial esteticamente adequada aos usos de lazer que remetem a um shopping a céu aberto. Cabe ressaltar que Tiradentes se enquadra em um quadro mais amplo – e global – das cidades cujo patrimônio cultural foi utilizado como estratégia de marketing e de atração de capital, passando pelo controle do uso do espaço público e das revitalizações.

2.4 A valorização do patrimônio urbano como mercadoria

O momento do reconhecimento do valor documental das áreas urbanas tombadas foi fundamental para a elaboração das diretrizes de preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico de Tiradentes. Entretanto, ainda que a conservação da estrutura física da cidade – casario, monumentos e a forma urbana – tenha ocorrido de maneira satisfatória e seguindo os preceitos da função documental estipulados na normativa, é o aproveitamento econômico dos bens culturais, sobretudo através do consumo cultural e do lazer, que informa a dinâmica atual da cidade. A gentrificação e as mudanças de uso da área central em função do turismo iniciadas nas últimas décadas do século XX, como apontado no primeiro capítulo, hoje contextualizam o cotidiano local.

Segundo Márcia Sant'Anna (2004; 2003), no panorama geral brasileiro, a década de 1990 em diante será marcada pela produção de um patrimônio urbano cada vez mais vazio de significado e de caráter meramente cenográfico, cujas intervenções comumente ignoram a função memorial e informativa dos bens, passando da concepção de cidade-documento para cidade-atração, denominação utilizada pela pesquisadora. A função inicial do patrimônio na sociedade brasileira – que tratava da produção dos significados necessários à construção de uma identidade nacional – passa a ser atrelada à geração de valor agregado. Nesse sentido, a preservação torna-se mais um meio para se alcançar metas relacionadas ao desenvolvimento econômico.

Através do estudo das requalificações de áreas urbanas tombadas em grandes centros urbanos, ela aponta que a década de 1990 foi marcada pelo uso do patrimônio como recurso rentável e investimento atrativo e, dessa forma, sua gestão aproximou novos agentes do campo da preservação. Os programas de preservação destas áreas foram geridos por instâncias do poder público que estavam ligadas à execução de obras, urbanização e habitação, além de mobilizar outros profissionais como administradores, economistas, engenheiros, empresários da indústria cultural e publicitários (SANT'ANNA, 2004). Nesse ínterim, as intervenções que se destinavam ao turismo e ao lazer foram idealizadas, em sua maioria, por governos estaduais e municipais, alcançando notabilidade no cenário nacional e promovendo as respectivas cidades e sua administração.

O uso do patrimônio urbano como estratégia de marketing da administração pública local visava resultados políticos-eleitorais e mercadológicos, viabilizando ganhos financeiros e, principalmente, de imagem. Entretanto, como objetivam efeitos imediatos para serem

reconhecidos como frutos de uma gestão específica, as propostas de intervenção desconsideravam a importância de instrumentos que buscavam promover o conhecimento e o diagnóstico aprofundado dos bens antes de se intervir. Dessa forma, Sant'Anna (2004) destaca que se promoveu o uso econômico do patrimônio sem contemplar sua função social e educativa: os bens culturais sem seu papel formador e informativo ganharam uma apropriação e circulação mais ampla na sociedade, mas comumente foram destituídos de seu conteúdo e acabaram por proporcionar a concentração de benefícios.

As práticas de seleção do patrimônio urbano foram empreendidas, principalmente, no intuito de facilitar o acesso dos municípios e governos estaduais a programas de financiamento e incentivos fiscais promovidos pela esfera federal. Nesse sentido, o tombamento estava menos dirigido ao reconhecimento do valor cultural atribuído aos bens do que à possibilidade desses mesmos bens se tornarem fonte de renda e instrumentos de promoção. Os programas nacionais de preservação e as regras de elegibilidade instituídas acabaram por induzir tombamentos também na esfera federal, orientando os critérios de seleção majoritariamente pelo valor econômico das áreas urbanas em detrimento do registro histórico, documental e memorial privilegiado nos anos anteriores:

> O que motivou a seleção e a proteção foi menos o valor cultural ou o reconhecimento desse valor em um objeto, e mais a possibilidade de que esse bem se tornasse uma fonte de renda e um instrumento de promoção. Embora secundariamente, pesou ainda na decisão de empreender medidas de salvaguarda a intenção de proteger determinadas áreas dos desdobramentos de iniciativas de renovação urbana ou vinculados a tendências de transformação do padrão de ocupação existente (SANT'ANNA, 2004, p.332).

As operações de conservação foram influenciadas pela utilização do patrimônio urbano para atrair novas atividades econômicas, promovendo a reciclagem de edifícios e espaços públicos com sua adaptação para novos usos e atividades. As intervenções nas áreas pesquisadas pela autora[34] foram caracterizadas por apagar grande parte dos elementos que permitiam o exercício do papel informativo das edificações. A inserção do patrimônio em estratégias de valorização significou, muitas vezes, a submissão do seu papel memorial ao seu valor econômico. Na reciclagem de edifícios para abrigo de atividades culturais, comerciais ou de serviços ocorreram adaptações sem preocupação pelas perdas da documentação arquitetônica:

[34] Os exemplos citados na pesquisa de Sant'Anna (2003) referem-se às intervenções de revitalizações realizadas em Salvador e nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

> (...) foi norma a eliminação de anexos; o super aproveitamento de espaços internos e lotes; o foco na recuperação, reconstituição e valorização de fachadas principais; o uso das cores dos edifícios como estratégia promocional; o ordenamento e a supervalorização da aparência do ambiente. As intervenções operaram, frequentemente, com o contraste e isolamento entre o novo e o antigo, mas também com uma ênfase obsessiva na reconstituição ou reinvenção de elementos vistos como de especial valor patrimonial, o que implicou uma produção, acima da média, de pastiches. Predominou também uma postura de descolamento da arquitetura nova ou antiga do desenho ou do tecido urbano existente, bem como uma espécie de retorno a uma estética urbana e patrimonial modernista, baseada na monumentalidade e na introdução de objetos artísticos ou de impacto estético no espaço recuperado (SANT'ANNA, 2004, p.334).

A lógica financeira e promocional que guiou as operações de revitalização privilegiou uma concepção do patrimônio urbano de caráter fachadista e favoreceu a prática de valorizar elementos arquitetônicos rapidamente percebidos como portadores de valor patrimonial, ainda que tal valorização implicasse na reinvenção de elementos não mais existentes, sem preocupação com a noção de autenticidade. Nos espaços públicos, as revitalizações promovidas para o consumo turístico, cultural e de lazer que objetivavam valorizar e dinamizar tais áreas priorizaram os aspectos de ordem, limpeza e segurança, visando transformar ruas em shoppings através do controle de acessos, usos e usuários. O patrimônio urbano foi usado na produção de cenários cujas estruturas arquitetônicas e urbanísticas recuperadas funcionaram como atrações, objeto de promoção, requalificados com novas estratégias de iluminação, sinalização e mobiliários.

Segundo Sant'Anna (2004), a lógica marcadamente financeira que dominou as operações de conservação dificultou o desenvolvimento de ações mais sistemáticas e socialmente significativas, bem como uma apropriação mais disseminada do patrimônio como instrumento de política urbana. A prática de preservação dos anos 1990 constituiu, essencialmente, o momento mais recente do aproveitamento econômico do patrimônio. A cidade histórica brasileira concebida em outras épocas como monumento artístico e como documento histórico da nação terminou o século XX e iniciou o século XXI apropriada como mais uma atração no cenário urbano. Entretanto, a pesquisadora entende que novas disputas e forças de resistência pelo uso mais democrático do espaço urbano irão provocar as condições necessárias para reestruturações da preservação voltadas para o uso do patrimônio como instrumento de desenvolvimento social.

Ao abordarmos as particularidades dos processos de mercadorização e do uso turístico da área urbana central de Tiradentes, como apresentado no primeiro capítulo, entende-se que as revitalizações do casario, dos monumentos e dos espaços públicos locais estão associadas

às estratégias de promoção e de marketing da cidade promovidas pelo poder público local, por empresários e outros atores, objetivando a atração de investimentos e o desenvolvimento econômico, que culminam no consumo cultural e, consequentemente, o lucro. As discussões sobre perda da apropriação e do significado do patrimônio por seus moradores e sua população local são temáticas recorrentes em estudos sobre o município, já que a cidade turística é voltada para a lógica do mercado. Abordar a compreensão do patrimônio urbano e as estratégias que atuam na sua seleção, conservação e salvaguarda implica em ampliar a visão e entender narrativas mais amplas que compõem o quadro da preservação no Brasil. A compreensão destes contextos também validam a proposta de uma visão mais local que aborde os atores que vivenciam a cidade no seu cotidiano.

3 MAPEANDO SIGNIFICADOS

Embora já tenhamos algumas informações sobre a transformação da cidade, a opção por realizar entrevistas tem como objetivo uma aproximação dos efeitos do turismo, da gentrificação e da mercadorização do patrimônio por meio de outras formas de percepção. É o olhar *de perto*, conforme apresentado por Magnani (1998; 2002; 2009), na tentativa de alcançar pessoas que vivenciam atualmente o espaço tombado, mais especificamente, o espaço tombado do Largo das Forras. Entendemos que, com o recorte escolhido, é possível trabalhar os valores percebidos da cidade como um todo. O uso das entrevistas pretende complementar com novas visões, além daquelas já vistas na revisão bibliográfica e documental sobre o município tombado, sobre os diferentes significados e valores atribuídos ao patrimônio. Assim, nossa questão principal é entender como as diferentes pessoas que utilizam, hoje, esse espaço reviram a ideia do patrimônio após as mudanças que ocorreram em Tiradentes. O que significa, hoje, o patrimônio em uma cidade gentrificada, cuja principal atividade econômica é o turismo? No decorrer das entrevistas, foram surgindo novas versões sobre os processos já analisados, ou mesmo visões pessoais da transformação do local, preenchendo lacunas e recuperando experiências.

Entende-se que o Largo das Forras é, atualmente, uma centralidade e referência importante tanto para os turistas, quanto para os moradores e outros usuários da cidade. Buscaremos, inicialmente, compreender, de forma breve, o processo de formação e transformação do espaço investigado para, então, apreendê-lo no seu presente momento: como é a praça hoje e quem são as pessoas que vivenciam o local. Essa investigação nos apresentou àqueles que poderíamos entrevistar: os usuários do espaço, que se relacionam no seu cotidiano com a cidade e com o patrimônio tombado. Ao nos propormos a realizar entrevistas, nossa intenção é entender os diferentes valores da cidade, aquilo que se perde – fala presente nos discursos saudosistas que remetem às memórias anteriores a tais transformações –, bem como o que se ganha, os benefícios e beneficiados, as vantagens que as mudanças proporcionaram. Dessa forma, nossa proposta é sair das categorias iniciais de antigos moradores prejudicados *versus* novos moradores gentrificadores para tentar compreender o novo contexto local, embora reconheçamos a impossibilidade de esgotar todos os usuários de uma área, ainda que o recorte de uma praça seja bem reduzido na escala do município. Temos, então, com as entrevistas, percepções diversas sobre o lugar e seu

patrimônio tombado, formas plurais de interagir e principalmente, de entender e dar sentido à cidade.

3.1 O Largo das Forras como objeto de análise

O Largo das Forras é, hoje, uma centralidade física de Tiradentes ao congregar algumas das principais vias locais. Podemos considerar, também, o espaço como uma referência imagética que agrega importantes símbolos da identidade da cidade: o monumento a Tiradentes[35]; o espaço do poder municipal representado pela sede da prefeitura[36]; e o espaço religioso constituído pela Capela de Bom Jesus da Pobreza e a capelinha do Passo da Paixão[37]. Hoje, a praça é caracterizada, também, por novas referências que marcam as recentes transformações na cidade: ponto das charretes, pousadas, restaurantes, bares e lojas de artesanato. Além disso, é a área da cidade mais visada pelos produtores culturais para instalações provisórias de grandes e pequenos eventos[38].

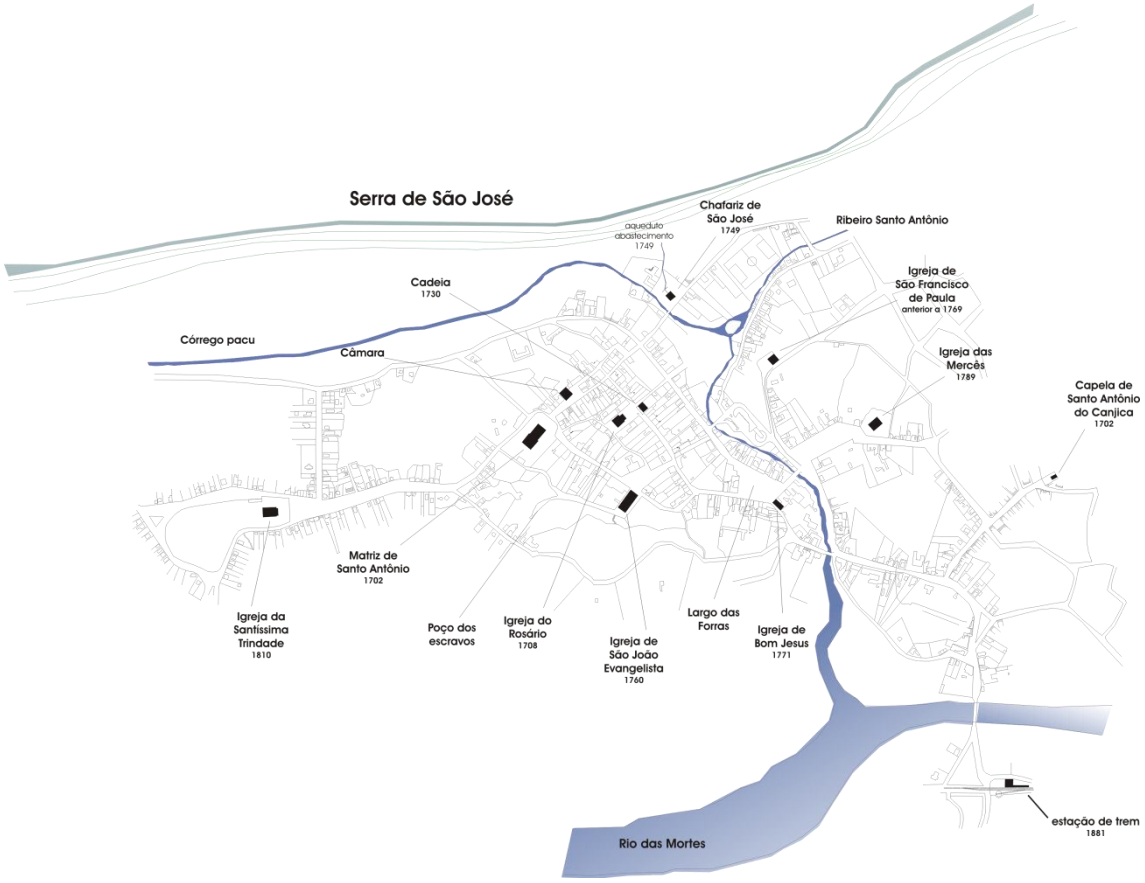
[35] O monumento dedicado à memória de Tiradentes é de 1892, "construído no Largo da Forras pela Sociedade Comemorativa do Centenário do Tiradentes" (SANTOS FILHO, 2012, p.45). Nesse período, a cidade era uma espécie de solo sagrado para republicanos que, ali, realizavam cultos Tiradentes. No mesmo ano de proclamação da república no Brasil, o presidente provisório de Minas Gerais decretou a mudança de nome da cidade de São José para Tiradentes (ALVES; GARCIA; PAIVA, 2013, p.14).

[36] O sobrado onde funciona a Prefeitura Municipal é datado do final do século XVIII ou princípio do XIX (SANTOS FILHO, 2012).

[37] Segundo Santos Filho (2012), a Capela de Bom Jesus da Pobreza foi erigida no final do século XVIII e a capela do Passo situada no Largo das Forras em 1807. Esta última integra o conjunto de cinco capelas que são usadas na Semana Santa, na procissão do Senhor dos Passos.

[38] Um breve levantamento realizado no arquivo do Escritório Técnico de Tiradentes mostrou que 15 dos 21 eventos do ano de 2015 que solicitaram autorização para montagem de instalação provisória ao Iphan ocorreram no Largo das Forras.

Figura 15 - Mapa de delimitação da área de atuação do Iphan em Tiradentes/MG segundo o Inbi/Su.



Fonte: Inbi/Su.

Segundo estudos sobre a evolução histórica da cidade que tratam da ocupação do Largo das Forras (ALVES; GARCIA; PAIVA, 2013; SANTOS FILHO, 2012), o local balizava o núcleo setecentista na época de sua formação urbana, sendo área de transição entre as ruas da vila e as estradas que levavam a outras localidades. O largo integrava o setor de serviços à beira rio, parte baixa da cidade, reconhecida como espaço de apropriação popular, em contraste com a parte alta, conformada pelo eixo da Matriz, Câmara e Pelourinho. A ocupação do local é, provavelmente, datada no final do século XVIII, como indicam as construções dos exemplares religiosos, da ponte e dos sobrados. O amplo espaço aberto também atendia como estacionamento para os carros de boi e carroças que traziam gêneros alimentícios para serem distribuídos na então Vila de São José. O largo serviu como local de manifestações populares no início do século XIX e, como descrevem as atas de sessões da Câmara de 1830, servia, também, a parada de Companhias, Esquadrões e Batalhões.

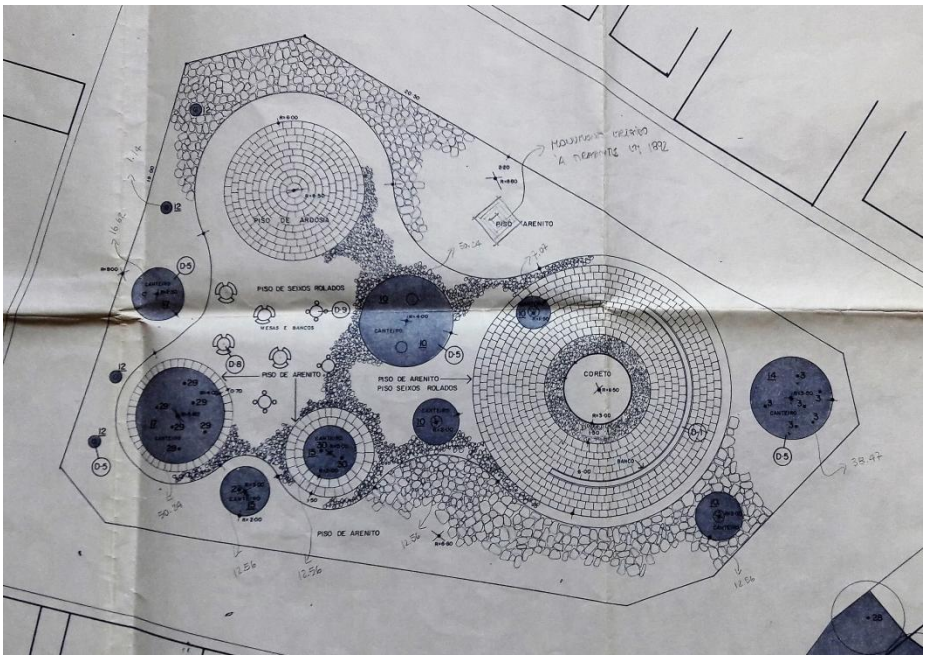
Entre as décadas de 1920 e 1930, foram feitas doações de aforamento da faixa de terreno às margens do Ribeiro Santo Antônio, acabando por definir a atual conformação retangular da praça, embora a ocupação mais significativa desses terrenos tenha se dado posteriormente, a partir da década de 1960. Nesta mesma década, um proprietário doou parte do seu lote para a abertura da rua que passa ao lado da Capela de Bom Jesus da Pobreza, onde havia apenas um beco, possibilitando a passagem de veículos e conformando as quatro vias que, até os dias atuais, configuram o espaço e permitem o fluxo de veículos e pedestres.

A primeira intervenção urbana realizada no largo pelo poder público que se tem registro foi o ajardinamento promovido para a comemoração do aniversário da República e do centenário de morte de Tiradentes. A pesquisa histórica feita pelo Iphan à época do inventário sugere que a construção do jardim no local é consequência das transformações sociais dos séculos XIX e XX, que preconizavam a higienização, a abertura de espaços urbanos e a implantação de jardins burgueses. Posteriormente, a praça passou por sucessivas reformulações de sua ambientação, acompanhando, também, as melhorias urbanas, como a instalação dos postes elétricos, em 1950, e o calçamento, entre 1956 e 1967. Algumas configurações e equipamentos que existiram permanecem vivos na memória dos Tiradentinos: a forma labiríntica de implantação dos jardins, os ciprestes podados, o parque infantil, as roseiras e a área de estacionamento de veículos. Em 1961, quando a sede da prefeitura municipal é transferida para o sobrado ali localizado, o largo já pode ser considerado um espaço central na cidade, qualificado como um dos principais, se não o principal local público de Tiradentes.

A configuração hoje existente é projeto do paisagista Roberto Burle Marx, realizado através do convênio entre a Embratur e o Iphan, juntamente com projetos paisagísticos para outras praças da cidade. A obra do largo, por demandar maiores recursos, só foi viabilizada posteriormente, por meio da articulação entre a Prefeitura Municipal e a Fundação Roberto Marinho, sendo inaugurada em janeiro de 1990. O projeto contemplava a manutenção das figueiras plantadas em 1938, ano em que a cidade foi tombada. À época de sua execução, iniciada em 1989, um comunicado interno[39] do Iphan discutia a substituição do piso de seixo rolado para material mais plano, justificado pelo uso vocacional da praça: "aglomerações, festivas (carnaval, bailes populares) e o denso *footing*, para o que, estamos seguros, o piso em seixos não oferece conforto".

[39] Comunicado Interno, datado de 29/09/88, de autoria de Claudio Magalhaes Alves, In: Processo administrativo do Largo das Forras, disponível em meio impresso no Arquivo do Escritório Técnico do IPHAN em Tiradentes.

Figura 16 - Estudos do Projeto do Burle Marx para o Largo das Forras de 1987.



Fonte: Processo do Largo das Forras arquivado no Escritório Técnico do Iphan em Tiradentes.

Segundo a pesquisa de Madureira (2011, p.62), a toponímia da praça também nos revela um pouco da sua história:

> A evolução toponímica do Largo é outra forma de ilustrar as fases pelas quais o espaço passou. Na sua origem setecentista foi batizado de Largo das Forras como referência as negras forras que ali moravam. Em 1884 um projeto de lei altera seu nome para Praça da Liberdade, um afã republicado de representar os novos tempos. Por volta de 1936 ou 1937, Benedito Valadares passa a ser o nome da praça por solicitação do próprio político que, durante esse período, renomeou diversas praças em homenagem a si mesmo. Em 1974 a praça passa a se chamar Berço da Liberdade, invocando o status de terra natal do inconfidente Tiradentes e retomando, de certa forma, o nome anterior – o mais condizente com a identidade local. Por último, em 1978, por iniciativa do Instituto Histórico Geográfico de Tiradentes, houve um processo de resgate dos nomes originais. A Rua Direita e a Rua Jogo de Bola são exemplos de espaços que retomaram seus nomes de origem nesse projeto, nesse momento o Largo das Forras reassume seu primeiro nome.

A pesquisa histórica do Iphan (IPHAN, 2007a) revela que o adensamento das construções no entorno da praça ocorreu de forma mais intensa a partir da década de 1960, o que não impossibilitou que o espaço fosse incluído no setor de preservação mais rigoroso. O Setor 01 da divisão espacial proposta pelo Inbi/Su compreende o traçado urbano e as edificações mais antigas e constitui-se como a principal área responsável pelas atividades socioeconômicas e culturais ligadas ao turismo. A classificação do Largo das Forras – um espaço majoritariamente conformado por construções novas – no mesmo setor de preservação

das edificações mais antigas é tratada pelo Iphan como reconhecimento da "marca da ocupação dirigida pela intervenção do órgão nacional de preservação" (IPHAN, 2007a, p.41), cujo resultado gerou um marco referencial tão representativo quantos outros bens edificados à época de formação da cidade e que motivaram seu tombamento.

Atualmente, é difícil distinguir, no largo, as construções mais recentes dos exemplares de arquitetura colonial remanescentes, uma vez que as edificações compõem um conjunto estilístico bastante homogêneo. Fotos antigas nos auxiliam no entendimento do processo de ocupação do entorno da praça, uma vez que retratam o local na década de 1940 (figuras 17 e 18). Percebemos, nas imagens, edificações erigidas principalmente na face sul da quadra, no prolongamento da via que se inicia na Rua Direita, passando pela Capela do Passo, até a Capela de Bom Jesus da Pobreza. As outras faces são pouco adensadas e o que se destaca é a conformação ajardinada do espaço. Conforme indica a pesquisa de Madureira (2011), o sobrado que abrigava a prefeitura municipal e a Igreja de Bom Jesus da Pobreza são exemplares remanescentes do século XVIII. A capela do Passo da Paixão e as construções adjacentes são remetidas ao século XIX. Já as demais construções foram erigidas no século XX.

Figura 17 - Imagem antiga do Largo das Forras. À esquerda Capela de Bom Jesus da Pobreza e à direita o sobrado onde hoje é a Prefeitura Municipal.



Fonte: Arquivo do Iphan Tiradentes.

Figura 18 - vista do Largo das Forras 1940 com o sobrado onde hoje é a Prefeitura Municipal ao fundo.



Fonte: Arquivo do Iphan Tiradentes.

Logo, o adensamento da ocupação no Largo das Forras é posterior ao reconhecimento do patrimônio material pelo tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade. Os processos administrativos de cada imóvel arquivados no Escritório Técnico do Iphan em Tiradentes retratam não apenas alguns dos primeiros projetos aprovados no lugar, mas as transformações de cada imóvel, as alterações de uso – causa e consequência das transformações econômicas recentes – e os conflitos entre os diferentes interesses sobre o mesmo bem, sendo uma das fontes que recorremos para complementar nossa compreensão do espaço.

O "estilo patrimônio" claramente norteou a construção das novas edificações no entorno do Largo das Forras, reafirmando as características valoradas pelo tombamento. Tal estilo compreende critérios de preservação e conceitos de intervenção em centros tombados que tratavam a cidade como expressão artística, uma abordagem que resultou em práticas de manutenção desses centros como objetos idealizados. Se no discurso dos modernistas, na primeira fase de atuação do Iphan, pregava-se contra os fingimentos coloniais, na prática, como mostra a pesquisa de Lia Motta (1987) sobre Ouro Preto, a intenção estética da

instituição que acabou incorporada à rotina de construção daquela cidade estava estritamente ligada à imagem da arquitetura tradicional. Foi seguindo essa linha de atuação – com o uso de elementos típicos da arquitetura tradicional, como beirais de cachorro, verga reta, janelas em guilhotinas e dimensão dos vãos –, que o órgão nacional de preservação resolveu os casos corriqueiros da arquitetura popular no interior dos conjuntos tombados:

> Desta forma iniciava-se – embora não considerasse as características de volume e implantação – a indicação do uso de elementos tipológicos para a 'harmonia com o meio de inserção' e 'boa convivência entre o novo e o preexistente' (MOTTA, 1987, p.111).

Se novas construções com características coloniais foram disseminadas pelo Iphan como modelo de intervenção nos núcleos tombados, a partir dos anos 1950, guiando o crescimento das cidades do ciclo do ouro, em Tiradentes não foi diferente. Os vazios da malha urbana são características marcantes da ocupação do território. O Largo das Forras, como espaço ainda periférico à época do tombamento, apresentava extensas áreas sem ocupação. Sob essa perspectiva, a construção de novas edificações no local representou a reafirmação de um estilo valorizado e considerado como correto para intervenções em conjuntos tombados, a exemplo do que ocorreu em outras cidades, gerando uma falsa ambientação cenográfica, atualmente questionada pela própria instituição[40].

Dos processos administrativos dos imóveis analisados, existem projetos arquitetônicos para novas edificações aprovados que exemplificam os valores estéticos desse período. Em comum, as propostas são conformadas por volumes simples, cobertura de telha colonial, janelas de guilhotina e verga reta, remetendo, claramente, ao estilo das edificações mais antigas, que permaneceu sendo seguido para reformas e construções novas. Em consonância com o ideal de preservação das cidades-monumento, há a prevalência da estética em detrimento do valor documental, no qual mais importa a reprodução de características coloniais para a composição do conjunto do que a informação do tempo da intervenção.

[40] O texto da Proposta de Critérios e Normas de Proteção para o Sítio Histórico de Tiradentes elaborado pelo Iphan em 1994 já questiona as intervenções no conjunto tombado em 'estilo patrimônio' ao ressaltar que tais intervenções não são mais recomendadas: "O Largo das Forras (...) representa na cidade a marca da ocupação dirigida pela intervenção do órgão nacional de preservação que, **diferente do que se faz hoje**, recomendou durante muito tempo a reprodução das características arquitetônicas setecentistas como forma de preservação" (IPHAN, 2007a, p.41, grifo nosso).

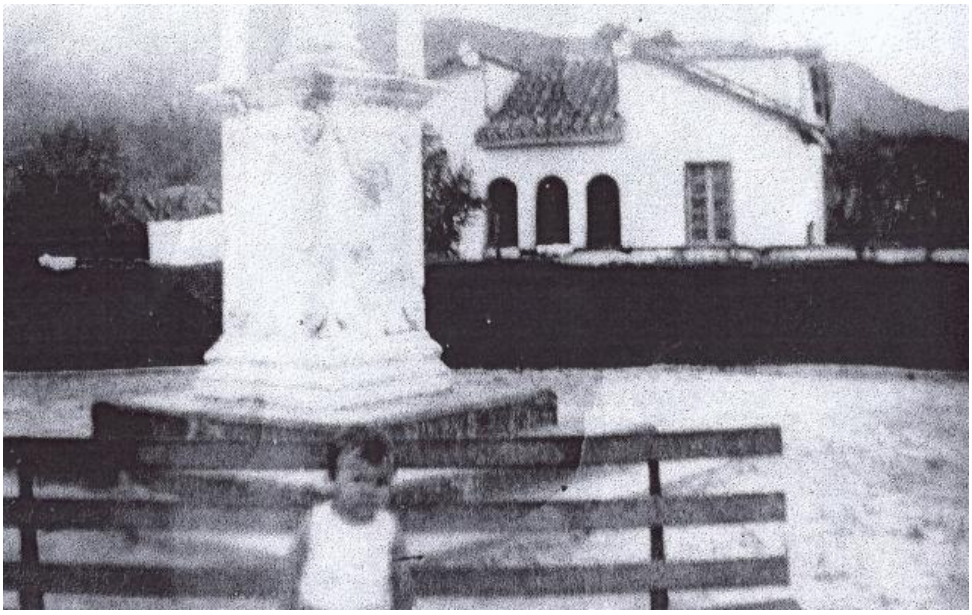
Figura 19 Reprodução da fachada de projetos aprovados pelo Iphan em 27/10/1969 e 30/06/1970.



Fonte: Processos dos imóveis Largo das Forras n°40 e n°78 arquivados no Escritório Técnico do Iphan em Tiradentes

Outro registro interessante contido nos processos é o de uma edificação construída, provavelmente, no final da década de 1930. A casa, cujo terreno ocupava a margem do Ribeiro Santo Antônio, em nada lembrava a simplicidade volumétrica das construções de origem colonial, apresentando partido com cobertura recortada e varanda central (figura 20). A construção, edificada, provavelmente, antes do tombamento do conjunto, não apresenta as características estilísticas que viriam a ser consagradas posteriormente e passou por sucessivas reformas até ser substituída pelas casas no ‘estilo patrimônio’ hoje existentes no terreno. No dossiê de tombamento municipal do Monumento a Tiradentes, apontado na dissertação de Madureira (2011, p.36), a casa é descrita como curiosa e de estilo estranho, reforçando a apropriação de um ideal estilístico em detrimento de outras concepções que fogem a tal estética, consideradas estranhas por não se tratarem de uma arquitetura mimética.

Figura 20 - Foto da edificação situada às Margens do Ribeiro Santo Antônio.



Fonte: Processo do imóvel Largo das Forras n°48 Forras arquivado no Escritório Técnico do Iphan em Tiradentes.

O plano da Fundação João Pinheiro, de 1980, na tentativa de impulsionar o desenvolvimento turístico, entende ser necessário um trabalho de agenciamento das fachadas para que as construções consideradas comprometedoras, localizadas principalmente no Largo das Forras, não entrem em conflito com as edificações do núcleo antigo. O documento propõe uma adequação do estilo, eliminando afastamentos e determinando outras características coloniais que deveriam ser adotadas, tais como cor, telhado e modulação de vãos, reforçando a valorização dos critérios estéticos para atendimento aos interesses do desenvolvimento turístico[41]. A adequação estilística se tornou um critério seguido nas novas construções da cidade, ainda que as atuais normativas de intervenção no patrimônio em Tiradentes tratem, prioritariamente, do valor documental do sítio.

Outra construção que se destaca na hegemonia estilística do largo é o frontão de gosto neocolonial, erigido por volta da década de 1940, em função da demolição do segundo pavimento de um sobrado construído no final do século XVIII, transformado em garagem de ônibus. O frontão que persiste até os dias atuais quebra o ritmo imposto pelos beirais dos telhados em estilo colonial. Esses casos exemplificam que poderia haver uma tendência para a renovação e atualização da cidade, à luz do que exemplificou Lia Motta (1987) nos estudos de

[41] A Fundação João Pinheiro, instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, é uma entidade estadual que seguia os critérios de preservação do Iphan de manutenção e/ou construção do "estilo patrimônio".

Ouro Preto: valorizando as medidas de salvaguarda do patrimônio tombado mediante as ameaças de descaracterização e, no entanto, evidenciando a participação do próprio Iphan como promotor do 'estilo patrimônio', já incorporado pelo imaginário da população local e também dos visitantes. Não apenas na aprovação de projetos para novas construções e reformas, mas nos discursos técnicos – laudos, pareceres, etc. – e na fala dos proprietários é possível perceber o quanto esse valor estético e estilístico é presente. Esses discursos ocorrem frequentemente quando surgem os conflitos, motivados, principalmente, pela transformação dos usos para atendimento a demanda turística.

No Largo das Forras, os conflitos entre os proprietários, que exercem, frequentemente, o papel de empresários, e o Iphan, representados pelos técnicos que atuam localmente, podem ser entendidos não só como resultado dos diferentes interesses sobre o mesmo bem, mas, também, conforme destaca Lia Motta (1987), como acúmulo de anos de atuação para preservação incorporada aos hábitos dos cidadãos. O que era imposto a princípio transforma-se em espontâneo, dificultando, inclusive, a aplicação de critérios distintos. Ao incorporar conceitos diferentes dos preceitos fachadistas, a proposta de critérios e normas de intervenção de Tiradentes impôs parâmetros diretamente ligados ao uso do solo, na tentativa de impedir uma descaracterização urbanística e paisagística.

Neste espaço central na cidade de adensamento recente, são vários os conflitos registrados nos processos de cada imóvel. Só na década de 1990 foram abertas oito ações civis públicas motivadas por obras irregulares, correspondendo à metade das edificações particulares existentes na praça. O número de solicitações para adaptações e construções novas é maior nessa época do que em períodos anteriores, assim como a execução de obras não autorizadas pelo Iphan, apontando a década de 1990 como período de intensificação das mudanças no panorama social e econômico da cidade, que refletiram, também, em novos atritos na preservação do patrimônio tombado.

Dessa forma, se proprietários-empresários pretendem ampliar seu negócio em função de demandas existentes, o valor econômico de sua propriedade se sobressai. Por outro lado, as diretrizes do Iphan restringem a ocupação e impedem a livre utilização de todo o potencial construtivo do terreno, dificultando ampliações que visam potencializar o uso do imóvel. Esse conflito aparece na maior parte dos processos consultados, e é descrito resumidamente no relatório de vistoria que compõe uma ação judicial referente ao imóvel situado no Largo das Forras n°18:

> Uma vez adquirindo a casa [a proprietária], promoveu modificações internas a fim de adaptá-la ao funcionamento de uma pousada. Foi com o aumento da demanda pela pousada, que a proprietária partiu para ampliá-la e melhor equipá-la: construiu então uma piscina e edificou em dois pavimentos, mais quatro suítes, além de ter criado terraços. Afirmou ter procurado manter, na nova construção, o mesmo padrão da antiga (conseguiu as mesmas telhas para a cobertura), mostrando preocupação com a harmonia da arquitetura local e com aspectos ligados ao tombamento (PARDINI, 1998, p.6).

As construções irregulares citadas motivaram ação judicial do Iphan, solicitando a demolição de parte da edificação. O que se destaca no processo é a divergência com relação ao entendimento dos valores e a incorporação, pela proprietária, dos critérios estilísticos preconizados na própria atuação do Instituto em detrimento de novos parâmetros que, à época, começavam a ser utilizados para a provação de projetos de intervenção na cidade. As justificativas da proprietária ressaltam a demanda real por acréscimos e melhorias do que já existia anteriormente, não sem demonstrar uma preocupação com a harmonia do conjunto retratada na utilização de telhas coloniais e no posicionamento da construção nos fundos do terreno. Na fala da proprietária, sua construção não interfere na leitura do patrimônio tombado, já que a fachada do imóvel mantida em 'estilo colonial' é o fator mais importante para a não descaracterização do acervo arquitetônico. Já para os técnicos do Iphan, os parâmetros que devem ser seguidos refletem a nova regulação de diretrizes urbanísticas, como taxa de ocupação e volumetria, baseados nos estudos do inventário. É interessante perceber os diferentes tempos em relação aos critérios para preservação do conjunto tombado: enquanto a proprietária cita os critérios estilísticos e fachadista, os técnicos seguem uma leitura mais contemporânea de pensar o município como documento.

O discurso da preservação da arquitetura tradicional – ainda que não fossem originais – aparece, também, no processo da edificação situada ao Largo das Forras n°48. Em um requerimento para um acréscimo, em 1987, a proprietária informa que respeitará todas as características coloniais da construção e que reconhece a importância de se manter todas as peculiaridades do barroco mineiro, destacando o aspecto social da reforma para seu uso como loja de artesanato que vem a gerar maior oferta de empregos e maiores opções de atendimento aos visitantes. Repetidas vezes, o discurso de melhorias nas condições para atendimento aos turistas e conservação de características coloniais na fachada dos imóveis surge na fala dos proprietários. A relação entre patrimônio e turismo construída pelo Iphan e outras instituições como meio de preservação é, agora, plenamente aceita e incorporada por moradores e

empresários de Tiradentes. No processo do Largo das Forras n°78, encontra-se a descrição em que a proprietária informa:

> Não ter havido qualquer dano ao conjunto arquitetônico em decorrência das melhorias da estrutura interna do prédio, realizadas nos fundos do mesmo, sem comprometer a fachada externa. Acrescenta que a reforma era necessária para oferecer melhores condições de conforto ao turista, máxime considerando tratar-se de um restaurante e choperia, tendo-se substituído um telhado 'indecente' de amianto, que não fazia a devida vedação e permitia a entrada de insetos e outros animais, por outro telhado de telhas coloniais, condizentes com o ambiente (EVANGELISTA, 2004, s/p).

Na sentença que julga a ação decorrente de obras irregulares na edificação no Largo das Forras, n° 38, o proprietário alega "ter realizado obras nos fundos do referido imóvel nos estritos padrões do entorno de preservação da praça principal da cidade de Tiradentes/MG, não afetando, por isso, a integridade dos bens tombados" (BALBINO, 2001, p.5). A homogeneidade estilística da praça também é citada no processo do imóvel situado no n°88 do Largo, quando, em 1993, constroem-se chalés de madeira sem a autorização do Iphan. Discute-se, então, em pareceres técnicos que a agressão ao conjunto é dada pelo chalé que contrasta com o estilo dominante, destacando-se negativamente: "Foi constatado a existência de dois chalés de madeira no terreno do Hotel Ponta do Morro (...) concordamos que por ser uma arquitetura atípica destoa muito do conjunto da cidade" (CAMARA, 1993).

Resumidamente, o processo da edificação do largo das Forras n°48 nos apresenta um caso que pode ser entendido como exemplo da especulação imobiliária, das mudanças que ocorreram na cidade e dos conflitos ocasionados. Em 1987, o inquilino do imóvel solicita a construção de um acréscimo construtivo na edificação devido à necessidade de se ampliar um ponto comercial, à época uma loja de artesanato. No requerimento, é informado que a reforma pretende aumentar a demanda de serviços para atendimento aos turistas. Em 1990, é apresentada uma nova proposta para o mesmo imóvel: reconstrução total, dedicando a parte inferior do estabelecimento à loja e um segundo pavimento a um apartamento. Todas as intervenções foram autorizadas pelo Iphan e executadas. No ano seguinte, em 1991, é apresentada a proposta de construção de dormitórios na parte posterior do terreno, visando o uso do espaço como pousada. A obra não é autorizada, uma vez que a construção é localizada praticamente nas margens do Ribeiro Santo Antônio. Entretanto, o anexo é executado e passa a funcionar, desde meados da década de 1990, como pousada, atendendo a crescente demanda turística. Em 1998, ocorre a abertura da ação judicial pelo Iphan, solicitando a demolição das

obras irregulares. A sentença é dada em 2007 e julga procedente o pedido de demolição do que foi construído irregularmente.

Outro ponto que podemos nos processos é a mudanças de usos e de proprietários a partir da década de 1970 – período em que se iniciam os processos arquivados no escritório técnico de Tiradentes. Os projetos aprovados nessa década contemplam edificações destinadas a residências com áreas de comércio integradas à construção. Os usos dessas lojas são variados e, alguns, voltados para atendimento a própria população local: sede do grêmio recreativo, salão de festas para os bailes locais, o Correio, o Banco Bamerindus, o Restaurante Mitula e o Posto de Gasolina. Na década de 1980, os usos contemplam serviços de utilidade para os tiradentinos, como a biblioteca pública e serviço de assistência social, mas incluem, também, lojas de artesanato de prata destinadas aos turistas. A praça, enquanto espaço central, é apropriada por famílias locais. Por ali, concentrarem serviços, comércio e local de lazer. Já na década de 1990, os usos – que perduram até os dias atuais – são quase exclusivamente voltados para o público externo: em 1994, o restaurante se transformou em hotel; em 1995, o posto de gasolina deu lugar a um restaurante e loja de artesanato; em 1998, a garagem da prefeitura tornou-se um local de artesanato da associação de artesãos da cidade.

Dessa forma, o Largo das Forras foi sendo configurado seguindo os preceitos de unidade estilística relacionada à reprodução de características da arquitetura tradicional, apreendida não apenas nos imóveis hoje existentes, mas nas falas dos técnicos e proprietários registradas nos processos administrativos. A arquitetura tradicional também foi base para a construção de um território turístico atrelado à representação de um patrimônio colonial que, muitas vezes, não chegou a existir, de fato, como arquitetura legítima do período colonial, mas que, no entanto, não deixa de atrair e ser consumida. O cenário barroco atende ao imaginário de cidade colonial voltado para o mercado do turismo.

Figura 21 - Faces de quadra do entorno do Largo das Forras (2016)



Fonte: Acervo pessoal.

3.2 Metodologia das entrevistas, procedimentos e categorias identificadas

O Largo das Forras, atualmente, congrega diferentes atividades. As edificações do seu entorno contemplam restaurantes, bares, lojas de artesanato e outros serviços predominantemente voltados para os turistas. O local é ponto de taxistas, pipoqueiros, charreteiros e alguns vendedores ambulantes que, ali, comercializam suas pinturas e outras formas de artesanato. A oferta desses serviços e o espaço público sombreado pela copa das árvores atraem grande número de visitantes e sua utilização, majoritariamente conformada pelos turistas, reflete a sazonalidade que caracteriza toda a cidade. Durante a semana, a praça possui uma movimentação mais tímida, alguns pontos comerciais abrem em dias úteis e

outros serviços, como o comércio ambulante e o pipoqueiro, só estão disponíveis nos finais de semana. Pela manhã, a movimentação principal é dos transeuntes e trabalhadores dos diversos estabelecimentos comerciais que organizam os serviços para o decorrer do dia, assim como se reúnem os charreteiros e os taxistas em busca de turistas que perambulam entre as lojas de artesanato. No início da tarde, os restaurantes atraem o público para as refeições e, ao final do dia, oferecem música ao vivo e serviços gastronômicos diferenciados – pizzarias, chocolaterias, chopperias, churrascarias, etc. É fácil observar que a praça possui maior movimentação aos finais de semana e feriados, mas nada se compara aos dias em que ocorrem os eventos do município, quer seja o popular carnaval ou o requintado festival de gastronomia.

Ao observar este importante espaço, percebemos as diferentes pessoas que utilizam esse recorte espacial específico e tentamos construir categorias de acordo com o vínculo com o lugar por nós constatado. Primeiramente, identificamos os trabalhadores autônomos que ocupam o espaço da praça em si: os taxistas, os charreteiros, o pipoqueiro e vendedores ambulantes. Há, também, os trabalhadores dos estabelecimentos comerciais do entorno da praça e os donos desses pontos, que também possuem uma relação próxima com o local. Entretanto, ao consultar o histórico dos processos arquivados no Iphan, percebemos que aqueles que possuem o ponto comercial não são os donos dos imóveis e, portanto, achamos interessante alcançar alguns desses proprietários.

Da mesma forma, entrevistamos os produtores dos eventos que utilizam o espaço e mudam toda a dinâmica local. Durante as atividades do mestrado profissional, notamos a frequente ocorrência de eventos nos espaços públicos da cidade e as constantes reuniões entre técnicos do Iphan e os produtores culturais que visam autorizar as instalações provisórias. Nos meses considerados de alta temporada – de maio a agosto –, ocorrem festas e festivais em praticamente todos os finais de semana[42] tanto no Largo das Forras como em outros espaços da cidade. E, finalmente, como estamos trabalhando com um conjunto urbano tombado, achamos interessante incluir os técnicos especialistas que lidam diariamente com a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico tombado, que inclui o Largo das Forras.

[42] O grande fluxo de eventos na cidade fica evidente nas reuniões mensais do Conselho Municipal de Turismo e Cultura que participei como ouvinte. O conselho é, atualmente, a entidade responsável pelo primeiro contato entre poder público e produtores, quando esses últimos apresentam a proposta do evento que pretendem trazer para Tiradentes. Muitas vezes, a realização dos eventos em locais públicos fica inviável pela dificuldade de agendamento no concorrido calendário de festas locais. É notável, também, o interesse dos produtores na cidade: em praticamente todas as reuniões mensais existem propostas de novos eventos.

Em resumo, para facilitar a elaboração dos roteiros, partimos das categorias identificadas e escolhidas para aplicarmos as entrevistas do nosso trabalho, divididas em: (i) os trabalhadores do comércio local e trabalhadores autônomos; (ii) os empresários donos dos estabelecimentos; (iii) os proprietários dos imóveis do entorno da praça; (iv) os produtores dos eventos; (v) os agentes do patrimônio. Essa escolha fecha o horizonte para outras possibilidades, como, por exemplo, a de se entrevistar ex-moradores do local, outros técnicos do poder público municipal ou entidades não governamentais que lidam diretamente com a questão do patrimônio e do turismo, ou mesmo os turistas e não turistas que por ventura estivessem frequentando a praça. Tal decisão decorre da necessidade de se selecionar depoentes e recortar temas, considerando que o nosso foco está no espaço e nas pessoas que se relacionam no cotidiano com esse espaço. Da mesma forma, a revisão da bibliografia sobre a cidade nos mostra as falas dos ex-moradores, de técnicos e do público frequentador da cidade sendo a fonte mais comum para compreensão da transformação do panorama social, econômico e espacial local. Para entendermos as ressignificações do patrimônio em Tiradentes, optamos por trabalhar com aqueles que vivenciam o Largo das Forras no seu cotidiano.

Os entrevistados foram ouvidos no decorrer de um mês e responderam as perguntas do questionário aberto de roteiro estruturado. As questões, primeiramente, foram voltadas para identificação de cada pessoa: nome, idade, sexo, local de residência, onde nasceu e profissão. Em seguida, os roteiros foram elaborados com questões gerais sobre o que é considerado patrimônio na cidade e qual a importância desse patrimônio. Posteriormente, as questões eram direcionadas para cada categoria, abordando as especificidades das diferentes dinâmicas de relação e entendimento do espaço. Apesar do roteiro pré-estabelecido[43], alguns entrevistados extrapolavam as questões propostas e abordavam outros aspectos sobre a percepção da praça, da cidade e do patrimônio. Buscamos, então, interromper o menos possível para que as impressões fossem colocadas de forma mais natural.

Aos trabalhadores do comércio local e trabalhadores autônomos perguntamos sobre a relação do patrimônio com a atividade que exerce, sobre a frequência que vai ao local e se também utiliza a praça para outras atividades. Procuramos entender como a pessoa vê o largo hoje e o que mais valoriza ali. Aos empresários, donos dos estabelecimentos comerciais, as perguntas foram direcionadas para compreender a escolha da praça para a implantação do

[43] Para os roteiros das entrevistas, ver Apêndice B.

negócio. Para os produtores, perguntamos o porquê de o evento ser realizado em Tiradentes e, mais especificamente, no Largo das Forras. Também foram abordadas questões sobre as vantagens e dificuldades do local e sobre as festividades ali realizadas, bem como a percepção sobre as mudanças e permanências.

As entrevistas, quando possível, eram realizadas na própria praça, o que se mostrou interessante, pois, muitas vezes, foi possível observar como o espaço invoca as memórias e percepções. Assim, as primeiras conversas ocorreram em função da facilidade de acesso aos entrevistados: percorremos os estabelecimentos comerciais do entorno da praça para entrevistar os trabalhadores que cumpriam seu turno e também solicitamos aos taxistas e charreteiros que aguardavam seus clientes que respondessem ao questionário. Quanto aos agentes do patrimônio, que são técnicos do Iphan, foi mais fácil entrevistá-los, uma vez que eu estava lotada no Escritório Técnico do Iphan em Tiradentes - tais entrevistas ocorreram no próprio local de trabalho. Algumas entrevistas tiveram que ser previamente agendadas para conseguirmos viabilizá-las, ocorrendo em locais sugeridos pelos próprios entrevistados, em seu local de trabalho ou em suas residências - foi o caso das entrevistas com os proprietários dos imóveis.

As entrevistas foram guiadas pelo roteiro do questionário, gravadas em áudio e, quando finalizadas, foram escutadas novamente e transcritas para melhor compreensão. Na transcrição, procuramos reparar os erros gramaticais e palavras sem peso semântico. No total, foram realizadas 21 entrevistas, número considerado significativo para permitir comparações e destacar conteúdos divergentes e convergentes.

O grupo entrevistado ficou estabelecido da seguinte maneira: cinco trabalhadores dos estabelecimentos comerciais do entorno da praça. Eles foram escolhidos aleatoriamente, sendo três vendedores, uma recepcionista de pousada e uma funcionária da prefeitura municipal que trabalhava na secretaria de turismo que, à época, funcionava no sobrado da praça. Seis trabalhadores autônomos que tem seu ponto na praça, sendo três charreteiros e três taxistas. Dois proprietários de pontos comerciais na praça – um restaurante e uma chocolateria[44]; dois proprietários de imóveis na praça; três produtores de eventos: festival de motocicleta (Bikefest), festival de teatro (Tiradentes em Cena) e festival de cerveja (Trem

[44] Em dezembro de 2016, os 22 imóveis do entorno imediato da praça abrigavam dez lojas de arte/artesanato/perfumaria; quatro pousadas/hotel; treze restaurantes/bar/lanchonete; uma farmácia, uma casa lotérica; além da prefeitura municipal e das duas edificações religiosas.

Bier); e, por fim, três funcionários do escritório técnico do Iphan local[45]. É importante não perder de vista que, muitas vezes, essas categorias se sobrepuseram ou nos revelaram atores com distintas relações com a cidade que não aquelas que categorizamos pela sua forma de interação com o Largo das Forras. Por exemplo, um dos funcionários do escritório técnico local sempre morou no centro histórico, em uma casa que está na sua família há gerações. Outro proprietário do imóvel foi, também, prefeito da cidade por oito anos. Um segundo morou em um dos imóveis da praça durante grande parte de sua vida e também possui uma pousada e outros comércios no local. Entendemos, então, essas categorias, antes de tudo, como classificações formais para viabilização da pesquisa, atentando para a impossibilidade de um sujeito ter sua identidade centrada e fechada, mas, sim, como ressalta Stuart Hall (2005), sujeitos com variedade e pluralidade de novas posições de identificação, como efeito da globalização na identidade cultural da modernidade tardia. A tabela 01 especifica o perfil dos entrevistados quanto às categorias predefinidas:

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados

Entrevistas Realizadas							
Entrevistado	Tiradentino	Produtor de evento	Agente do Patrimônio	Trabalhador do comércio no entorno da praça	Trabalhador autônomo	Empresário	Proprietário de imóvel no Largo
Entrevistado 1	sim	Bike Fest					
Entrevistada 2	sim	Teatro					
Entrevistado 3	não	Trem Bier					
Entrevistado 4	sim		Iphan				
Entrevistado 5	não		Iphan				
Entrevistada 6	sim			Loja de artesanato			
Entrevistada 7	sim			Prefeitura Municipal			
Entrevistada 8	não			Loja de artesanato			
Entrevistada 9	não			Recepcionista			
Entrevistada 10	Não			Vendedora			

[45] O Escritório Técnico do Iphan em Tiradentes, atualmente, conta com sete funcionários: dois auxiliares administrativos, um assistente institucional, dois oficiais locados na oficina técnica, um chefe de escritório e um estagiário de arquitetura.

Entrevistado 11	Não		Taxista	
Entrevistado 12	Não		Taxista	
Entrevistado 13	Sim		Taxista	
Entrevistado 14	Sim		Charreteiro	
Entrevistado 15	Sim		Charreteiro	
Entrevistado 16	Sim		Charreteiro	
Entrevistada 17	Sim	Iphan		
Entrevistado 18	Não			Restaurante
Entrevistado 19	Não			Chocolateira
Entrevistado 20	Não			Sim
Entrevistado 21	Sim			Sim

Fonte: Elaboração própria

Um limite claro na realização das entrevistas foi o fato de que o Iphan é um órgão importante, cuja atuação de fiscalização resultou, e ainda resulta, em vários conflitos. Dessa forma, ao explicitar, antes das entrevistas, a instituição ao qual eu estava vinculada, por vezes, as respostas buscavam enaltecer ou criticar a ação do órgão, ainda que não houvesse o questionamento direto sobre o papel do Instituto. Entendemos que as entrevistas foram, também, uma possibilidade para o indivíduo revelar seu entendimento sobre as ações de preservação do Iphan local. Da mesma forma, houve algumas recusas em conceder entrevistas, principalmente por parte de proprietários que possuem mais conflitos relacionados aos seus imóveis, muitas vezes com ações judiciais. Nesse sentido, o fator de não conceder as entrevistas pode ser consequência das relações complexas entre Iphan e proprietários. Na etapa seguinte, com as entrevistas já realizadas, tentamos proceder comuma análise temática dos conteúdos, destacando temas gerais e agrupando o conjunto de entrevistas por temas destacados para possibilitar comparações.

3.3 Construções de sentido sobre o Largo das Forras

Para nos aproximarmos das percepções sobre o patrimônio em Tiradentes, primeiramente, precisamos questionar quais são esses bens o os sentidos atribuídos a eles,

principalmente por aqueles atores que não atuam profissionalmente com as questões da preservação. O quadro abaixo contém o resumo das entrevistas para auxiliar na visão geral sobre o que é percebido como patrimônio no município.

Tabela 2 - Olhares sobre o patrimônio em Tiradentes

Atores sociais	O que é o patrimônio?
Trabalhadores	Pontos turísticos, igrejas, museus, casas, o chafariz, a ideia do antigo, tudo que é histórico, pessoas, cultura popular, festas.
Empresários	Conjunto arquitetônico, igrejas, Serra de São José, pessoas.
Proprietários	Ruas, calçamento, casas, igrejas, o chafariz.
Produtores	Arquitetura, a história, natureza, a cidade do interior.
Agentes do patrimônio	Edificações, casario e monumentos, população, pessoas, a paisagem, Serra de São José e bosques.

Fonte: Elaboração própria

Para os trabalhadores dos comércios e serviços do entorno do Largo das Forras e para os autônomos como os charreteiros e taxistas, o patrimônio da cidade é aquilo que está diretamente relacionado à sua atividade profissional: os pontos turísticos. Ou seja, aqueles lugares que atraem os visitantes e que são valorizados por estes – as igrejas, o chafariz, os museus, as casas que compõem o conjunto arquitetônico, o próprio centro histórico e a ideia de antigo transmitida por esses bens. Também o Largo das Forras, local onde grande parte das entrevistas foi realizada, foi lembrado como patrimônio por sua importância no conjunto urbano. O valor dos bens para os entrevistados está atrelado ao valor reconhecido pelos turistas e corresponde aos bens oficiais, tombados pelo Iphan: "Patrimônio são os pontos turísticos que são bem conservados, que estão bem preservados. Isso que mais valoriza a cidade" (Entrevistada 7, entrevista à autora, dezembro de 2016). "O patrimônio turístico, as igrejas, o chafariz, essa ideia de antigo da cidade, as casinhas parecidas. Acredito que isso seja patrimônio" (Entrevistada 6, entrevista à autora, dezembro de 2016). Percebe-se que patrimônio e turismo têm uma relação muito forte e, muitas vezes, parece ser o único sentido atribuído. A própria preservação dos bens é atrelada à manutenção da atividade: preservar para o turismo e o turista.

Surge, também, o entendimento de que o patrimônio de Tiradentes extrapola a materialidade. Para um dos entrevistados, locatário de dois imóveis no Largo das Forras e

empresário local, existem personagens na cidade que ele considera como patrimônio: "Então, eu acho que Tiradentes como um todo é patrimônio. As pessoas... Tem pessoa em Tiradentes que é patrimônio. Tem cidadão aqui que a gente assim, fala, meu deus, isso é Tiradentes!" (Entrevistado 19, entrevista à autora, janeiro de 2017). Patrimônio, nas palavras dos entrevistados, é, também, a convivência do interior, as relações que acontecem na cidade e a própria população, às vezes considerada esquecida:

> Porque o patrimônio físico, ele está bem preservado através das instituições que sempre colaboraram, através do Iphan, dos próprios moradores que principalmente nos últimos trinta anos estão mais preocupados com isso, até porque faz parte da atividade turística. A gente precisa preservar esse patrimônio para que o turista venha conhecer. Então hoje eu acho que há uma preocupação maior com a preservação, mas em relação às pessoas, as instituições precisam atuar mais (Entrevistada 17, entrevista à autora, janeiro de 2017).

Para o entrevistado de 29 anos, um dos charreteiros[46] mais antigos da cidade e que também nasceu em Tiradentes, as pessoas e as festas tradicionais são patrimônios que não são preservados como as casas e as igrejas:

> E um patrimônio importante também que está perdendo é o das pessoas, da cultura de eventos de festas que tinham daqui. Por exemplo, umas procissões que tinham aqui nessa igreja [Capela de Bom Jesus da Pobreza, localizada no largo das Forras] perderam. A festa junina que tinha aqui nessa praça [Largo das Forras]. Enquanto os eventos turísticos aumentaram, mas foi bom também (Entrevistado 14, entrevista à autora, dezembro de 2016).

A concepção de que o patrimônio material é preservado e merecedor de atenção pelo poder público enquanto as pessoas e suas práticas não são consideradas é uma importante informação fornecida pelos entrevistados. Conforme apresentado por Meneses (2012), as novas concepções sobre o patrimônio cultural informam que os bens não possuem sentidos inerentes a si, mas são vetores de significações múltiplas gerados nas relações estabelecidas entre as coisas e as pessoas. Também as políticas do patrimônio imaterial que o Iphan vem

[46] Os três charreteiros entrevistados são naturais de Tiradentes e a função é regularizada desde 2007. O ponto das charretes, conduzidas por cavalos, é localizada no Largo das Forras e, dali, parte o passeio em direção a monumentos da cidade. O entrevistado 14 nos conta que há vinte anos trabalha na praça sendo um dos charreteiros mais antigos do local. Considera seu trabalho uma das atrações de Tiradentes e que ajuda, inclusive, a desenvolver o turismo ao divulgar e transportar os visitantes. Hoje, as charretes são limitadas em número de 30 pelo poder público municipal que também criou normas e regulamentações para o funcionamento do serviço. Os charreteiros entrevistados destacaram em suas falas o gosto pelo trabalho que fazem, inclusive pela possibilidade de "conhecerem pessoas diferentes, uma língua diferente, cultura diferente" (Entrevistado 15, entrevista à autora, dezembro de 2016). Atualmente os charreteiros se organizam em uma associação que representa seus interesses, sobretudo, o de permanência no Largo, já que a retirada dos animais do local é discussão recorrente na cidade.

desenvolvendo procuram reconhecer "que o campo cultural diz respeito à totalidade da vida social" (MENESES, 2012, p.29), unindo as dimensões materiais e imateriais do patrimônio. Entretanto, em Tiradentes, cidade valorada pelo seu patrimônio de pedra e cal, as entrevistas informam que é dimensão mais imaterial que necessita de maior atenção do Instituto, já que antigos costumes perdem espaço (muitas vezes, literalmente, o espaço físico no qual costumavam ocorrer, o Largo das Forras). Nesse sentido, as entrevistas informam que as políticas de preservação precisam considerar as pessoas e não apenas os bens, em uma visão mais integrada. A fala do charreteiro nos fornece uma visão *de perto* dos efeitos das transformações do espaço que, nas análises mais amplas, são retratadas como perda de sentido e vínculo entre população e patrimônio: para ele, o Largo (bem cultural) torna-se trabalho e renda, e aquilo que dava um sentido diferente ao lugar – procissões e festas juninas – ou se perde, ou passa para outros locais.

Extrapolando os bens materiais oficialmente tombados, o patrimônio natural que emoldura a cidade também foi citado, como a serra de São José e a cobertura vegetal ao longo de sua base. Nesse entendimento, o patrimônio é o conjunto, é a paisagem que une casario, serra e natureza, conformada, ainda, pelas ruas e pelo calçamento tradicional de lajotas relembrado em algumas entrevistas. A percepção é da cidade como um cenário em uma conotação positiva:

> Eu costumo dizer que à noite minha mulher, meu filho e eu vamos dar uma volta a pé pela cidade às onze horas, meia noite. E a gente fala: meu Deus, o que é isso... Olha... Eu estou aqui há treze anos e às vezes eu pego aqui a Rua Direita, subo a Matriz, numa noite gostosa. Você fala isso é um cenário a céu aberto, não precisa fazer nada. Por isso que as gravações de tudo querem vir pra cá, está tudo pronto, não precisa fazer nada, tirar nada (Entrevistado 19, entrevista à autora, dezembro de 2016).

Ao questionar sobre o que é considerado patrimônio no município, inúmeras vezes, as pessoas emitiam opinião sobre o próprio Iphan e sua atuação, até pelo emprego da palavra – *patrimônio* –, cuja significação habitual na cidade é designar o órgão de proteção local, demonstrando a importância do Instituto na definição do que é valorado. Dessa forma, a pergunta, além do esperado, trouxe críticas e considerações sobre as atividades de preservação: "O patrimônio [Iphan] aqui, se você tem um imóvel, o patrimônio só pede para você conservar. Ele não te dá apoio nenhum. Então tem muita gente aí que não tem condições." (Entrevistado 13, entrevista à autora, dezembro de 2016). "O patrimônio [Iphan]

aqui sempre foi rígido" (Entrevistado 12, entrevista à autora, dezembro de 2016). Estas falas ilustram a visão da ação do órgão bastante atuante como fiscalizador, mas que, no entanto, não proporciona meios para a preservação do patrimônio particular. Entende-se, também, que grande parte das falas ressalta justamente o bom estado de conservação do patrimônio material e a importância dessa preservação.

Em suma, o que fica visível nas falas dos entrevistados é que o patrimônio percebido coincide com o patrimônio oficial tombado pelo Iphan: monumentos e o conjunto arquitetônico – mas a esta materialidade se agregam outras qualidades, como as pessoas e os personagens, as festas e os ritos, a serra e a natureza. A seleção do que é patrimônio já informa que seu sentido atual está estritamente atrelado ao turismo e, dessa forma, analisamos as entrevistas para melhor compreender as percepções sobre os bens, na tentativa de apreender outros sentidos atribuídos por aqueles que vivem e convivem no cotidiano da cidade.

A galinha dos ovos de ouro: patrimônio é trabalho e renda

Ao questionarmos o significado do patrimônio em Tiradentes no âmbito de um mestrado profissional do Iphan, o que se espera é, justamente, o reconhecimento dos valores oficiais da estética e da história já declarados pela instituição. Tais valores aparecem, principalmente, nas respostas dos especialistas que trabalham diretamente com a preservação do patrimônio, aqueles que naturalmente mais vivenciam e reproduzem o discurso técnico. As falas destacam as reminiscências edificadas que permanecem como documentos, assim como os monumentos exemplares de obras de arte:

> Tiradentes tem essa importância que é um exemplo da manutenção de um núcleo urbano do século XVIII e XIX. Todos os monumentos e conjunto urbano tem importância não só como exemplo da preservação de uma arquitetura de final de século XVII para as edificações civis, como as igrejas e o chafariz como obra de arte (Entrevistado 4, entrevista à autora, dezembro de 2016).

> Tem a ver com a história do lugar. O patrimônio é um celeiro da história de Minas Gerais. Com a descoberta do ouro que tudo começou com a vinda dos bandeirantes pra cá e que descobriu essa região com muita riqueza. Não só Tiradentes, como toda região São João Del Rei, Prados. E impulsionaram a economia da época (Entrevistada 17, entrevista à autora, janeiro de 2017).

Já nas falas dos outros atores entrevistados, o que se destaca é associação do patrimônio com o trabalho e a renda. A importância de se preservar é reconhecida e está diretamente associada à manutenção daquilo que atrai os turistas e visitantes que, por sua vez, fazem girar a engrenagem econômica da cidade. O dizer do trabalhador que atua como charreteiro desde os nove anos na praça, exemplifica a visão corrente sobre a importância do patrimônio tombado em Tiradentes: "Pra mim, eu considero esse patrimônio aqui como uma empresa: limpa, sustentável e que tem que ser conservada" (Entrevistado 14, entrevista à autora, dezembro de 2016).

Tabela 3 - Olhares sobre a valorização do patrimônio

Atores sociais	A importância do patrimônio
Trabalhadores	Atrair visitantes, trazer dinheiro para a cidade, manter o trabalho, proporcionar o turismo, gerar emprego, gerar renda.
Empresários	Atrair visitantes, conservar a história.
Proprietários	Proporcionar o turismo, atrair visitantes.
Produtores	Visibilidade para quem é de fora.
Agentes do patrimônio	Registro da história e da arte nacional.

Fonte: Elaboração própria

Em reportagem publicada na Revista Maxi de março de 1995, Yves Alves, então diretor da Rede Globo, nomeia Tiradentes com a alcunha que permaneceria no imaginário das pessoas locais: a galinha dos ovos de ouro. O ativista interessado na recuperação da cidade e fundador da SAT, como descrito no primeiro capítulo, conta que, em 1967, quando esteve pela primeira vez em Tiradentes, o lugar, embora encantador, mais parecia uma cidade abandonada. Não havia uma pensão para se dormir ou um lugar para fazer uma refeição. A Tiradentes de 1967 era, em suas palavras "uma galinha velha, doente, prestes a morrer" (SOCIEDADE AMIGOS DE TIRADENTES, 1996a, p.8). A transformação – ou, como nomeia, o milagre – se operou a partir da dedicação de interessados na recuperação do município e de entidades preservacionistas, em um momento em que as atividades do turismo tornavam-se uma nova e promissora forma de riqueza, ressaltando o valor do patrimônio histórico e artístico como fonte de atração turística. A seu ver, os maiores beneficiários com a

recuperação do patrimônio da cidade seriam os empresários locais e, a eles, caberia a responsabilidade de "não deixar que a saúde da galinha dos ovos de ouro" fosse posta em risco, bastando para isso ter a "consciência empresarial do produto que têm nas mãos – a própria cidade" (SOCIEDADE AMIGOS DE TIRADENTES, 1996a, p.8).

A entrevista ocorreu em um momento de aceleração da economia pela atividade turística e, consequentemente, nas demandas por alterações do seu espaço físico em meados da década de 1990. Foi, também, o período em que, na tentativa de conter o crescimento desenfreado e as reformas descaracterizantes, passam a serem aplicadas as diretrizes de preservação do Iphan que estabelecem critérios para desmembramentos, reformas, construções novas, etc. Nesse contexto, o conto infantil citado por Yves Alves soa como um alerta para que se entenda – e na entrevista, a fala dele é, principalmente, direcionada aos empresários – que o patrimônio da cidade é a galinha que não deve ser morta na tentativa de se extrair mais dela do que é possível. A fala não é mais de valorização e incentivo a recuperação de um patrimônio arruinado, mas de impedimento de outro tipo possível de ameaça: a descaracterização pelas mudanças desenfreadas que acompanham o crescimento da economia, que poderia comprometer, justamente, a fonte de todo esse crescimento.

Vinte anos após a publicação do referido texto, o que as entrevistas realizadas revelam é a importância do patrimônio tombado, relacionada à possibilidade de emprego, negócios e, consequentemente, ganhos financeiros. Grande parte dos entrevistados citou a relação entre os bens tombados e o seu trabalho. A relação que podemos estabelecer é que o patrimônio é atrativo relevante e de grande interesse para aqueles que são de fora, para os visitantes. Para os entrevistados, o valor do patrimônio está justamente no seu potencial para gerar trabalho e renda. Dois dos taxistas ilustram bem esse entendimento do patrimônio como atrativo que, de forma direta, influencia a economia da cidade:

> O patrimônio sendo preservado hoje é uma relíquia para todo mundo. A preservação dele ajuda que as pessoas venham conhecer a cidade. Eu andei com um gringo há pouco tempo aqui e ele visitou três lugares no Brasil: Tiradentes, Parati e Foz do Iguaçu (Entrevistado 12, entrevista à autora, dezembro de 2016).

> O patrimônio histórico beneficia muito a cidade porque o turista vem, fica aí numa pousada, então traz dinheiro para a cidade (Entrevistado 13, entrevista à autora, dezembro de 2016).

O patrimônio atrai o turista e o turismo mantém a economia local. Essa engrenagem é reconhecida e ressaltada por quase todos os entrevistados, que poucas vezes elencam efeitos

negativos de tal dinâmica. O tom das falas é majoritariamente positivo: “Então, pela questão do turista, pelo turista querer vir visitar, melhoram as vendas, comércio, movimenta mais dinheiro” nos informa a entrevistada 8, vendedora em uma das várias lojas de artesanato da praça. “A importância é enorme. Se não tivesse o patrimônio não teria pousada, não teria nada. Aqui tem muito mais oferta de emprego que em São João [del Rei]. Porque aqui tem muito mais turismo” (Entrevistada 9, entrevista a autora em dezembro de 2016). A entrevistada 7, que atua com atendimento ao turista no sobrado da Prefeitura Municipal, locado no Largo das Forras, nos informa sobre o patrimônio e sua relação direta com a fonte de renda tanto daqueles que moram na cidade quanto de outras pessoas que comumente vêm a Tiradentes em busca de trabalho:

> A cidade vive do turista. O que mantém o emprego, a sobrevivência das pessoas aqui é mais o turismo. As pessoas trabalham em loja, pousada... A gente tem cerca de 150 pousadas. E o tanto de emprego que isso gera? Aqui tem emprego. Não trabalha quem não quer. Tanto é que passou uma senhora aqui agora a pouco que eu não sei nem de onde, caçando emprego. Veio aqui procurar e a gente indica ali para a Associação Empresarial de Tiradentes pra ver se arruma. O que vem de gente de fora procurando emprego de Barroso, São João [del Rei], Santa Cruz [de Minas] (...). A importância do patrimônio é total porque eu dependo desses pontos para o meu serviço. É o dia inteiro falando: pra Matriz você vai por ali, pro Chafariz você vai pra lá. Aquilo que o turista busca aqui é isso, ele chega e pergunta: quais os pontos turísticos mais visitados? E vai lá visitar a Matriz, o Chafariz e os museus (Entrevista à autora, dezembro de 2016).

Para os trabalhadores autônomos e para os funcionários dos comércios e serviços do entorno do Largo das Forras, a importância do patrimônio é seu trabalho. Nesse sentido, a cidade se destaca como polo atrativo para toda região:

> No momento o patrimônio é importante para trabalho mesmo. Aqui é mais fácil de arranjar emprego do que em São João [del Rei]. Trabalha mais, porque como é cidade turística... Trabalha sábado, domingo, feriado. Muita gente vem pra cá para trabalhar, lá de São João [del Rei]. Tem muita gente de Caxambu também, de outras cidades. Vem pra morar aqui e trabalhar (Entrevistada 10, entrevista à autora, dezembro de 2016).

> A importância para o meu trabalho é total. A gente depende disso pra ter em Tiradentes o movimento, a renda. A gente depende de todo esse patrimônio histórico que é o que atrai os turistas de Tiradentes. (...) Eu trabalho nessa loja há um ano, mas eu sempre trabalhei por aqui. Tiradentes tem muito trabalho. Aqui sempre teve, por causa desse lado do turismo. Se não tem o fixo tem o *freelance*. Aí chama pra trabalhar todo fim de semana. Tem freelancer fixo sexta, sábado e domingo. E paga bem (Entrevistada 6, entrevista à autora, dezembro de 2016).

> É importante pro meu trabalho e pra cidade como um todo, até porque a cidade sobrevive do turismo. As pessoas tendo essa conscientização de manter bem conservada (Entrevistado 15, entrevista à autora, dezembro de 2016).

O produtor da festa anual de motocicleta que ocorre no Largo das Forras e que está na sua vigésima edição nos informa da dificuldade de suprir os eventos com mão de obra local, principalmente quando se trata do trabalhador capacitado:

> Falta profissionalismo e também mão de obra capacitada para atender os eventos. Por exemplo, em 2013 foi oferecido um curso de capacitação para seguranças, com direito a diploma, para formar mão de obra para trabalhar nesse evento específico e em outros. Apareceram apenas 13 pessoas sendo que a maioria mulheres e menores de idade. Apenas um homem pareceu. Então toda mão de obra especializada vem de fora. De Tiradentes só os serviços menos especializados, como limpeza e os bicos (Entrevista à autora, dezembro de 2016).

O entrevistado detalha que a mão de obra para serviços necessários para as instalações dos eventos, como iluminação, segurança, serviço de som e montagem de estruturas, vem sempre de São João del Rei ou Barbacena. O que se percebe pelos projetos dos eventos é que as montagens, cenografias e serviços estão cada vez mais sofisticados para atrair e atender a um público de alto poder aquisitivo. Pela lacuna de capacitação, os trabalhadores da cidade ficam com as atividades de menor remuneração.

O Plano Diretor de Tiradentes[47] (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014a) também destaca a escassez de mão de obra especializada, principalmente nos segmentos de hospedagem e alimentação, e enfatiza que a maioria dos profissionais mais capacitados desse setor reside em municípios próximos devido aos altos custos dos aluguéis no município. Alguns empresários chegam a criar alternativas próprias de transporte para assegurar a frequência dos profissionais, especialmente em épocas em que o fluxo de turistas se eleva por conta dos festejos que ocorrem na cidade. O diagnóstico do plano já sinaliza algumas causas da baixa qualificação da mão de obra local: os estabelecimentos encontram dificuldades em manter os trabalhadores qualificados na baixa temporada do turismo e, dessa forma, optam

[47] O Plano Diretor Participativo de Tiradentes foi elaborado pela Fundação João Pinheiro entre os anos de 2014 e 2015, trabalho contratado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes (IHGT) com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O plano diretor tem como objetivo a definição do planejamento municipal para a implantação das políticas de desenvolvimento do município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e também da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural, visando assegurar melhores condições de vida para a população. A equipe técnica era composta por profissionais de diferentes formações e a proposta foi desenvolver o trabalho com a participação da população da cidade através de seminários e oficinas participativas. O Plano Diretor e as Leis Municipais complementares foram aprovados pela municipalidade em 2015.

por trabalhar sem o registro formal e com funcionários temporários, o que acaba por comprometer a capacitação. Por outro lado, a baixa procura por cursos de qualificação ocorre em função da compatibilização de horários e da dificuldade em se preencher os pré-requisitos necessários. Segundo o plano, seria necessário capacitar gestores dos estabelecimentos para implantar uma política de recursos humanos consistente e socialmente responsável, já que o subemprego é apresentado como um dos impactos socioambientais da atividade turística em Tiradentes. A tabela apresentada no documento ilustra a defasagem dos salários do setor de turismo em relação ao estado:

Tabela 4 - Médias salariais dos trabalhadores no setor do turismo de Tiradentes, da região central e total do estado de Minas Gerais (R$).

Unidade Geográfica	Ano						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Tiradentes	459,8	500,92	566,68	622,97	682,19	743,32	826,8
Região Central	553,75	605,92	653,5	703,58	772,15	832,5	917,83
Minas Gerais	646,68	690,81	740,51	814,4	891,75	982,64	1.087,23

Fonte: Plano Diretor Participativo do Município de Tiradentes: perfil municipal. (Fundação João Pinheiro, 2014).

Para os locatários e proprietários entrevistados que também são empresários locais, o patrimônio é considerado fundamental pela sua capacidade de atrair as pessoas. “As pessoas visitam Tiradentes em função da visitação do patrimônio. Essa importância histórica aqui” (Entrevistado 18, entrevista à autora, janeiro de 2017). Somando-se a esse fator atrativo do patrimônio, a cidade também oferece a infraestrutura necessária, como, por exemplo, a disponibilidade de hospedagem e a gastronomia. Para um dos entrevistados que possui uma loja de chocolate e um restaurante na praça, além de mais um ponto comercial em outra rua central de Tiradentes, o patrimônio reflete diretamente no seu negócio, entretanto, não é só ele que atrai visitantes, é um conjunto de fatores e toda a infraestrutura que foi desenvolvida para os turistas:

> Eu entendo que as pessoas vêm aqui pelo conjunto da obra: uma igreja maravilhosa, boas pousadas, uma cidade preservada, uma Maria-fumaça. Acaba que a importância do patrimônio é realmente total e acaba refletindo no nosso negócio, porque se isso acabar, porque eu viria em Tiradentes? Qual seria meu motivo de vir aqui se realmente não tivesse uma importância histórica? Acho que perderia um pouco esse charme que realmente tem (Entrevistado 19, entrevista à autora, dezembro de 2016).

Ao trabalharmos com o recorte espacial do Largo das Forras para a escolha dos entrevistados, claramente, estamos lidando com uma das principais áreas comerciais da cidade, fortemente influenciada pela dinâmica do turismo, elitizada e espetacularizada. O empresário que tem um restaurante nos Largo das Forras, utiliza a própria imagem da galinha dos ovos de ouro para ilustrar a importância desse local em específico:

> Eu tenho dois negócios. Um a cento e cinquenta metros do outro. Esse daqui é muito maior (fala do restaurante localizado à Rua do Chafariz, fora do Largo das Forras, onde a entrevista foi realizada), mais bonito, tem estacionamento e aqui eu vendo a metade do que eu vendo na praça. Aqui eu não consigo a dinâmica da praça. Lá é minha galinha de ovos de ouro (Entrevistado 18, entrevista à autora, dezembro de 2016).

A dinâmica da Praça, sob o ponto de vista de outro empresário, está relacionada ao valor simbólico de seu espaço de encontro e centralidade:

> Eu acho que a praça é fácil de ser vista, todo mundo está por ali. Tudo acontece ali na praça, os eventos acontecem na praça... Toda cidade praça é praça, não é? Parece que a gente gosta de estar com nossos filhos na praça, praça sempre teve um valor simbólico (Entrevistado 19, entrevista à autora, dezembro de 2016).

O Largo das Forras é apontado no Plano Diretor como um dos espaços remanescentes de sociabilidade para a população original na área central de Tiradentes, o que explica, também, sua dinâmica, já que congrega, no mesmo espaço, turistas e população residente:

> Nessa praça ainda se observa a presença dos tiradentinos e subsistem atividades e práticas que lhe são próprias, como o comércio mais popular, a oferta do artesanato local, o serviço das charretes. Mas as dificuldades de sustentação dessas atividades já podem ser evidenciadas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014a, p.54)

Uma das limitações da pesquisa está justamente no recorte escolhido: ao aplicarmos o questionário em um dos pontos mais turistificados da cidade, é compreensível que o valor do patrimônio esteja atrelado ao trabalho e a renda, influenciados, também, pelo cotidiano da atuação profissional. Entretanto, tal associação ganha peso se considerarmos que esses entrevistados representam grande parcela da população local, conforme aponta o diagnóstico do perfil municipal elaborado para o Plano Diretor (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014a).

O estudo indica que o principal setor econômico local é o de comércio e serviços, cuja participação no PIB, em 2011, foi de 72%, caracterizando uma expansão das atividades da cadeia produtiva do turismo. O texto do diagnóstico da situação econômica do município

destaca que o turismo é o mais importante gerador de emprego e renda na localidade, com valores ainda subestimados pela informalidade dos registros oficias. Este setor ganhou importância especialmente nas últimas décadas, impulsionado pelo fluxo de turistas de todo país e do exterior. A taxa de emprego no setor formal de Tiradentes foi a segunda maior entre os 15 municípios da região de São João Del Rei e vem se destacando desde o início da década de 2000. A maior parte das ocupações no município concentra-se em atividades diretamente ligadas à cadeia produtiva do turismo[48], que se destaca pela capacidade de gerar empregos diretos e indiretos, permanentes ou sazonais, no mercado formal e informal.

A pesquisa ainda aponta que o número de postos de trabalho em atividades turísticas cresceu mais do que a média da região Central e de Minas Gerais. A cidade é considerada, pelo Ministério do Turismo, um dos 65 destinos nacionais indutores do desenvolvimento turístico regional pela infraestrutura, atrativos, serviços e equipamentos turísticos. O inventário realizado em 2013 pela Prefeitura Municipal e apresentado no mesmo plano diretor aponta a infraestrutura que o município dispunha à época de sua realização: 136 pousadas e 3500 leitos, em sua maioria, localizados no centro; 84 estabelecimentos gastronômicos; 9 galerias de artes; 24 lojas de móveis fabricados localmente e 14 lojas de artefatos de decoração de serralheria. Dessa forma, os dados de economia municipal ajudam a mostrar que aqueles que trabalham com o turismo representam uma importante parcela da população.

Tabela 5 - Número de estabelecimentos no setor de Turismo.

Unidade Geográfica	Ano						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Tiradentes	132	129	134	136	155	171	177
Região Central	4.909	5.152	5.367	5.674	6.140	6.517	6.820
Minas Gerais	43.136	44.857	47.047	49.106	52.817	55.888	55.888

Fonte: Plano Diretor Participativo do Município de Tiradentes: perfil municipal (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014a).

A lembrança da decadência econômica ainda recente na memória das pessoas baliza a apreciação pela nova atividade que se instalou na cidade. Élvio, proprietário de dois imóveis no Largo das Forras e também ex-prefeito da cidade, nos informa diretamente a importância do patrimônio em seu ponto de vista: “Importante é o seguinte: essa é a razão do turista vir

[48] Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 0,15% atuavam na indústria extrativa mineral, 0,18% nos setores de utilidade pública, 6,57% no setor agropecuário, 11,17% no setor de construção civil, 11,44% na indústria de transformação, 13% no comércio e 53,75% no setor de serviços.

aqui" (Entrevista à autora, janeiro de 2017). No decorrer da sua fala, o entrevistado explica sobre a cidade de hoje em contraponto com uma Tiradentes que "não tinha nada":

> Estou há 44 anos em Tiradentes. E quando eu cheguei a Tiradentes, o Largo das Forras, por exemplo, só tinha um barzinho, você não tinha um restaurante para comer, não tinha nada. Depois que começou essa fabricação de artesanato de prata que teve um tempo auge disso, mas depois caiu. Para te dar uma ideia, você não conseguia nem beber um guaraná gelado. Não tinha nada. Eu me lembro de que a gente ia lá pra tomar uma pinga naquele bar lá... Eu acho que a primeira avalanche que teve em Tiradentes na parte do turismo foi a morte do Tancredo Neves. A morte dele divulgou no Brasil e no mundo São João Del Rei. Aí isso divulgou e acabou que o pessoal conheceu um pouquinho mais de Tiradentes. Isso que eu senti. E depois teve a Rede Globo que começou a filmar filme e novela, eles construíram o centro cultural... Aí em 1997 eu ganhei para prefeito. Eu cheguei à prefeitura o pessoal o tempo todo te pedindo cesta básica, atendimento médico. Tiradentes não tinha emprego... E já era bem melhor do que naquele tempo que eu te falei... Aí eu tinha uma proposta de fazer o desenvolvimento turístico. Meu objetivo para poder gerar emprego. Eu acho o turismo a melhor indústria que existe. Aí nós começamos a criar eventos (Entrevista à autora, janeiro de 2017).

Continuando sua fala, o entrevistado entende que o emprego gerado pelo turismo é visto como privilégio, principalmente quando comparado a períodos anteriores: "Eu gosto muito daqui, é uma cidade privilegiada. Quando vim pra cá, não tinha nada. Trabalhei muito, mas é uma cidade que não tem desemprego. Quem quer trabalhar, trabalha. Isso é um privilégio, ainda mais em um país em crise." Outro proprietário de imóveis na praça, que inclusive é, atualmente, um dos poucos moradores do local majoritariamente conformado por comércio, nos informa sua opinião sobre as mudanças que ocorreram. Em sua visão, o aspecto positivo do impacto do turismo na economia justifica, inclusive, outras perdas ocasionadas pelo próprio processo de mercadorização e elitização, como a saída dos antigos moradores do núcleo mais antigo:

> Ah, aqui melhorou muito. Eu acho que melhorou e tinha hora que eu vou te falar, eu achava o Patrimônio[49] uma chatice, mas foi muito bom ter. Certas cidades, por exemplo, São João Del Rei, hoje não sabe que caminho seguir. Não tem indústrias, não tem turismo, pra onde vai? Agora Tiradentes salvou. Foi bom... Nós perdemos essas casas e tudo, mas foi muito bom porque conservou Tiradentes, as ruas, as casas depois que cada um veio reformar e melhorou, melhorou a cidade, não tenho dúvida. Hoje você tá vendo todo lugar passando por dificuldades e aqui não. Hoje, pra você ver a quantidade de gente de outras cidades que tem aqui. Não falta emprego (Entrevistado 20, entrevista à autora, janeiro de 2017).

[49] Patrimônio, nesse sentido dito pelo entrevistado, corresponde ao Iphan, como é possível perceber não só por essa fala, mas pelo decorrer de toda entrevista.

As comparações com São João Del Rei[50] aparecem com frequência nas entrevistas, sempre confrontando Tiradentes – a cidade preservada – com sua concorrente, cujo patrimônio material não atrai tantos turistas e que, portanto, não é tão valorizada. Nesse sentido, ainda que as transformações ocasionadas signifiquem perdas, e posteriormente falaremos sobre o ressentimento daquilo que a cidade não mais é, as entrevistas ressaltam os ganhos, principalmente no sentido econômico:

> Eu entendo o destino da cidade enquanto cidade turística. Histórica todas as cidades são, mas turística... É Tiradentes. Eu entendo o destino da cidade de Tiradentes quanto à atividade turística (Entrevistada 17, entrevista à autora, janeiro de 2017).

É um consenso, como explica Ulpiano Meneses (2003, p.53), ocasionado pela própria manipulação dos recursos culturais para ganho de capital:

> A isto se acrescenta a importância dos recursos culturais para arquitetar consenso entre os residentes locais, o sentimento de que, além das dificuldades diárias da vida urbana que muitos deles podem experimentar, a cidade está basicamente fazendo o que deve por seus cidadãos.

A princípio, pelo que podemos ver nas entrevistas, o patrimônio tombado é majoritariamente valorizado porque pode ser praticado como trabalho, atrai visitantes, proporciona o turismo e atende ao objetivo desejado de geração de renda e lucro. É o próprio enredo de valorização de uma cidade, sua economia e seu patrimônio antes degradado que nos é contado nas falas daqueles atores que vivem seu cotidiano. É, portanto, o triunfo da política de valorização pelo turismo iniciada com os planos da década de 1980 somada com as ações de marketing urbano, com seus ganhos e perdas.

O barroco cosmopolita e o valor do antigo: patrimônio é glamour

A relevância da cidade para os entrevistados vai além do valor de mercadoria. Se, para uns, a cidade é valorizada justamente pelo seu trabalho e sua capacidade de atrair os visitantes e turistas, para outros, é, também, importante pelo afeto – pelas relações e pelas pessoas. A seguir, elaboramos um quadro resumo com as principais características do município e do

[50] São João Del Rei, assim como Tiradentes, teve seu conjunto arquitetônico e urbanístico tombado pelo Iphan em 1938: a cidade também preserva, a sua maneira, a arquitetura e os monumentos do período colonial. No entanto, a comparação entre os dois lugares mostra que o desenvolvimento do turismo vai além do próprio patrimônio, sendo necessárias outras iniciativas que vão além da preservação dos bens.

Largo das Forras que foram citadas nas entrevistas, separando por categoria de atores entrevistados.

Tabela 6 e 7 – Características percebidas da cidade e do Largo das Forras

Atores sociais	Características da cidade
Trabalhadores	Cidade histórica, importante para o trabalho, tranquila, segura. Local que moram as pessoas conhecidas, a família, os amigos. Cidade pouco atrativa pra os jovens daqui.
Empresários	Principal fonte de renda, cidade do interior, dinâmica sazonal.
Proprietários	Privilegiada, sem desemprego.
Produtores	Destino importante, cidade com características do interior, barroco cosmopolita, cidade histórica preservada.
Agentes do patrimônio	Cidade histórica, de patrimônio preservado, moradores tradicionais, lugar onde nasceu e tem família, importância afetiva.

Atores sociais	Características do Largo das Forras
Trabalhadores	Praça como ponto de encontro. Antigamente lugar de namoro, festas, artesanato. Praça só para turistas, pois as pessoas da cidade não têm condições de frequentar. Antigamente tinha festividades de tiradentinos.
Empresários	Espaço é democrático, congrega tiradentinos, turistas, excursionistas, crianças, charreteiros e taxistas. Antes a praça não tinha nada, o comércio era familiar e precário.
Proprietários	Antigamente o lugar do povo da cidade se encontrar era a praça, pra bater-papo. Chegaram os bares para turista e mudou: hoje praticamente só turista.
Produtores	Porta de entrada da cidade, lugar de visibilidade, fluxo interessante, estratégico. Nem os taxistas e nem os charreteiros estão certos de estarem na praça.
Agentes do patrimônio	Tudo acontecia na praça, moravam pessoas da cidade, tinha parquinho, convivência, as pessoas desciam pra praça para se encontrarem, festas locais. Perdeu o charme. A praça tem que ter coisas normais, do dia-a-dia. Perdeu a identidade.

Fonte: Elaboração própria

Os entrevistados naturais de Tiradentes, ao serem questionados quanto ao valor que o lugar tem para eles, destacaram os vínculos e a tranquilidade típicos de pequenas cidades: “Eu nasci aqui há vinte anos, eu vivo aqui. Eu gosto daqui, já tive outras oportunidades para ir pra outros lugares, mas eu voltei. É importante pelas pessoas que eu tenho aqui, é muito importante” (Entrevistada 6, entrevista à autora em dezembro de 2016). “Olha, eu sou até suspeito para falar, porque eu adoro morar aqui em Tiradentes. Para eu sair daqui só para passear mesmo. A cidade tem essa tranquilidade, cidade onde todo mundo se conhece” (Entrevistado 15, entrevista à autora, dezembro de 2016). Os adjetivos muitas vezes empregados para qualificar Tiradentes foram pacata, interiorana e bucólica: “Eu acho

maravilhosa essa cidade aqui, adoro a cidade do interior. Eu acho bacana a dinâmica dela. É muito boa" (Entrevistado 18, entrevista à autora, dezembro de 2016).

A cidade nos depoimentos dos entrevistados é, também, valorizada por ser histórica, pelas reminiscências do passado que evoca, mas, sobretudo, por ser onde esses tiradentinos nasceram e viveram: "Eu nasci aqui, tem essa importância afetiva. E depois como patrimônio preservado" (Entrevistado 4, entrevista à autora, dezembro de 2016).

> Tem importância fundamental. Eu nasci aqui, minha família é toda daqui. A casa que eu moro está na sétima geração. Os proprietários são da mesma família. Família Moura e Nascimento. Tem uma importância muito grande pelo fato de ter nascido aqui e de gostar demais daqui. E também por trabalhar com a preservação. O que me levou a dar mais importância à cidade (Entrevistada 17, entrevista à autora, dezembro de 2016).

Uma das contradições percebidas na análise das entrevistas é que, para algumas pessoas – aqueles que vivem na cidade há mais de 20 anos –, a qualidade da cidade como bucólica se perdeu com as transformações. Para outros – principalmente os empresários e produtores –, o poder de atração está, justamente, nessas características que se dizem perdidas. São as reminiscências do antigo, não importando se originais ou simulacros, e as características interioranas que atraem os visitantes e também os empresários de grandes centros que escolheram investir e morar em Tiradentes. O glamour está no patrimônio qualificado como histórico e na qualidade que ele tem de trazer as pessoas de volta no tempo. Uma das entrevistadas nos informa a importância do município em sua percepção: "Tiradentes traz muita coisa do passado para a gente relembrar" (Entrevista à autora, dezembro de 2016). A cidade é histórica e pequena, mas sua infraestrutura de lazer não deixa a desejar se comparado aos grandes centros urbanos, como pousadas e restaurantes estrelados.

Soma-se a isso a citada natureza e a paisagem campestres do entorno que remetem à vida interiorana. Para o produtor do festival de motocicletas, o que o atrai na cidade – ou atrai o público do seu evento – é o que ele nomeia de clima bucólico: "Em Tiradentes, a pessoa volta no tempo, aqui é uma das únicas cidades no Brasil que a pessoa pode andar de moto, carro, ônibus, mas também de charrete, de trem, de jardineira. A pessoa volta no tempo" (Entrevista à autora, dezembro de 2016). Para a entrevistada que organiza o festival de teatro e que nasceu em Tiradentes, não apenas a materialidade remete a tempos passados, mas as relações que se cultivam também são de outro tempo. A cidade continua preservando características interioranas, apesar de ser, ao mesmo tempo cosmopolita:

> Eu não acredito que Tiradentes tenha virado, por mais cosmopolita, eu brinco que aqui é o barroco cosmopolita, por mais que seja esse barroco cosmopolita eu não acho que tenha perdido as características de interior. Aqui tem a costureira ainda, a pessoa que você pede as coisas na casa, a benzedeira... Essa coisa que é bem peculiar, a troca de uma receita, alguém que vai à sua casa, acho que isso de fato não perdeu... A hospitalidade. Pode ter perdido um pouco o tempo já que muita gente trabalha mais, mas a essência disso eu não vejo que perdeu (Entrevista à autora, janeiro de 2017).

Da mesma forma, o porte de cidade pequena – a ponto de possibilitar encontros e reconhecimentos – gera a sensação de segurança e tranquilidade, tópicos ressaltados como qualidade da cidade em algumas entrevistas. Tal contraponto entre a cidade cosmopolita e a cidade interiorana pode ser explicado, em parte e também, pela sazonalidade do próprio calendário turístico. Nas palavras de um empresário local:

> Tiradentes é bem pitoresco. É bem bucólico. Eu tenho prazer de estar aqui. Eu acho aqui muito gostoso. Pelo tamanho... Chega uma segunda-feira não tem ninguém, chega ao final de semana está tudo cheio. Chega segunda novamente não tem ninguém. Na outra semana já tem um evento. Então eu acho que a vida aqui passa em uma batida devagar, mas ela anda bem rápida porque está sempre tendo alguma coisa. Eu acho que o tempo passa aqui de uma forma gostosa (Entrevistado 19, entrevista à autora, janeiro de 2017).

A sofisticação e o turismo ocasionaram perdas, principalmente com a transformação dos usos voltados para atender a tal demanda. Perde-se, exatamente, aquelas características do interior, conforme fala o entrevistado, como a tranquilidade e a segurança, ainda que seja reconhecido o benefício da valorização econômica. Desde que chegou à cidade, há 23 anos, um dos entrevistados entende que as mudanças foram, nesse sentido, negativas:

> Perdeu-se o glamour. Hoje está mais comercial e perdeu o glamour, a característica totalmente interiorana. Era engraçado porque a polícia só vinha aqui às terças-feiras... Era legal. Esse glamour era característica de ser bem do interior mesmo. E agora virou totalmente comercial. Os pontos supervalorizados. Isso é bom em função de valorizar seu patrimônio (Entrevistado 18, entrevista à autora, janeiro de 2017).

O projeto de urbanismo do Burle Marx executado em 1990, com intuito de revitalizar o local, foi criticado quanto a sua sofisticação. O projeto é tido, por alguns entrevistados, como um marco das mudanças que, ali, ocorreram, ou, ainda, como uma das causas de tais mudanças. A intervenção urbanística é lembrada pelo requinte das linhas, mas, ao mesmo tempo, pelo espaço criado que não proporciona encontros, transformando usos e costumes. A

praça do Burle Marx contrasta com o *jardim* simples anteriormente existente, mudando, inclusive, a nomenclatura que definia o local. A antiga composição ajardinada favorecia a convivência com o plantio em canteiros orgânicos de rosas, ciprestes, etc. A nova urbanização, mais árida se comparada ao modelo anterior, diminuiu jardins e bancos e, conjuntamente com outras transformações da cidade, alterou antigas sociabilidades. A proposta foi, à época, rechaçada por algumas pessoas que viram na ideia uma sofisticação com conotação negativa:

> Eu acho bonito o desenho, mas o que foi utilizado como material tornou a praça mais fria, menos atrativa. Porque ali era um largo muito simples que tinha flores caipiras. Era um jardim meio caipira com flores muito misturadas, mas aonde as pessoas iam com frequência. Então eu acho que aquele projeto foi muito infeliz. (...) Eu acho que afastou as pessoas ao invés de juntar. Eu acho que o projeto foi uma transformação do uso, do costume. Pela cidade de Tiradentes ser uma cidade pequena, como várias cidades do interior, eu acho que a praça sofisticou demais, sabe? Ela ficou sofisticada demais.
> Eu gosto do traçado, mas faltam flores, faltam bancos, afastou as pessoas, não ajuntou as pessoas. Ajunta quando tem evento. Mas eu acho muito distante do que eu conheci.
> Houve muita revolta da comunidade, mas não adiantou fazer nada. Não adiantou, foi uma imposição mesmo. Eliminaram muitas casuarinas... Fizeram um abaixo assinado, teve gente que deitou no chão para o trator não passar. Não adiantou nada (Entrevistada 17, entrevista à autora, janeiro de 2017).

O Largo das Forras representa, em uma escala menor, as mudanças espaciais, sociais e econômicas que a cidade passou. Constantemente, somos lembrados da velocidade das transformações e do contraste entre as lembranças de um passado ainda recente nas memórias que remetem a diferentes usos do espaço:

> O patrão da minha mãe que hoje tem oitenta anos conta que quando ele vinha para cá, aos trinta, quarenta anos, não tinha restaurante, não tinha opções. Onde tem hoje a farmácia, ali morava uma senhora chamada Dona Joaninha. Então ela servia uma refeição e ele tinha que almoçar lá... Era lá ou lá! Olha como modificou a cidade. E muito rápido (Entrevistada 7, entrevista à autora, dezembro de 2016).

> Em 1991 eu nem sabia como isso ia ficar. Tinha dois comércios aqui só na época, o Restaurante do Celso e a pousada Ponta do Morro. Agora só tem uma casa aqui que não é comércio. As pessoas daqui, os graúdos com mais potencial, umas cinco famílias, compraram isso daqui e daí virou tudo comércio (Entrevistado 12, entrevista à autora, dezembro de 2016)

A entrevista do charreteiro que trabalha há 20 anos na praça, nos conta que antes "tinha mais aspecto de praça mesmo" e o auge da movimentação era a festa religiosa do Jubileu, que, hoje, não chega a ocupar o Largo das Forras, ficando restrita ao entorno do

Santuário da Santíssima Trindade. As festas e costumes tradicionais – procissões, festas religiosas, festa junina – foram citados como perdas, principalmente devido ao acirrado cronograma de eventos voltados para o público externo. Algumas dessas celebrações se deslocaram para os bairros da periferia:

> Na praça não tem nada do dia-a-dia de uma cidade comum, essas festas caipiras, não tem mais. Tem algumas pessoas nos bairros que ainda promovem. Por exemplo, em dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição, dia oito, a Nair que é do bairro do Pacu faz a festa [que acontece na rua do bairro]. Ela procura fazer a festa religiosa com procissão, com barraquinha, mas não é mais aquele movimento (Entrevistada 17, entrevista à autora, janeiro de 2017).

O Largo como lugar dos encontros, namoros, do parquinho para as crianças, da convivência, da casa dos conhecidos e dos serviços locais para os moradores – banco, correio, danceteria – foi perdido para a nova configuração.

> No tempo que eu era mais nova o ponto de encontro da população era no Largo das Forras. Na época dos meus pais, namoro era só na praça. O que eles podiam fazer era ficar andando de mão dada envolta da praça. Tinha parquinho quando eles eram criança. Então a praça é o ponto de encontro (Entrevistada 7, entrevista à autora, dezembro de 2016).

> A praça ali só morava pessoas daqui. Não tinha comércio praticamente, era só moradia, depois que em 1978 veio o Banco Bamerindus. Então ali teve o Banco, teve o Correio e o resto todo eram moradias. Então você chegava, por exemplo, na praça e você via pessoas daqui. Ou as pessoas estavam nas janelas ou estavam chegando de alguma compra nos armazéns. Então as pessoas à tarde sentavam na praça, tinha um parque, um parquinho que as crianças brincavam. Era uma convivência muito saudável.
> Então houve uma transformação muito grande. Perdeu esse contato, hoje você vai pra praça e raramente encontra alguém daqui. Ou as pessoas estão trabalhando no próprio comércio da praça, ou as pessoas estão indo pra outro lado, porque Tiradentes mudou muito. Mudou até o nome de Jardim pra Praça (Entrevistada 17, entrevista à autora, janeiro de 2017).

A mudança de uso dos imóveis do entorno do Largo é citada em algumas entrevistas, tanto de uso residencial para comercial quanto o próprio tipo de comércio, mais sofisticado, voltado para os turistas. Assim, o bar que, antigamente, vendia cachaça cede lugar aos restaurantes que vendem chope, mais ao gosto dos visitantes. Entretanto, muitas vezes, essas mudanças não são vistas como negativas, mas como necessárias. Há aqueles que olham essas transformações de maneira positiva, ressaltando os ganhos e aqueles que se ressentem com a perda das tradições.

> O comércio em volta mudou muito. Muita casa que era de moradia virou comércio. Tinha o Seu Francisco que tinha um barzinho que era daqui. Hoje já é chocolateria. Não deixa de mudar né... Tinha o barzinho, tinha uma cachacinha, hoje já é mais chope. A mudança é por aí. Muda pela demanda do turista. Você acaba tendo que mudar né. Aqui mudou muito, mas eu gostei, ficou legal. Turista quer é isso, cidade grande, o cara sentar, música, chope. Com a charrete e com o turismo cada dia você conhece uma pessoa diferente, uma língua diferente. Você acaba aprendendo muita coisa com outras pessoas, cultura diferente (Entrevistado 15, entrevista à autora, dezembro de 2016).

> Então eu acho que a transformação dos usos com relação ao entorno da praça, não só da praça, mas da cidade como um todo levou a essa perda das tradições, da identidade local. Resgatar isso eu acho que é possível. Não na totalidade, mas de alguma forma se houver um interesse aí que eu acho que tem que partir não só da comunidade, mas com apoio da prefeitura local (Entrevistada 17, entrevista à autora, janeiro de 2017).

Um dos entrevistados, que, atualmente, tem um bar/pizzaria na praça, se mudou para Tiradentes em 1994, três anos antes do *boom* da cidade, segundo suas próprias palavras. Ele nos informa que participou ativamente da fundação dos festivais e das mudanças na cena local – em sua visão, positivas – através da associação comercial da cidade em parceria com o SEBRAE e a prefeitura municipal. Ele destaca a dificuldade para mudar a mentalidade da população, que era muito relutante com o progresso, e a importância do Yves Alves na divulgação da cidade pelos programas televisivos que o diretor produziu. Procedente do Rio de Janeiro, o lugar, com seus pequenos comércios familiares, parecia uma cidade fantasma e desvalorizada pelos próprios moradores, em sua opinião. Nesse sentido, na visão de quem veio de fora, a valorização só ocorreu quando houve o marketing urbano e a venda do município, que atraiu outras pessoas, também de fora, mudando a composição social local:

> Quanto às dificuldades, a população aqui era muito relutante com o progresso. Eles estavam satisfeito do jeito que estava. Ficam falando que veio o povo de fora e comprou as coisas baratas. Não foi. Isso é lei da física, dois corpos não ocupam o mesmo espaço. Então já não existia o interesse. Na medida em que as pessoas foram embora, não deram valor ao que tinha, ou não era valorizado, outros foram comprando... Não digo que era barato ou caro, era o preço de época. E todo mundo foi embora e eles ficaram.
> Eu montei o restaurante em agosto de 1994. Na época não tinha nada ali. Era muito ruim na praça. Praticamente não tinha nada... Tinha a Deusinha, eu não lembro o nome do restaurante dela, onde hoje é a Mãe d'Água. Foi muito legal, mas foi muito difícil a implantação até começar a ter um fluxo de pessoas satisfatório para negócio, entendeu. Era uma mentalidade totalmente diferente do que já existia por aqui. A coisa aqui era muito familiar. O marido trabalhava, a mulher, os filhos, com as coisas bem precárias. Quando eu cheguei aqui, tudo fechava às oito horas da noite. Parecia uma cidade fantasma. Oito horas da noite estava aquele breu total na praça. Quando eu montei o bar tive a proposta de ficar aberto até onze horas da noite, todos os dias e fechava só às segundas. E aí começou, o pessoal começou saber que podia vir pra cá que estaria aberto até onze horas, era o compromisso e a proposta que eu tinha. Foi e aí começou (Entrevistado 18, entrevista à autora, janeiro de 2017).

O interessante na fala do empresário é que ele ilustra o momento em que se inserem novos costumes ao implantar um dos primeiros restaurantes do Largo voltado para o público visitante. Sua fala registra, também, as diferentes visões – e possíveis causas de conflitos – entre aqueles que viviam em Tiradentes e "estavam satisfeitos do jeito que estava" e ele, que não via nada no local: "Era muito ruim a praça. Praticamente não tinha nada". Sua visão contrasta com as descrições de outros moradores de Tiradentes que nos informam a gama de relações que, ali, aconteciam: namoros, encontros, festejos religiosos e civis – formas de lazer não ligadas ao consumo.

O Largo das Forras, mesmo que apropriado pelos turistas, ainda contém símbolos de outro tempo, como o pipoqueiro, lembrado em mais de uma entrevista como uma representação da continuidade que resiste frente às mudanças:

> Uma coisa que eu vejo que não deixou perder é o pipoqueiro. Porque tudo foi tirado da praça em ponto de comércio. O pipoqueiro foi a única coisa que foi mantida e é muito antigo. Antigamente grupos de amigos reuniam mais na praça pra encontro, bate papo... Vendas também tinham mais, o artesanato podia ficar na praça, hoje não pode mais. Não tem mais o ponto físico. Pra isso eles fizeram a associação dos artesãos onde concentrou as vendas ali. Parece que você tem mais contato com o turista estando em uma banca do que quando você está em uma loja. Isso perdeu um pouco. Teve mãe que criou filha com venda de artesanato na praça. Saiu porque vai chegando patrimônio vira tipo uma poluição visual no local e acaba que vai colocando pra outros lados. As pessoas que mais aproveitam a praça atualmente são os turistas. Isso aí é bem nítido pra mim. Eu que estou aqui trabalhando. A população mesmo não tanto quanto o turista (Entrevistada 7, entrevista à autora, dezembro de 2016).

A praça é dos turistas, entretanto, quando questionados se frequentam o Largo em outros momentos que não a trabalho, grande parte dos entrevistados conta que, a despeito das barreiras encontradas, gostam de ir ao local nas horas livres e de frequentar os eventos:

> A gente entra no meio da bagunça, mas não sempre, porque a gente trabalha e tudo mais. Mas assim, você entra no meio da bagunça e acabou! Todos os eventos a gente está no meio, por quê? Porque não vou deixar de sair. Mostra de cinema é voltada para o cliente, restaurante, atração... É tudo para o cliente, mas está aí na roda, então vamos entrar. Aqui é assim, pra sair aqui você reúne a turma e vai pra um lugar e pronto (Entrevistada 6, entrevista à autora, dezembro de 2016).
>
> Trabalho aqui todos os dias. Venho também pra lazer... Eu gosto de ficar sentada ali. Quando tem festival na praça também (Entrevistada 8, entrevista à autora, dezembro de 2016).
>
> Venho pra passear também, quando minha irmã vem aqui, alguém vem aqui, a gente sai pra almoçar, pra jantar. As pessoas falam que é muito caro, mas tem lugares

> baratos. Tem lugares no Bichinho. Tem o Celso (Entrevistado 12, entrevista à autora, dezembro de 2016).

Contudo, o espaço elitizado impõe barreiras financeiras e alguns dos entrevistados não frequentam o lugar, como o entrevistado 11, que vai poucas vezes à praça ou nos restaurantes e bares do seu entorno em função dos preços praticados. O entrevistado também nos informa que, para seu lazer, costuma ir para a cidade vizinha:

> Hoje quem vem pra praça aqui é só turista mesmo, a pessoa da cidade não tem condições. Muito raro vir pra lazer, muito raro mesmo. Só pra trabalho. Trabalho aqui todos os dias. Pra sair a lazer mais em São João Del Rei, mais em conta sair lá do que sair aqui (Entrevistado 14, entrevista à autora, dezembro de 2016).

> Hoje eu não considero uma coisa tão especial mais, apesar de ser um local bonito. Ali os imóveis são muito valorizados, tudo muito caro, o aluguel, os restaurantes. A gente ainda vai a alguma coisa. Eu frequento onde eu posso ir. Então onde eu acho que a praça é muito popular é no Carnaval mesmo. Carnaval em todo lugar. E a praça se torna palco pra todos. Para os daqui e para os de fora. Agora, devido aos eventos, a praça se tornou outra versão. Eu acho que tem que melhorar os usos. Trazer mais coisas assim normais. Do dia a dia. Uma banda tocando todo final de semana. Eu acho também o fato de não ter pessoas morando, não tem interesse de fazer nada pra morador também, é só para turista. Não tem, por exemplo, um natal. Não tem nada de atrativo (Entrevistada 17, entrevista à autora, janeiro de 2017).

As entrevistas informam que a seleção de um público com maior poder econômico para os principais eventos e festivais da cidade é uma estratégia dos produtores e empresários que atuam na escolha do repertório das apresentações culturais, nos horários dos shows ou mesmo na retirada de atrações mais populares:

> Tinha evento aí que com show que trazia um povo com um estilo diferente. Daí eles cortaram o show, porque acharam que estava atrapalhando muito a cidade histórica. Aí sempre tinha aqueles anexos, depois do show, os bailezinhos que atraía o povo pra ficar ate 6h da manhã... Eles cortaram também. Acho que a cidade aqui tem pouco atrativo pros jovens daqui e o show era muito bom porque era atrativo pra gente daqui. Eu acho errado, mas eles tiraram o show porque acham que o show não traz nada. Porque muita gente vinha das cidades vizinhas, de São João Del Rey, acabava o show e não tinha mais ônibus e acabavam dormindo aqui. Os eventos já tentaram tirar a gente daqui. Mas de qualquer maneira a gente transita (Entrevistado 12, entrevista à autora, janeiro de 2017).

> É como o carnaval de Tiradentes. Eu cheguei há treze anos. Cada ano que passa diminui a quantidade de pessoas e aumenta o faturamento. Então não é quantidade que atrai resultado. Isso é interessantíssimo, cada ano que passa a gente vai vendo que vai diminuindo, diminuindo e o faturamento aumentando, aumentando, aumentando, no carnaval em especial. Por quê? A gente tinha um carnaval de jovens, adolescentes, farra, festa, xixi na rua... Que eu acho que não é o nosso público. Detalhe que piorou a qualidade do carnaval e melhorou a qualidade das pessoas. Não é trio elétrico, não é nada disso e funciona maravilhosamente bem com famílias, crianças correndo na praça. Então assim, o que eu quero? Pra que aquela loucura de gente? Pra que um milhão de pessoas? Acho que não é isso que a gente...

> Acho que não é isso que a cidade busca (Entrevistado 19, entrevista à autora, janeiro de 2017).

Todas essas mudanças refletem nos conflitos, visíveis, principalmente, na ocorrência dos festejos, uma vez que o local cede espaço para as instalações provisórias demandadas por essas festas. Como os produtores expõem em suas falas, o Largo é o lugar de visibilidade, um dos pontos de maior circulação de transeuntes, turistas e habitantes, oferecendo o destaque necessário para os patrocinadores e, por isso, um local estratégico capaz de reunir o maior número de público. Ali, ocorreram, quase naturalmente, os primeiros grandes festivais, como nos informa o produtor do festival de motocicleta:

> O primeiro encontro já aconteceu na praça. Ocupava a rua em frente ao Bar do Celso até a esquina onde antes existia um posto de gasolina, onde tinha um restaurante/churrascaria que o pessoal almoçava. Então sempre aconteceu lá (Entrevistado 1, entrevista à autora, dezembro de 2016).

O mesmo produtor nos informa que a única edição do festival que não ocorreu na praça não teve o público esperado e não agradou aos empresários e outros profissionais do lugar:

> No último ano [edição de 2016] não foi montada nenhuma estrutura no Largo das Forras, as montagens de lá passaram para uma área livre aberta em um hotel da cidade. Teve gente que chegou à praça e achou que não tinha evento, que nem chegou a ir ao hotel, já acostumado a ir à praça. E os donos de estabelecimento da praça também reclamaram (Jordano, entrevista à autora, dezembro de 2016).

Sobre a importância da praça para as festividades, os outros dois produtores informam a sua condição estratégica pela centralidade física – consequentemente, sua acessibilidade e atração – e pelo papel simbólico de ser a principal praça da cidade:

> Porque é um chamariz, porque a é a porta de entrada, porque ela é onde dá visibilidade sim para os patrocinadores. O cara quer vê lá a marca dele estampada em algum lugar, quer seja na rodoviária ou no Largo, mas no um fotão, de onde fica mais cheio com o palco e com a logo. Tirando a estação do trem que você chega, lá é o segundo ponto. Eu acho que 95% dos turistas passam ali. Até quem não é do perfil passa ali. Então não tem como você não passar na praça. Ela é estratégica (Aline, entrevista à autora, dezembro de 2016).

> Eu vi que para o evento dar certo teria que ser feito na praça. Por quê? Pelo fluxo de gente. Eu fiz meu evento em outro lugar no feriado e, mesmo sendo feriado, por mais que eu divulguei, fiz uma mídia muito grande, investi bastante, o pessoal não sabia onde que era o espaço. Então a praça da cidade é onde todo mundo se encontra. Tendo um evento da praça é bom pra todo mundo que gira dinheiro. Bom

> pro meu evento que vai vender mais vai ter mais visibilidade e bom pra cidade que vai ter um atrativo para o turista (Entrevistada 3, entrevista à autora, dezembro de 2016).

Os eventos são vistos como benéficos para a maior parte dos entrevistados. São considerados bem organizados, comercialmente e culturalmente interessantes. Para os que trabalham diretamente no comércio, os eventos geram aumento no fluxo de serviços e também ganhos financeiros. Já na visão dos especialistas técnicos do Iphan, eles trazem mais perdas do que ganhos, a ocupação ocorre de maneira desordenada e acaba por privatizar um espaço público, uma vez que a população local não frequenta essas festividades. Nesse sentido, os eventos deveriam sair do Largo das Forras – principal praça pública – e serem direcionados para um lugar específico para essas instalações, já apontado no plano diretor municipal.

> Eu acho inconveniente. Eu acho que deveria existir um local de eventos, uma praça para eventos fora da cidade. Eu não gosto dos eventos ali. Não é que eu não goste. Eu não acho que é adequado à cidade. Principalmente a praça se tornar palco de eventos que trazem um retorno muito particular. Eu acho que é tudo voltado pras pessoas que ganham com isso e não dão um retorno pra cidade. Acho que praça é pra ter banda, show... E tem só que não é uma coisa permanente, não é uma coisa voltada pra cidade, pra população. É muito voltado para o público do evento que ta acontecendo. Mas também é legal, eu acho legal ver cinema na praça (Entrevistada 17, entrevista à autora, janeiro de 2017).

A relação entre os produtores e o Iphan é marcada por conflitos. Por um lado, as festividades atraem cada vez mais público, exigindo montagens maiores e mais complexas em um conjunto urbano de escala reduzida. Por outro, o caráter provisório das instalações não são vistas pelos produtores como fator que, efetivamente, possa causar dano ao patrimônio e, muitas vezes, o poder de atração de visitantes e a movimentação da economia da cidade são utilizados como justificativa para minimizar os impactos negativos que possam ser gerados.

Tabela 8 – Os eventos e disputas pela centralidade no Largo das Forras

Atores sociais	Eventos e disputas pela centralidade do Largo das Forras
Trabalhadores	Importantes para divulgar a cidade, são bons, interessantes, precisamos deles, lotam a cidade, trazem turistas. São voltados somente para os turistas, não querem os jovens da cidade, tiram os taxis e charretes do Largo, devem ser mais bem organizados.
Empresários	Comercialmente interessante, culturalmente interessante.
Proprietários	Tem que ocorrer na medida certa e dar retorno para a cidade. Não atrapalham, mantêm a economia e a qualidade de vida das pessoas.
Produtores	Tem que ter evento, manifestação cultural porque praça é para encontro.

	Evento é bom para a cidade, gira capital.
Agentes do patrimônio	Alguns trazem impacto negativo, superlota o espaço, alguns são inadequados, privatizam o espaço público, não dão retorno para a cidade, não são voltados para a população.

Fonte: Elaboração própria

Os eventos, assim como os estabelecimentos destinados aos turistas, focam na promoção de emoções, sensações, divertimento e encantamento, ligando, desta forma, a cultura ao consumo. O *glamour*, qualidade citada na fala dos entrevistados, remete ao que Lipovetsky e Serroy (2015) chamam de estetização do mundo: a dimensão estética é a estratégia de marketing do mercado contemporâneo, sempre renovada para captar e criar o desejo do consumidor, aumentando o volume dos negócios. Nesse sentido, o patrimônio é mais uma possibilidade, reabilitado e realçado com o intuito do consumo turístico, valendo por si só e pela imagem que gera, desde que a sua dimensão espetacular funcione como vetor promocional no concorrido mercado do turismo cultural.

Nessa lógica, a cidade inóspita dá lugar à cidade-lazer, à cidade-shopping, com a finalidade do espetáculo, do divertimento e do consumo. A estética comercial invade e reestrutura o espaço urbano. No contexto de concorrência acirrada entre cidades para atrair investidores, a dimensão estética torna-se fator crucial. Ao glamour do antigo atrelado ao patrimônio arquitetônico se agrega toda uma gama de serviços e opções de lazer e consumo: da charrete ao passeio de trem, dos doces gourmets à comida mineira requintada, da cerveja artesanal aos vinhos importados. A função da cidade estética é o lazer e, sob o imperativo do divertimento consumista, a cidade torna-se o lugar das atividades não produtivas que destacam o lúdico e o cultural: bares da moda, museus, galerias, lojas conceito que não vendem apenas o produto, mas a beleza, a elegância, o design, a personalidade, o personalizado, o diferente. O lazer comercial ganha importância na vida urbana e na cultura contemporânea. Nesta ótica, para Lipovetsky e Serroy (2015), a estética, o lúdico, o festivo e o consumo tornam-se vetores de disposição de um novo quadro urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa, podemos apontar algumas considerações percebidas. O primeiro ponto é a interessante transição local entre a decadência econômica – que inclui um patrimônio material arruinado – para a cidade-atração, de economia movimentada pelo turismo e arquitetura recuperada. Esse quadro atual de Tiradentes contrasta com outros centros históricos também tombados pelo Iphan[51], onde as maiores dificuldades para a preservação revelam um panorama distinto: edificações em degradação e abandonadas com o surgimento de novas centralidades. Sob esta perspectiva, sinaliza-se que não há movimentos no campo da preservação e nos estudos das cidades que possam ser facilmente classificados como positivos ou negativos por si só. As situações urbanas, mesmo em cidades pequenas, são complexas. As análises sobre as transformações em Tiradentes retratam as particularidades do contexto local – como a inserção de novos atores, as primeiras obras de revitalização, o papel do poder público municipal no marketing urbano e o aprimoramento de um turismo cada vez mais elitizado conjuntamente com a transformação da área central da cidade para atendimento de tal atividade. Tais processos que ocorreram, em específico, a gentrificação e as mudanças de uso, são dinâmicas reconhecidamente globais da urbe contemporânea, que incorporam contextos distintos em um quadro similar. Nesse sentido, o relato do estranhamento de uma historiadora (*apud* LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p.302) sobre Paris de 1994 poderia também descrever a metamorfose da pequena cidade mineira:

> É estranho ver, em apenas um quarto de século, um centro de cidade remeter para o exterior muitas de suas atividades para se tornar rapidamente um lugar neutro, um centro sagrado, voltado para o passado, para a lembrança, para o turismo. Tornar-se qualquer coisa que apenas vive do que está morto.

Se considerarmos as políticas de preservação do patrimônio brasileiro que apontavam, ainda no final da década de 1960, o ideal de preservação através do aproveitamento turístico com ênfase no valor econômico do patrimônio cultural e sua utilização como instrumento de progresso, Tiradentes apresenta-se como um caso de sucesso, já que os bens foram recuperados em sua natureza física. Destaca-se, ainda, o retorno que os altos custos de recuperação da cidade trouxeram: os ganhos de imagem e os lucros advindos de tal atividade.

[51] São Luis, no Maranhão, e São Francisco do Sul, em Santa Catarina, são dois exemplos de núcleos tombados pelo Iphan estudados nas aulas do mestrado profissional que estão, atualmente, ameaçados pela degradação material e abandono do seu casario.

Entretanto, à medida que tende a ceder unicamente à lógica turística e do consumo, os estudos apontam efeitos não tão benéficos: a perda da relação identitária entre a população de origem tiradentina e o centro histórico, os conflitos entre novos e antigos moradores, o deslocamento de manifestações da cultura imaterial, a inserção de novas manifestações e mudanças de uso dos espaços. São estas as visões gerais que nos informam os diagnósticos.

Com efeito, ao entrevistarmos as pessoas que vivem o cotidiano da cidade pudemos perceber, por um olhar local, como a lógica do consumo incide na significação do patrimônio. A primeira é a vinculação entre patrimônio e turismo: as duas palavras são usadas muitas vezes como sinônimo, indicando que o valor turístico e econômico do bem cultural é o principal sentido atribuído. Desse valor turístico, deriva-se, também, a relação entre patrimônio e trabalho. Entretanto, ao apresentar tal significação, deve-se considerar que uma limitação da pesquisa é justamente o recorte espacial e os entrevistados escolhidos: é justificável que, no espaço pesquisado, símbolo da atividade turística em Tiradentes, a associação do patrimônio ao trabalho e turismo seja a mais evidente. As próprias entrevistas nos informam que seriam possíveis outras leituras em diferentes locais da cidade, já que muito daquilo que pertencia à vida cotidiana do centro histórico, como as festas e os costumes tradicionais, teria se deslocado para as áreas periféricas. Nesse sentido, seria importante pesquisar outros espaços da cidade e alcançar novos atores para uma compreensão mais abrangente. Em bairros periféricos, talvez, fosse possível registrar novas percepções sobre o patrimônio e a cidade. Ainda assim, foi possível constatar quão diversa a cidade pode ser percebida e interpretada: o patrimônio tombado é valorizado, remete a vínculos afetivos e pessoais, celebra a história e a estética e é, sobretudo, utilizado como mercadoria valiosa.

Considerando o passado recente de retração econômica, a movimentação da economia é muito valorizada e justifica, inclusive, as perdas sofridas, como as festas tradicionais, por exemplo. Nesse sentido, as ações de preservação do conjunto tombado que possam impactar negativamente nos negócios locais são vistas de forma negativa, mostrando que a gestão do patrimônio na cidade deve considerar o peso do interesse turístico nas negociações que tangem às atividades de conservação. Consciente desse valor, as negociações inerentes a todo o processo de preservação tendem a se tornar mais viáveis.

Outra consideração importante é a fala que inclui as pessoas como parte do valor cultural a ser preservado. Nota-se a separação entre o material e o imaterial: enquanto o primeiro é valorizado pelo poder público local, inclusive pelo Iphan, o segundo tende a não

ser considerado. As falas são específicas nesse sentido ao apontar as perdas das festas tradicionais importantes para aqueles que nasceram e cresceram na cidade. O acirrado cronograma de eventos dos mais variados estilos e voltados, sobretudo, para o público de turistas e visitantes ilustram as disputas pelo espaço que vêm resultando na saída para as periferias de antigas manifestações locais. Nesse sentido, incentivar o fortalecimento do vínculo entre população residente e o centro elitizado poderia passar pela garantia do uso do espaço para que essas manifestações ocorram, tanto o espaço físico como o calendário de eventos. Se, de um lado, pesam as forças econômicas que tendem a incentivar festas para o público externo com maior poder de consumo, o poder público local pode contribuir delimitando fronteiras para tais realizações, preservando espaços de festas tradicionais que ainda ocorram.

Assim como os festejos tradicionais, os depoimentos dos entrevistados nos contam sobre as atividades da cidade bucólica que eram mais visíveis antes das transformações do Largo: a vida local que se diz perdida estava nos passeios, namoros, encontros e conversas na praça. Até mesmo na fala de empresários, voltados para a lógica do consumo ao ter em vista seus negócios, há o reclame do glamour que se perde quando a cidade deixa de ter certas qualidades – ou atividades – entendidas como interioranas. O conflito de uso que se apresenta é complexo: ao mesmo tempo em que o lazer considerado válido e estimulado é aquele do consumo (bares, restaurantes, museus), a cidade padece por perder um dos seus maiores atributos. Já se percebe que a lógica do turismo desenfreado carrega consigo efeitos que podem causar, inclusive, a retração de tal atividade, apontando a necessidade de uma dinâmica mais sustentável. Podemos considerar a exploração turística como o excesso, à deriva de um processo que pode ser, em si, positivo por preservar e valorizar a cidade.

Sobre as ações de preservação do Iphan, devemos considerar sua importância na manutenção do patrimônio urbanístico e arquitetônico de Tiradentes, ainda que seja difícil assegurar resultados finais almejados. A leitura da cidade como documento e a utilização de diretrizes de preservação com foco neste aspecto do sítio histórico contribuíram para a preservação de características importantes do conjunto tombado. Porém, para além das diretrizes, o processo de renovação urbana é resultado, também, das leis do mercado, ocasionando, por exemplo, em efeitos não previsíveis: um sítio histórico, há vinte anos preservado por normativas que ressaltam a leitura documental de formação do território, e que, nem por isso, estimula arquiteturas contemporâneas. O que se percebe é a utilização do

pastiche para as construções novas que elegem o estilo colonial e executam cópias que confundem – mas também agradam – aqueles que vivem a cidade.

Por fim, e não menos importante, apontamos os conflitos, temática que permeou os vários contextos tratados: nas disputas pela centralidade da cidade, nas relações entre Iphan e proprietários, entre trabalhadores autônomos e produtores de eventos, entre moradores antigos e empresários, etc. Os eventos que ocorrem no Largo das Forras exemplificam essas disputas, uma vez que trazem benefícios econômicos, mas também alteraram a dinâmica cotidiana do lugar e segregam, já que o público visado é, geralmente, conformado por turistas. Por mais que o Largo seja caracterizado como um dos lugares do núcleo mais antigo que ainda congrega tanto a população tiradentina quanto turistas, percebe-se como os primeiros perdem espaço de sociabilidade e, em nome da valorização do patrimônio e do turismo, se promove a extinção de hábitos que podem ser considerados menos sofisticados, transformando, simbolicamente, o jardim em praça mais propícia para a exploração econômica.

O patrimônio permanece centro dos debates no campo de forças que forma a cidade e conhecer os interesses distintos é um primeiro diagnóstico necessário que, talvez, possa contribuir e orientar a atuação de profissionais que atuam na preservação do patrimônio cultural. É pensar ser possível, como reflete Meneses (2006) que a cidade tombada e valorada por sua cultura possa, ainda que de maneira diferencial, com escalas variadas e pelos diversificados atores, ser qualificada positivamente, apesar dos problemas que nela habitam.

REFERÊNCIAS

BALBINO, Paulo de Carvalho. Sentença da Ação Civil Pública Movida pelo Iphan em face ao proprietário do imóvel, em 2001. **Processo Largo das Forras n°38**. Arquivo Escritório Técnico II Tiradentes.

BARREIRA, Irlys Alencar F. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. **Análise Social,** Lisboa, v.XLII (182) , p.163-180, 2007.

CAMARA, Maria Isabel Braga da. Comunicado Interno n°41/93 de 17/08/1993. **Processo Largo das Forras n°88**. Arquivo Escritório Técnico II Tiradentes.

CAMARA, Maria Isabel Braga da; SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues. Parecer Técnico de 03/05/1995. **Processo Largo das Forras n°88**. Arquivo Escritório Técnico II Tiradentes.

CAMPOS, Helcio Ribeiro. **Transformações urbanas recentes em Tiradentes-MG:** Anos 80 e 90 do século XX. 2006. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n°23, p.95-115, Brasília, 1994.

CRUZ, Luiz Antonio da. **Recorte de Memórias.** Tiradentes: Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes, 2015.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais.** 3ª edição, Rio de Janeiro, Iphan, 2004.

DEMACAMP (Campinas). **Relatório 3 Tiradentes:** elaboração de portaria de normatização de centros e bens protegidos e seus entornos. Campinas: Demacamp, 2015. 112 p.

DOCUMENTOS da pasta de obras de Tiradentes/MG Superintendência do IPHAN/MG.

DOCUMENTOS sobre o imóvel situado ao Largo das Forras n°18

DOCUMENTOS sobre o imóvel situado ao Largo das Forras n°38

DOCUMENTOS sobre o imóvel situado ao Largo das Forras n°78

DOCUMENTOS sobre o imóvel situado ao Largo das Forras n°88

EVANGELISTA, Itelmar Raydan. Sentença da Ação Civil Pública Movida pelo Iphan em face à proprietária do imóvel de 2004. **Processo Largo das Forras n°78**. Arquivo Escritório Técnico II Tiradentes.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FREHSE, Fraya. Usos da rua. In: FORTUNA, Carlos e LEITE, Rogério P. (orgs). **Série Cidades e Arquitectura.** Plural de Cidades: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina S/A, 2009.

FROTA, Lélia Coelho. **Tiradentes: retrato de uma cidade.** Rio de Janeiro: Campos Gerais; Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1993.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Circuito do ouro***:* Campos das Vertentes: plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes: código de obras. Belo Horizonte: FJP, 1980.

_____. **Circuito do ouro:** Campos das Vertentes: plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes: código de posturas. Belo Horizonte: FJP, 1980.

_____. **Circuito do ouro:** Campos das Vertentes: plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes: lei de ocupação e uso do solo. Belo Horizonte: FJP, 1980.

_____. **Circuito do ouro:** Campos das Vertentes: plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes: organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes. Belo Horizonte: FJP, 1980.

_____. **Plano Diretor Participativo do Município de Tiradentes/MG:** Perfil Municipal Volume I. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2014a.

_____. **Plano Diretor Participativo do Município de Tiradentes/MG:** Volume II Oficinas Participativas. Tiradentes: Fundação João Pinheiro, 2014b.

GLASS, Ruth. **London: aspects of change.** London: MacGibbon & Kee, 1964.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade.** 10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IPHAN. **Cidades históricas inventário e pesquisa:** Tiradentes. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007a.

_____. **Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados:** Manual de preenchimento. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007b.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade:** Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

MADUREIRA, Mariana Alves. **A construção do Largo das Forras como patrimônio:** Tiradentes - MG. 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Usp, São Paulo, 2011.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “Transformações na cultura urbana das grandes metrópoles”, *in* A. S. Moreira, **Sociedade global: cultura e religião**, Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p.11-29, jun. 2002.

_____. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, v. 32, p.129-156, jul. 2009.

MAX-NEEF, Manfred. **From the Outside Looking In:** Experiences in Barefoot Economics. Uppsala: Dag Hammarskjold Foundation, 1982. 208 p.

MENESES, Ulpiano Toledo B. de. **A Cidade como Bem Cultural** In: BASTOS, R.L [et al] (org). Patrimônio: Atualizando o Debate. São Paulo: 9ªSR, IPHAN, 2006.

_____. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. *In:* IPHAN. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural:** desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. (Anais; v.2, t.1)

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: Arantes, Antônio Augusto (Org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000.

NEVES, Rodrigo. *Turismo:* **A apropriação e transformação do espaço geográfico do centro histórico de Tiradentes.** (Monografia de conclusão do curso de geografia)-IPTAN-Instituto de Ensino Superior “Presidente Tancredo de Almeida Neves”, São João del-Rei, MG, 2013.

PARDINI, Ricardo Alberto. Laudo Pericial de 1998. **Processo Largo das Forras n°18**. Arquivo Escritório Técnico II Tiradentes.

QUEIROZ, Maria da Graça Soto. **Tiradentes - Minas Gerais:** Imagens. Brasília: Iphan/programa Monumenta, 2010. 84 p.

SANT'ANNA, Márcia Genésia de. **Da cidade-monumento à cidade-documento:** a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). 1995. 268 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

_____. A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Ceça. (Org.). Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, v. 1. (pp. 153-172)

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. **Tiradentes, ontem e hoje.** IPHAN: [s. n.], 1989.

_____. **Guia da Cidade de Tiradentes:** Arte e História. 3. ed. Tiradentes: Paulinelli, 2012. 64 p.

_____. **Tiradentes:** Monumentos Preservados. Tiradentes: Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes, 2015.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org). **De volta à cidade.** São Paulo: ANNABLUME, 2006.

SOCIEDADE AMIGOS DE TIRADENTES. A galinha dos ovos de ouro. **Inconfidências**. Tiradentes, p.8. Outubro, 1996a.

_____. Critérios do IPHAN. **Inconfidências**. Tiradentes, p.1-2. Maio, 1996b.

_____. Curtas e Objetivas. **Inconfidências.** Tiradentes, p.2. Abril, 1996c.

_____. Da cor na arquitetura colonial. **Inconfidências**. Tiradentes, p.3. Abril, 1996d.

_____. Desencanto. **Inconfidências.** Tiradentes, p.8. Novembro, 1999a.

_____. Gotas de Cidadania. **Inconfidências**. Tiradentes, p.3. Agosto, 1999b.

_____. Gotas de Cidadania. **Inconfidências**. Tiradentes, p.3. Dezembro, 1999c.

_____. O futuro de Tiradentes é agora. Inconfidências. Tiradentes, p.1. Maio, 1996e.

TIRADENTES. Tiradentes tem sido atendido pelo Patrimônio Histórico e Artístico. **Administração Municipal: Prefeito Francisco Barbosa Júnior.** Tiradentes, p. 11-12. jul. 1960.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Ofício n°23-51 de 23/11/1951. **Pasta de obras - Tiradentes/MG**. Arquivo Superintendência do IPHAN/MG.

_____. Ofício n°66-53 de 11/11/1953. **Pasta de obras - Tiradentes/MG**. Arquivo Superintendência do IPHAN/MG.

ZOLINI, Gustavo Pimenta de Pádua. **A inflexão do conceito gentrificação em conjuntos urbanos patrimoniais em cidades de pequeno porte:** os casos mineiros de São Thomé das

Letras e Tiradentes. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

APÊNDICES

Apêndice A – Processos de imóveis

Processo do imóvel n°18

Informações registro de imóvel ou escritura de compra e venda			
Proprietário	**Informações do Proprietário**	**Ano**	**Valor de venda**
Proprietário 01	-	1989	-
Proprietário 02	Natural e residente de Barbacena – MG	2005	R$38.000,00
Proprietário 03	Natural e residente de Tiradentes – MG		
Comentários			
O registro de compra e venda mostra que os antigos proprietários eram de Barbacena e não residiam em Tiradentes. Já a atual proprietária aparece no processo do IPHAN desde 1995 e é natural de Tiradentes, demonstrando que não apenas os empresários forâneos, mas os da própria cidade atuaram na transformação da cidade.			

Documentação fotográfica	
Ano	**Descrição**
1989	A foto mostra a face da quadra em questão. Dois comércios são visíveis: prataria e bar. O imóvel não possui placa comercial.
1995	Parecer técnico. Vista do Largo das Forras com o segundo pavimento ainda em obras surgindo por trás da edificação principal.

Usos	
Uso Atual	Comercial (pousada). Não há registros de retorno do IPHAN, mas fotos posteriores mostram que a alteração não foi executada.
Usos Anteriores	Residência
Comentários	
A casa principal voltada para o largo das Forras tem configuração de uma residência, que foi posteriormente adaptada para o uso como pousada (em 1995). A foto de 1989 não indica letreiro de uso comercial, no entanto, o pedido para transformação de janelas em portas denota o interesse de mudar para loja. Após longo período sem informações sobre o uso do imóvel (6 anos), o processo apresenta a informação de uso como pousada	

Situação do imóvel
Imóvel em situação regular, entretanto já foi objeto de ação civil pública.

Resumo do processo	
O processo está dividido em duas partes: A primeira parte tem início em 1989 e a segunda em 1995.	
1989	• O proprietário solicita a troca das portas da fachada principal por janelas, demonstrando a intenção de alteração de uso.
1995	• Já com a atual proprietária, há a construção de um anexo com dois pavimentos nos fundos do lote sem projeto aprovado pelo IPHAN. O anexo é uma ampliação da pousada, que já funcionava com quatro suítes e passa a ter oito. Problemas, segundo ofício do órgão: a ocupação do terreno, a volumetria de dois pavimentos não está de acordo com as diretrizes propostas pelo INBI/SU. • O IPHAN, no dia 16 de março, através de Notificação Extrajudicial, solicita paralisação da obra, apresentação de projeto e comparecimento ao Escritório Técnico. A proprietária comparece ao escritório técnico e continua a execução da obra até sua finalização. • O IPHAN abre ação civil pública (ACP) contra a proprietária.
1996	• A proprietária apresenta projeto de reforma do imóvel que é passível de aprovação segundo informações da chefe do Escritório Técnico, mas que não chega a ser aprovado.
1997	• Na montagem da ACP, os quesitos a serem respondidos pelo perito: altura, taxa de ocupação, redução da área livre, visibilidade da edificação em relação ao Largo das Forras e a Igreja São Francisco de Paula.
1998	• É feito o laudo pericial por engenheiro. No laudo: casas da praça em estilo barroco e de usos voltado para turistas – pousadas bares e restaurantes; importância da fachada, que segue o estilo colonial barroco; a proprietária comprou a casa para transformá-la em pousada: “com o aumento da demanda pela pousada a proprietária partiu para ampliá-la e melhor equipá-la (...) procurou manter, na nova construção, o mesmo padrão da antiga (mesmas telhas) (...) preocupação com a harmonia da arquitetura local e com aspectos do tombamento”; quesitos que a proprietária coloca para a resposta do perito – a edificação descaracteriza o acervo arquitetônico da cidade? Tem estilo colonial? Qual o tipo de telhado? As obras são necessárias à atividade da ré? Traz danos ao acervo histórico da cidade? A construção antiga tinha valor histórico?
2003	• Sai a sentença: a ré é obrigada a apresentar o projeto compatível com os critérios do IPHAN, promovendo as demolições necessárias e multa diária. Na sentença, a proprietária também alega que as obras foram realizadas nos fundos do imóvel, implicando em melhorias ao que já existia; que não maculou o acervo histórico e cultural; e cita a existência de outros imóveis irregulares na vizinhança.

2004 e 2007	• Visando à suspensão da multa, a proprietária entra com projetos que, entretanto, não são passíveis de aprovação. Há um ofício do IPHAN do mesmo ano informando que as multas só serão suspensas quando o projeto for passível de aprovação. • Em 2007, a proprietária inicia as demolições.
2008	• O projeto é aprovado.
2009	• Finalização do projeto conforme o aprovado.

Comentários

Em um primeiro momento, vale ressaltar que o conflito entre a proprietária (empresária) e o IPHAN se dá em relação às diferentes concepções, ou significados, atribuídos ao conjunto arquitetônico e urbanístico tombado. Se a empresária pretende ampliar seu negócio em função de demandas existentes e reais, sua propriedade, como bem pertencente a esse conjunto, possui valor econômico. Por outro lado, os aspectos restritivos do IPHAN quanto às expansões impedem a livre utilização de todo o potencial construtivo do terreno. As reformas e ampliações são feitas nos sentido de potencializar seu uso e, consequentemente, seu lucro. Esse é o conflito inicial que se apresenta nesse processo.

Se não é possível saber sobre o conhecimento da empresária em relação às diretrizes construtivas do IPHAN no início das obras, no mesmo mês, o processo descreve a ciência da mesma que chegou a comparecer pessoalmente ao ET. Entretanto, a empresária decide por dar continuidade às obras.

Outro ponto interessante é a divergência com relação à materialidade que representa os valores: se as justificativas da proprietária falam em melhoria do que já existia anteriormente, se preocupando com a harmonia do conjunto (a proprietária utilizou as telhas coloniais), para o IPHAN, os parâmetros refletem uma preocupação com o conjunto – taxa de ocupação que reduz áreas livres e volumetria acima daquela estabelecida pelas normas. A construção nos fundos, e não na frente do imóvel, também é utilizada como justificativa – a manutenção da fachada é indicada como fator mais importante para a não descaracterização do acervo arquitetônico. Então, manter "estilo colonial" é entendido como suficiente para a integração do conjunto. Essa importância do estilo é dita tanto pela empresária quanto pelo próprio perito.

Os informantes do processo são sempre os técnicos: arquitetos do IPHAN, do Escritório Técnico ou da superintendência, que produzem as notificações, ofícios e laudos. Quando o proprietário aparece, é na forma de requerente (pedido de autorização de intervenção na entrada de projetos) ou ofícios informando conclusão de suas pendências. Há também os textos jurídicos: ACP, sentenças e laudo pericial. Nos textos jurídicos, a voz da proprietária aparece novamente despontando algumas justificativas pelas alterações.

Os projetos também demonstram as tentativas de negociação da empresária após o julgamento do processo. Outro ponto a se considerar é o prazo para finalização do problema: 14 anos do início das obras até a demolição. A falta de celeridade do poder público estimula a ilegalidade: é quase (ou totalmente) compensatório a execução de ampliações irregulares.

Processo de imóvel n°60

Informações registro de imóvel ou escritura de compra e venda			
Proprietário	**Informações do Proprietário**	**Ano**	**Valor de venda**
Proprietário 01	Dono também de outros empreendimentos. Natural e residente em Tiradentes.		-
Comentários			
Não há mudanças de posse da propriedade desde o primeiro registro no IPHAN, em 1972.			

Documentação Fotográfica	
Ano	**Descrição**
1987	Foto (negativos e foto impressa) mostra a face da quadra em questão, em que é visível a loja de prata. A outra edificação do mesmo lote não possui informações de letreiro, mas as três portas indicam comércio.

Usos	
Uso Atual	Comercial (restaurante e loja).
Usos Anteriores	Em 1987, o proprietário informa que funciona a fábrica de beneficiamento de prata, residência e loja.

Situação do imóvel
Imóvel em situação irregular

Resumo do processo	
1970	• Proprietário solicita construção de edificação para residência e correios (entretanto, o projeto informa n°40).
1987	• Deseja aumentar instalações - dependências de empregados, área de serviço e loja. Sem retorno na pasta.
2001	• Proprietário entra com pedido de aprovação de projeto para hotel. Na justificativa, memorial descritivo feito por uma arquiteta, alguns argumentos interessantes: as construções são da década de 1970, quando só a fachada tinha importância. A construção não tem valor histórico; revendo a posição de uma fábrica de fundição no centro histórico da cidade; a reforma pretende "proporcionar aos expectadores (principalmente o turista) uma agradável recepção", para tanto, os proprietários pretendem mudar o uso, explorando o potencial da área: construir um hotel. Propõe, para negociação, taxas acima das normas, mas abaixo do já existente. • Retorno do IPHAN alerta que ele deve atender aos critérios.
	• Ofício do IPHAN pedindo paralisação de obras irregulares.

2002	• Proprietário informa que a obra da pousada ainda está em andamento. • Ofício pedindo projeto da pousada. • Proprietário informa que não tem mais interesse em pousada, está apenas limpando o galpão para o festival de Gastronomia.
2007	• Ofício do prefeito pede ao IPHAN que analise o projeto da pousada para melhoria do aspecto da edificação às margens do Ribeiro Santo Antônio. IPHAN retorna informando que o projeto foi analisado em 2001 e negado.
2008	• Mesmo ofício do prefeito enviado em 2007, é reencaminhado. IPHAN informa que já foi respondido esse ofício.
2012	• Inquilino solicita aprovação de mudanças internas. A proposta é negada, já que existem obras irregulares no mesmo terreno.
2013	• Obras realizadas sem autorização do IPHAN, inclusive a reforma do inquilino. Ofício pedindo regularização. • Obras de pintura não autorizadas. Ofício pedindo regularização. • Obras de reforma interna e telhado não autorizadas. Ofício pedindo regularização. • Advogado do proprietário, em retorno aos pedidos de regularização, solicita a documentação necessária para os acertos. • Levantamento arquitetônico apresentado pelo proprietário para regularização. Ofício resposta informando que documentação apresentada é insuficiente e que deve se adequar às normas do Setor 01.
2014	• Advogado do proprietário pede vistas ao processo.
Comentários	
Quais os conflitos? É interessante notar, nesse caso, que o proprietário sempre solicita autorização para as intervenções que pretende. No entanto, quando seu pedido é negado por não atender às diretrizes as obras são executadas sem o aval do IPHAN. As diretrizes para o Setor 01 são bem restritivas, isto é, o proprietário, para atendê-las, deve reduzir sua taxa de ocupação para apenas 10% do terreno (hoje em 40%, mas que já esteve em 80%). No memorial descritivo do projeto da pousada, a arquiteta trata os 80% como direito já adquirido, ou seja, a redução para 40% já é uma melhoria, em sua visão. Notar o jogo de forças e os diferentes interesses em tela: O proprietário, que deseja explorar o potencial da área; o inquilino, que demanda pequenas modificações travadas por irregularidades anteriores; o IPHAN, que visa uma menor ocupação; o prefeito que pressiona o IPHAN para uma modificação. Sobre a cidade: O processo mostra a indústria de prata na década de 1970, o interesse em expandir os negócios no final de 80, e, nos anos 2000, a transformação em pousada.	

Processo do Imóvel n°40

Informações registro de imóvel ou escritura de compra e venda			
Proprietário	**Informações do Proprietário**	**Ano**	**Valor de venda**
Proprietário 01			-
Proprietário 02	Natural de Tiradentes, agente dos correios e prefeito (informação da planta do projeto aprovado).	1957	Cr$80.000,00 - Área de 2.640m²
Comentários			
No início, o terreno incluía toda a área, inclusive o lote ao lado, n°60. Não há registro de desmembramentos. Não há, também, troca de proprietários desde 1957.			

Documentação Fotográfica	
Ano	**Descrição**
1969	Foto impressa em preto e branco, mostrando edificação existente desde 1957. Não tem características coloniais e possui apenas um pavimento.

Usos	
Uso Atual	Comercial.
Usos Anteriores	O projeto aprovado em 1969 possui uso exclusivo residencial. Em 2001, o projeto apresentado descreve uso comercial e residencial.

Situação do imóvel
Imóvel em situação regular

Resumo do processo	
1969	• Projeto aprovado pelo IPHAN. Características: residência, sobrado, janelas coloniais - estilo patrimônio. A foto da edificação anterior não mostra uma edificação com traços coloniais.
1999	• Pequenas obras - reforma de telhado autorizada.
2001	• Projeto grande, prevendo demolições e construção de lojas (4), em estilo colonial, nos fundos do lote, voltado para a Rua dos Inconfidentes. O projeto descreve construções não autorizadas nos fundos dos lotes construídas ao longo dos 30 anos.
	• Solicitação de ajustes no projeto: altura de muros, proporção dos vãos, além de um memorial descritivo. • Nova entrada do projeto feito pelo proprietário: fotos dos fundos do terreno mostram um quintal arborizado com construções simples, como galinheiros

2002	e curral. Fachadas e muros sem acabamento. • Retorno do IPHAN como passível de aprovação, mesmo que a taxa de ocupação ultrapasse um pouco os valores do INBI/SU. Descrição da ficha de análise do processo: "edificações em sua maioria do século XX, evidenciando a arquitetura tradicional interpretada através da orientação do IPHAN, marcando o denominado 'estilo patrimônio'". Na aprovação, solicita-se a correção da área do terreno. Projeto e obra não tiveram sequência.
2006	• Proprietário solicita construção de muro.
2008	• IPHAN solicita retirada de construção encostada na Igreja.
2011	• Proprietário solicita limpeza do terreno para estacionamento e construção de uma recepção para o mesmo. Sem resposta do IPHAN.
2014	• Proprietário solicita pintura geral. IPHAN não autoriza, pois existem irregularidades no terreno. Portanto, solicita regularização. • Todos os herdeiros entram com projeto de desmembramento em três áreas.
2015	• Projeto de desmembramento autorizado.
Comentários	
Interessante notar que, em 1969, já se tem aprovação de projeto pelo IPHAN, mesmo sem a presença do escritório técnico na cidade. O projeto é característico do estilo patrimônio. Na descrição do parecer há também a afirmação que na praça só existem quatro imóveis setecentistas. Sobre os usos: Notadamente, a mudança de uso aparece no final da década de 1990, para construção de imóvel comercial. Durante 30 anos, não houve qualquer interação entre o IPHAN e o proprietário. Quais os conflitos? As negociações com o IPHAN, iniciadas em 1969, só retornam no final da década de 1990, quando é do interesse do proprietário um melhor aproveitamento do terreno para construir comércio. Notadamente destaca-se o valor comercial do local: como loja ou estacionamento (hoje os dois estabelecimentos funcionam). O proprietário e seus herdeiros, desde essa década, entram com pedidos de aprovação de projeto ou reforma simplificada, denotando o interesse de autorização. Apenas em 2014 o IPHAN se manifesta contra as obras irregulares no terreno, entretanto, aprova o desmembramento. Nota-se, também, a aprovação de projeto com área construída acima do percentual do INBI/SU. Quais os informantes? O proprietário, dono de todo o terreno que, posteriormente, deixou para seus herdeiros. Percebe-se que, nos anos 2000, a procuração para solução do desmembramento é feita em nome do arquiteto, tornando a discussão mais técnica. Sobre a cidade: O processo mostra o interesse para expandir os negócios nos anos 2000.	

Processo do Imóvel n°78

Informações registro de imóvel ou escritura de compra e venda			
Proprietário	**Informações do Proprietário**	**Ano**	**Valor de venda**
Proprietário 01	Escrito na planta de aprovação do projeto	1970	-
Proprietário 02	Registro de imóveis (filha do proprietário 01). Natural de Tiradentes.	1975	CR$5.000,00
Proprietário 03	Locatário desde 1994.	1999	R$1.000.000,00
	Compromisso de compra e venda	2013	
Proprietário 04	Escritura de compra e venda	2014	R$2.800.000,00
Comentários			
Valorização do imóvel: em um ano, dobra o valor (2013-2014).			

Documentação Fotográfica	
Ano	**Descrição**
1988	Foto colorida, mostrando a construção de um portão de garagem na lateral do terreno. Nota-se um anexo na parte posterior e o uso como banco Bamerindus.
1999	Foto colorida, mostrando obras irregulares nos fundos do terreno. O local já possui várias construções na parte posterior.

Usos	
Uso Atual	Comercial (restaurante)
Usos Anteriores	1970 - Residência e venda; 1988 - Banco Bamerindus; 1999 - Restaurante. Está anotado a lápis na planta que o imóvel é usado, desde 1994, como restaurante.

Situação do imóvel
Imóvel em situação regular (já passou por ACP, mas procedeu a demolição de área).

Resumo do processo	
1970	• Projeto aprovado pelo IPHAN. Características: Residência e comércio (venda). Estilo colonial, um pavimento, duas janelas, duas portas, afastamentos laterais. Tem 75m². O INBI/SU (1993) mostra uma construção de 105m².
	• Telegrama solicitando paralisação de obra irregular (para o proprietário e o prefeito). Obra aos fundos e portão de garagem.

1993	• Proprietária apresenta o projeto de reforma. Aumenta-se o volume de 1970, define-se cobertura cerâmica, alteração da fachada e regularização de acréscimo executado aos fundos (acréscimo de uso residencial).
1999	• Notificação extrajudicial. Obra de reforma sem projeto. • Apresentação de projeto de reforma interna do restaurante pelo inquilino. Em resposta, o IPHAN não permitiu o acréscimo de área, e pediu para diminuir a construção de 24m². O inquilino se recusou a assinar o recebimento da via a ele endereçada.
2000	• Emitiu-se um memorando solicitando medidas judiciais cabíveis, pois a obra foi executada.
2001	• Abertura ACP
2003	• Emitiu-se um memorando informando demolição da obra irregular.
2004	• Sentença da ACP: demolição do anexo irregular e multa de três salários por dia de atraso. A requerida apresentou defesa sustentando "não ter havido qualquer dano ao conjunto arquitetônico em decorrência das melhorias da estrutura interna de seu prédio, realizadas nos fundos do mesmo, sem comprometer a fachada externa. Acrescenta que a reforma era necessária para oferecer melhores condições de conforto aos turistas (...)".
2011	• Ofício enviado sobre colocação de toldo irregular. • Apelação cível: Como a ré entrou com pedido de aprovação de projeto na década de 1960, ela não pode alegar desconhecimento do tombamento.
2012	• Obra não havia sido demolida
2013	• Entrada de projeto de reforma do restaurante. IPHAN responde aprovando projeto. • Advogado revoga qualquer autorização em nome do locatário.
2014	• Carta ao IPHAN informando mudança de propriedade e proibição de qualquer obra de demolição no imóvel. • Análise jurídica do caso pela procuradoria do IPHAN: Nove anos decorridos da sentença sem a demolição. Deve-se incluir a atual proprietária na obrigação de demolição, sem excluir a antiga proprietária do ônus. • Obra de demolição procedida pelo inquilino.
Comentários	
Outro imóvel que possui projeto aprovado pelo IPHAN na década de 1970. Tal aprovação foi, inclusive, usada em processo judicial para denotar o conhecimento do proprietário sobre o tombamento do conjunto. Nota-se que, durante 20 anos - 1970 e 1993 -, pequenas obras são executadas sem passar pelo órgão. Entende-se que a aprovação inicial seria importante (em uma leitura fachada), porém, obras de melhoria não. Sobre os usos: A mudança de uso aparece no início da década de 1990, para adaptação ao restaurante. Durante 30 anos, não há qualquer interação entre IPHAN e o proprietário, os projetos só são apresentados após a solicitação do órgão. Quais os conflitos? O inquilino quer adaptar seu uso, aproveitar o potencial do terreno e o	

IPHAN barra a ocupação. Há a justificativa de que se alterou apenas os fundos, melhorias que visam aprimorar o atendimento ao turista, além de não comprometer a fachada.
Quais os informantes? A proprietária, dona do imóvel; o inquilino, que usufrui do estabelecimento comercial há mais de 20 anos; os agentes do IPHAN (técnicos e procuradores); a autoridade julgadora; o advogado da segunda proprietária, que compra o terreno com a ação demolitória por mais de dois milhões, denotando a lucratividade do negócio.
Sobre a cidade: O processo mostra, no início da década de 1990, a mudança de uso para atendimento ao turista.

Processo do Imóvel n°62

Informações registro de imóvel ou escritura de compra e venda			
Proprietário	**Informações do Proprietário**	**Ano**	**Valor de venda**
Proprietário 01	Residente em Tiradentes. Terreno foi aforado pela Prefeitura. Em 1966, construiu a casa.	1978	Cr$60.000,00
Proprietário 02	Industrial, residente em Tiradentes.		
Proprietário 03	Inquilino, dono de sorveteria – (informação de ofício do IPHAN).	1998	
Proprietário 04	Inquilino, dono da chocolateria.	2009	
Comentários			
Imóvel pertencente ao mesmo proprietário do n°60, sendo sempre utilizado como loja (alugado).			

Documentação Fotográfica	
Ano	**Descrição**
1995	Casa pequena, de duas águas, dividida em duas lojas: sorveteria e bar/restaurante. Os fundos do terreno com uma cobertura e portões precários, que nada se assemelham à construção atual, com restaurante sofisticado.

Usos	
Uso Atual	Comercial (restaurante)
Usos Anteriores	A escritura cita que, quando aforado, em 1966, foi construída uma casa de morada. Década de 1990 - sorveteria; 2002 – lojas; 2011 - restaurante.

Situação do imóvel
Pendências para adequação – Imóvel em situação irregular

Resumo do processo	
1995	• Primeiro registro do processo: documentação fotográfica, que demonstra uma pequena obra na lateral do volume, uma ampliação do comércio. • Levantamento topográfico de dois terrenos do mesmo proprietário, n°62 e n°86.
1998	• Ofício ao dono da sorveteria solicitando alterar cor fachada.
	• Projeto para instalação de um posto de atendimento do Banco do Brasil no

2002	imóvel. Laudo do projeto pelo IPHAN cita que a área antes era livre, ligando Largo das Forras e Largo das Mercês. Ainda que a atual edificação possua acréscimos contínuos irregulares que representam forte degradação para o conjunto tombado, cita que o atual imóvel possui, também, condições degradantes e que, pela melhoria que a nova proposta representa, apesar de ampliar os limites construídos, é passível de aprovação. Essa justificativa segue em laudo para superintendência regional, sem aprovação de projeto ou retorno. • Projeto aprovado: Quatro lojas; fachada colonial. Obra foi paralisada por estar em desacordo ao projeto - altura dos vãos, altura do pé-direito e afastamento do ribeiro.
2009	• Ofício do IPHAN ao proprietário e ao inquilino informando irregularidades na pintura e placas no estabelecimento.
2010	• Inquilino solicita prazo para regularização.
2011	• Entrada de projeto transformando as quatro lojas em restaurante. • Ofício do IPHAN solicitando adequação da edificação àquela provada em 2002. Advogado entra no processo pedindo prorrogação do prazo.
2013	• Laudo feito pelo IPHAN afirma que as obras do restaurante foram executadas e as irregularidades persistem. • Notificação extrajudicial • Entrada de projeto pelo inquilino, que não é aprovado devido à pavimentação da área livre. • Advogado pede para área não pavimentada ser coberta de seixos - pedido negado pelo IPHAN.
Comentários	
Sobre os usos: Desde a década de 1970, o imóvel é alugado para comércio. O proprietário é um empresário local, dono de outros imóveis no Largo. Quais os conflitos? Adaptação para uso comercial, obras feitas sem autorização do IPHAN, obras feitas pelo inquilino.	

Processo do Imóvel n°71

Informações registro de imóvel ou escritura de compra e venda			
Proprietário	**Informações do Proprietário**	**Ano**	**Valor de venda**
Prefeitura	Registro de imóveis.	1963	Cr$60.000,00
Proprietária 01			

Documentação Fotográfica	
Ano	**Descrição**
1930	Foto do imóvel.
1940	Foto do imóvel.

Usos	
Uso Atual	Sede da Secretaria de Turismo da Prefeitura.
Usos Anteriores	2003 – Correios

Situação do imóvel
Imóvel em situação regular

Resumo do processo	
1995	• Projeto de ampliação do imóvel pelo prefeito Nilzio Barbosa. O projeto não foi aprovado e não foi possível entender se foi executado.
2000	• Pedido para execução de banheiros
2003	• Projeto aprovado - modificação interna para Correios.
2005	• Ofício dos Bombeiros Voluntários informando o risco de incêndio por conta das instalações elétricas e outros problemas. • Prefeito solicita mão de obra do IPHAN para restaurar o telhado. O pedido foi negado, e a restauração foi executada pela prefeitura.
2015	• Pedido de autorização para instalação de equipamento de telefonia celular. Foi permitido pelo IPHAN.

Processo do Imóvel n°80

Informações registro de imóvel ou escritura de compra e venda			
Proprietário	**Informações do Proprietário**	**Ano**	**Valor de venda**
Prefeitura	Prefeito Luiz Carlos Barbosa	20/10/1991	Cr$180.000,00
Proprietário 01	Comerciante		
Proprietário 02		28/11/1991	Cr$230.000,00
Proprietário 03	Professora		
Proprietário 04		15/05/1992	Cr$300.000,00
Proprietário 05	Comerciante		
Comentários			
Venda do terreno. O valor dobrou em seis meses.			

Documentação Fotográfica	
Ano	**Descrição**
	Existem fotos impressas dos acréscimos nos fundos e sua posterior demolição

Usos	
Uso Atual	Restaurante Mineiríssimo
Usos Anteriores	1992 - Bar do Celso e loja (fonte: Inbi/Su)

Situação do imóvel
Imóvel em situação regular (Entretanto, foi objeto de ACP com ação demolitória).

Resumo do processo	
1992	• Planta do Inbi/Su. Levantamento.
1997	• Na mudança de inquilino, ocorreu uma reforma para abrigar a churrascaria.
1998	• Notificação extrajudicial: obras de reforma e acréscimos sem projeto aprovado. • Laudo Técnico: em 1997, foi protocolado um projeto em desacordo com a obra que estava sendo executada. Solicitou-se novo projeto, sem acréscimo de área construída e com afastamento de 10m do ribeiro. Esse pedido não foi atendido e o proprietário ocupou todo o terreno. A obra não foi paralisada e a churrascaria já está em funcionamento.
1999	• Abertura de ACP • Na contestação do réu, o advogado afirma que o documento do InBi/Su

	trata-se apenas de uma proposta ainda não aprovada por nenhum instrumento legal, não podendo ser aceita. Em retorno, o IPHAN alega que antes de ser apresentada ao Conselho Consultivo do IPHAN, a proposta foi objeto de sessão extraordinária na Câmara Municipal, ocorrida em 24 de outubro de 1994 e de uma exposição, no período de 17 a 27 de novembro do mesmo ano, no antigo Fórum, visando sua ampla divulgação para a comunidade. "Em realidade, as normas auxiliam muito os proprietários de imóveis tombados no sentido de que saibam, de antemão, o que podem ou não fazer em seus imóveis".
2001	• Ofício ao proprietário e inquilino, solicitando mudança na cor da fachada.
2002	• Sentença: demolição e multa.
2011	• Memorando informando a execução das obras.
Comentários	
Esse processo apresenta uma justificativa jurídica do Inbi/Su, tanto de não concordância como norma, quanto a defesa do IPHAN, afirmando que era de pleno conhecimento da população. As mudanças (que ocasionaram o conflito) ocorreram em função da troca do inquilino e mudança de uso. Entretanto, quem respondeu foi o proprietário.	

Processo do Imóvel n°88A

Informações registro de imóvel ou escritura de compra e venda			
Proprietário	**Informações do Proprietário**	**Ano**	**Valor de venda**
Proprietário 01 (vendedor)	O lote pertencia ao quintal de sua residência, n°48	05/10/1976	Cr$150.000,00
Proprietário 02 (comprador)			
Prefeitura	Prefeito Josafá Pereira Filho	07/11/1978	Cr$8.910,00
Proprietário 03 (comprador)			
Proprietário 04 (comprador)	Comerciante residente em SJDR	29/12/78	Cr$400.000,00
Proprietário 05 (comprador)	Industrial residente em Tiradentes		

Documentação Fotográfica	
Ano	**Descrição**
1989	Foto mostra o imóvel dividido em duas lojas: Prataria Emilinha e Sandro Artesanato em Geral. "Prataria, bijouterias, pedra sabão e porcelana". É possível visualizar também o posto Shell.
1996	Foto mostra uso como bar/restaurante
	Foto impressa, sem data, do salão com as inscrições: “objetos religiosos” - Filial da loja S.S.T. Construção simples.

Usos	
Uso Atual	Bar/restaurante
Usos Anteriores	1965 – Salão construído para a formatura da turma do ginásio São Joao Evangelista (1° turma). Antes, era quintal do Sr. Lourenço Firmino; Final de 1960 e início de 1970 - sede do Grêmio esportivo de São João Evangelista, onde foram realizados bailes com música mecânica, festas carnavalescas, projeções de cinemas. Lá também funcionou bar, restaurante e lojas de artesanato. (Fonte: relato do servidor Olinto no processo).

Situação do imóvel
Imóvel em situação irregular. ACP foi solicitada em 1997, entretanto, não foi executada.

Resumo do processo	
1989	• Ofício ao prefeito paralisando obra irregular.

1992	• Planta rascunho Inbi/Su.
1995	• Solicitação para pequenas obras: cobertura de telha de cerâmica na fachada.
2000	• Barraca comercial é colocada sem autorização.
2001	• Notificação Extrajudicial: obra sem autorização.
2003	• Inquilino pede autorização para instalação de banheiros. Termo de compromisso autoriza a execução apenas pelo período do carnaval.
2005	• Solicitação de demolição dos banheiros.
2007	• Notificação por conta do excesso de objetos em frente à fachada frontal. Poluição visual.
2011	• Solicitação de paralisação de obra irregular. Apresentação de levantamento arquitetônico. O IPHAN solicita a redução de taxa de ocupação para 40%.
2013	• Apresentação de levantamento arquitetônico. IPHAN solicita a redução de taxa de ocupação para 40% e afastamento de 10 metros do ribeiro. • Envio de ofício solicitando o projeto arquitetônico. • Retorno do advogado solicitando vistas ao processo e informando que está realizando a confecção de anteprojeto (n°60B, 62 e 88A).

Processo do Imóvel n°86

Informações registro de imóvel ou escritura de compra e venda			
Proprietário	**Informações do Proprietário**	**Ano**	**Valor de venda**
Proprietário 01	Sem documentação de cartório no processo		

Documentação Fotográfica	
Ano	**Descrição**
1997	Foto da fachada frontal posterior ao parecer técnico

Usos	
Uso Atual	Restaurante San Felice
Usos Anteriores	1970 – Residência. Nas décadas posteriores, houve diversos usos comerciais.

Situação do imóvel
Imóvel em situação regular.

Resumo do processo	
1997	• Parecer Técnico: imóvel construído na década de 1970, "sem valor arquitetônico", para uso residencial. Desde então, sofreu reformas para uso comercial. Parecer favorável à aprovação. Reforma para uso como restaurante. • Projeto aprovado. Demolição nos fundos do terreno.
2000	• Ofício ao proprietário informando que o inquilino pintou a fachada conforme o permitido para o setor, mas manteve as laterais e fachada posterior em terracota, incompatível com as normas.
2012	• Pedido do inquilino de autorização para a reforma de manutenção da calçada. Autorizado pelo IPHAN.

Processo do Imóvel n°30

Informações registro de imóvel ou escritura de compra e venda			
Proprietário	**Informações do Proprietário**	**Ano**	**Valor de venda**
Proprietário 01 (comprador)	Tiradentino.	13/08/2009	R$55.000,00
Proprietário 02 (vendedor)	Tiradentino.		
Proprietário 03	Inquilino - Chocolateria Puro Cacau		
Comentários			
O inquilino aluga outros dois imóveis na praça. Todas as obras de reforma são discutidas com os inquilinos.			

Usos	
Uso Atual	Bar/Restaurante/Loja.
Usos Anteriores	Desde o primeiro registro, o imóvel tem uso comercial.

Situação do imóvel
Imóvel em situação regular. Já esteve irregular, mas o proprietário fez o projeto e procederam as demolições.

Resumo do processo	
2001	• Ofício solicitando alteração da cor da edificação. “Através do conhecimento da arquitetura portuguesa e no reconhecimento da cor branca como sendo uma das características marcantes desse patrimônio arquitetônico, o imóvel deve ser pintado em cor branca fosca e, nas esquadrias, o uso de cor fosca em tons escuros”. Direcionado aos herdeiros de Francisco Veloso.
2003	• Solicitação de pequenas obras, dentre elas, a colocação de uma vitrine. Autorizadas pelo IPHAN, com ressalva nas cores das pinturas. • Notificação extrajudicial em função da cor laranja empregada nos detalhes arquitetônicos da fachada.
2004	• Delegado de polícia informa ao IPHAN a "péssima situação" da rede elétrica do imóvel e o risco de incêndio. • Em resposta, o Corpo de Bombeiros Voluntários informa que não está apto a realizar vistorias. • O IPHAN informa que realizou vistoria, que a rede elétrica está em bom estado geral e que foi recomendado o uso de extintor.
2008	• Solicitação de pequenas obras, aprovada pelo IPHAN, com a condição de retornar ao estado aprovado em 2003.

	• Ofício solicitando a retirada da placa que prejudica a visibilidade da edificação.
2010	• Ofício solicitando paralisação de obra irregular, o primeiro destinado ao atual proprietário. • Projeto apresentado pelo inquilino de reforma: duas lojas transformadas em uma. A proposta não foi aprovada, pois não se adequa as normas vigentes em relação à taxa de ocupação, que ultrapassa os 40%. O ofício ressalta que, atualmente, a ocupação do lote já se encontra em desacordo.
2012	• Solicitação de pequenas obras pelo inquilino: alterações de revestimentos internos. Não aprovada pelo IPHAN com a justificativa de que o imóvel estava em situação irregular e solicita regularização.
2013	• Ofício do proprietário informando que verificou obras irregulares no imóvel, feitas pelos dois inquilinos. Explica que está negociando a regularização com os mesmos.
2014	• Projeto aprovado pelo IPHAN em conformidade com as diretrizes: redução da área construída.
Comentários	
Quais os conflitos? O projeto só contempla informações a partir de 2001. Desde então, são solicitadas pequenas reformas para adaptação ao uso comercial. Quando o IPHAN vê, a obra que o inquilino começa é irregular, o imóvel foi ocupado acima dos valores permitidos. Não há dificuldades em regularizar, uma vez que o proprietário informa seu interesse. Quais os informantes? Nesse caso, o diálogo acontece entre os inquilinos e o IPHAN. Há, também, um diálogo entre a polícia, o corpo de bombeiros voluntários e o IPHAN. Sobre a cidade: Nota-se que o imóvel pertence a um tiradentino que aluga o imóvel para terceiros explorarem o uso comercial.	

Processo do Imóvel n°88

Informações registro de imóvel ou escritura de compra e venda			
Proprietário	**Informações do Proprietário**	**Ano**	**Valor de venda**
Companhia Inglesa de Mineração		1826	
Proprietário 01 (vendedor)		1970	
Proprietário 01 (vendedor)	Industrial	1982	CR$4.000.000,00
Proprietário 02 (comprador)	Médicos de São João del-Rei		
Proprietário 02 (vendedor)	Médicos de São João del-Rei	1986	Cr$300.000,00 (trezentos mil cruzados)
Proprietário 03 (comprador)			
Proprietário 03 (comprador)			

Documentação Fotográfica	
Ano	**Descrição**
1989	Foto de dentro do terreno. Mostra a movimentação de terra e grande construção do hotel.
1996	Foto do alto do S. Francisco, mostrando os chalés de madeira.

Usos	
Uso Atual	Hotel
Usos Anteriores	Desde 1975, é um hotel. Por volta de 1940, foi garagem de ônibus. Originalmente, era um sobrado construído nos fins do século XVIII. Fonte: Parecer Técnico n°21/2005

Situação do imóvel
Imóvel em situação regular. Foi objeto de ACP (duas ações diferentes para o mesmo imóvel) e procederam as demolições.

Resumo do processo	
1989	• Documentação fotográfica enviada à regional. • Ofício ao proprietário, solicitando paralisação da obra e comparecimento ao ET. • Ofício ao Prefeito, solicitando colaboração para apurar irregularidades da

	obra.
1993	• Construção de chalés de madeira sem autorização do IPHAN. • Notificação extrajudicial solicitando paralisação de obra/demolição dos chalés.
1995	• Ofício enviado ao proprietário, solicitando o projeto da obra irregular. • Notificação Extrajudicial por construção irregular sem projeto aprovado. • Parecer Técnico: Início da construção do hotel, de 1975, nos fundos do terreno de um antigo sobrado, que teve seu segundo pavimento demolido na década de 1940. A propriedade térrea foi, então, dividida em três proprietários. • Apresentação do projeto arquitetônico de construção de garagem pelo proprietário. Ofício informa: 1) Proprietário paralisou as obras conforme solicitado; 2) Acréscimo está distante da rua; 3) De acordo com perícia visual, a obra não é visível; 4) O acréscimo vai resultar em 12% de área construída; 5) Quer colaborar com a proteção do patrimônio. • Projeto aprovado. Por ofício, ocorre o indeferimento de construção de dormitório no segundo pavimento. Esse projeto não se encontra no processo.
1996	• Ofício informando ao proprietário que o IPHAN, após estudos do inventário, procedeu à definição de um padrão para a ocupação e desenvolvimento do conjunto. E que "é de competência exclusiva do IPHAN determinar o que agride ou não ‘as características locais’". • Carta de funcionários do IPHAN informando o que acham se tratar de um erro de interpretação das normas de Tiradentes. Fala sobre a retirada de árvores, da iluminação que compete com a matriz e da impossibilidade de desmembramento, uma vez que a taxa de ocupação ultrapassa ao que é proposto pela norma.
1997	• Aprovação de projeto de garagem. • Abertura de ACP.
2002	• Sentença da ACP dando ganho de causa ao IPHAN e obrigando o proprietário a proceder à demolição das obras irregulares.
2006	• Proposta de desmembramento indeferido por estar com taxa de ocupação acima do permitido e em processo judicial. Informações do parecer técnico: o terreno pertencia à Companhia Inglesa de Mineração (1826). Nele, havia um sobrado construído no final do século XVIII, que, por volta de 1940, teve seu segundo pavimento demolido, a porta central alargada e transformado em garagem de ônibus. Na mesma época, fez-se o frontão de gosto neocolonial. Em 1970, foi feito o hotel (Geraldo Conceição e Laurito José Cabral), vendido em 1982 para um grupo de médicos de São João del-Rei e, em 1984, para os atuais proprietários.
2009	• Ofício informando à chefe da divisão técnica que o proprietário cumpriu a

	obrigação imposta pela sentença: demolição dos chalés de madeira, do acréscimo do segundo pavimento sobre a garagem e da cobertura da piscina aquecida, regularizando a situação do imóvel.
Comentários	
Diferentes entendimentos da norma. Interessante que a primeira construção irregular é feita em 1993, antes da normativa. O que agride é o estilo de chalé, construções de segundo pavimento que são visíveis e contrastam com o estilo dominante ou chamam atenção que não deveriam. Assim, também acontece com a iluminação que compete com a matriz. A taxa de ocupação é apontada como fator importante.	

Processo do Imóvel n°38

Informações registro de imóvel ou escritura de compra e venda			
Proprietário	**Informações do Proprietário**	**Ano**	**Valor de venda**
Proprietário 01 (vendedor)	Tiradentino. Sem informações - documento SAT.	1991 (contrato de compra e venda)	Cr$9.000.000,00
Proprietário 02 (comprador)	Tiradentino. Documento IPHAN informa que o imóvel foi comprado por volta de 1990, mas que não tem registro.		

Documentação Fotográfica	
Ano	**Descrição**
1980 (?)	Foto do arquivo da SAT, que mostra o uso residencial (criança sentada na janela), fachada mal conservada, poste na rua. Casa de fachada simples, uma janela e uma porta.
1988	Foto do imóvel com uso comercial: "Prataria"

Usos	
Uso Atual	Comercial – artesanato.
Usos Anteriores	1980 - Uso residencial, conforme documento da SAT; 1988 - Uso comercial - Prataria (carta ao IPHAN solicitando alterações).

Situação do imóvel
Imóvel em situação regular. Imóvel passou por ACP e procedeu a demolição.

Resumo do processo	
1980	• Cópia do texto da SAT. Casa térrea, fachada com uma porta e uma janela e interior de dois quartos, sala e cozinha. Uso residencial.
1988	• Carta dos proprietários ao IPHAN solicitando permissão para adaptação ao uso comercial. Substituição de janela por porta.
1995	• Laudo de Vistoria: alteração de fachada, reforma interna e acréscimo nos fundos do lote. Um dos poucos exemplares de arquitetura colonial existente no largo. A obra da fachada foi executada em conformidade com os critérios estabelecidos. Em maio de 1995, o proprietário executa acréscimo aos fundos, sem projeto aprovado. Objeto de notificação extrajudicial. Em outubro de 1995, o imóvel continuou sendo alterado - fachada, reforma interna e obra nos fundos do terreno.

	• Notificação extrajudicial - alteração da fachada: largura da porta aumentada, substituição de vergas e portas com modelos diferentes, socos de pedra pintados.
1997	• Laudo de Vistoria: observação de que as obras nos fundos do imóvel estão concluídas. Ocupou toda a área livre do terreno. Solicita a coordenadoria medidas judiciais cabíveis. Levantamento do Inbi/Su aparece no projeto.
1998	• Abertura de ACP.
1999	• Réplica do proprietário: O projeto Piloto (Inbi/Su) não tem embasamento legal para a propositura da ação. Alega, também, que o bem não é tombado. "O réu realizou obras na fachada e nos fundos do imóvel em questão, nos estritos padrões do Entorno de preservação da praça principal da cidade de Tiradentes/MG, não afetando a integridade dos bens tidos como tombados". Replica do IPHAN: "o autor (IPHAN) possui, em seu quadro pessoal, arquitetos especialmente treinados com a função de avaliar, dentro dos padrões técnicos, quais as melhores soluções para os imóveis (...)". "O chamado 'juízo de valor' não cabe de forma alguma a um particular (...)".
2001	• Sentença do juiz: O réu questiona que a obra não afeta a integridade dos bens tombados e não viola preceitos relativos à proteção do patrimônio cultural. A ocupação de todo o lote não descaracteriza o espaço urbano e, por fim, cita que o IPHAN aprovou um prédio em estilo moderno para a pousada Mãe D'água, com alterações na fachada e ocupação de todo o terreno. O juiz entende que o réu já adquiriu o terreno com a ocupação atual e não é obrigado a proceder às demolições, apenas corrigir a fachada. • Importância de manutenção do traçado urbano, da taxa de ocupação e volumetria do imóvel, "além da tão falada preservação da fachada". • Parecer sobre a recomposição da fachada, destinado ao proprietário. • Apelação do IPHAN quanto à sentença, para que, além da fachada, o proprietário proceda à demolição de anexos irregulares.
2007	• Resultado da apelação: o proprietário deve proceder às demolições.
2008	• Proprietário informa que as obras foram executadas na fachada o imóvel. Chefe do Escritório relata que foram executadas de forma incorreta, mesmo depois de orientação técnica e visita ao local.
2009	• Apresentação de projeto de demolição. Solicitada alterações na áea permeável.
2010	• Apresentação de projeto reformulado. Projeto aprovado: loja única, demolição dos acréscimos irregulares e correção da fachada.
2011	• Conclusão da obra de adequação
Comentários	
Informação do Laudo Técnico que o largo sofreu adensamento na década de 1970, com edificações que imitam o estilo colonial. Esse imóvel é um dos poucos exemplares de arquitetura colonial existente no Largo. O processo conta as transformações da cidade. Casa	

colonial, moradia simples, vendida no início da década de 1990 para uso comercial. Acréscimo de área, transformações na fachada, abertura de ACP e demolições.

Processo do Imóvel n°48

Informações registro de imóvel ou escritura de compra e venda			
Proprietário	**Informações do Proprietário**	**Ano**	**Valor de venda**
Proprietário 01 (locador)		1988	Cr$200.000,00 (duzentos mil cruzados) pelos 42 meses de aluguel
Proprietário 02 (locatária)		1992	2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiro)

Documentação Fotográfica	
Ano	**Descrição**
	Foto antiga da casa residencial que existia no terreno, construída na década de 1930, de acordo com informações no processo. Não tinha características coloniais e o telhado era recortado.
1987	Foto em preto e branco, mostrando a edificação ao lado do banco Bamerindus.
1988	Foto mostrando a garagem adaptada para uso comercial (loja). Na foto, os imóveis vizinhos: biblioteca pública, serviço de assistência social, banco Bamerindus, comércio.

Usos	
Uso Atual	Pousada e loja de artesanato
Usos Anteriores	1987- Comércio de artesanato regional, joias e bijouterias.

Situação do imóvel
Imóvel em situação irregular. ACP concluída, mas não procedeu a demolição.

Resumo do processo	
1987	• Solicitação da proprietária para acréscimo de garagem, necessidade de ampliação em função do ponto comercial. A solicitante ressalta na carta que reconhece a importância "de manter a cidade de Tiradentes com todas as características e peculiaridades do barroco mineiro, se comprometendo a não violar tais requisitos (...)" destaca "o aspecto social de sua pretensão, como maior oferta de empregos e maiores opções de atendimento aos milhares de visitantes que afloram à nossa cidade".
1988	• Ofício ao proprietário informando que o inquilino pintou a fachada conforme o permitido para o setor, mas manteve as laterais e fachada

	posterior em terracota, incompatível com as normas.
1990	• Apresentado projeto para reconstrução do imóvel: loja em vão único com mezanino. Ofício informa que a construção é da década de 1930 e sofreu reformas em 1957, 1970 e 1987.
1991	• Apresentação de projeto com loja no 1° pavimento e apartamento no 2° pavimento. Projeto não é aprovado devido à volumetria incompatível para a área em questão. • Projeto aprovado. Loja e apartamento na parte superior. • Apresentado projeto para construção de dormitórios na paste posterior do terreno.
1992	• Memorando da chefe do ET para coordenador regional do IPHAN informando que a construção nas margens do ribeiro não foi paralisada, e solicitando critérios para tratar toda essa área, taxa de ocupação e proteção de cursos d'água.
1994	• IPHAN solicita paralisação das obras.
1997	• Notificação extrajudicial.
1998	• Abertura da ACP.
2007	• Resultado da ACP: demolição de todos os acréscimos efetuados no imóvel, promovidos irregularmente, excetuando-se aquele que resultou da reforma que teve seu projeto aprovado pelo IPHAN, tudo visando à recomposição das feições do bem tombado.
2014	• Entende-se que a ACP resultou em demolições, que não foram executadas. • Tentativa de negociar a demolição, negada pelo IPHAN.
2016	• Aprovado projeto de demolição.

Processo do Imóvel n°71

Informações registro de imóvel ou escritura de compra e venda			
Proprietário	**Informações do Proprietário**	**Ano**	**Valor de venda**
Proprietário 01 (vendedor)	Industrial	10/11/1980	Cr$$3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil cruzeiros)
Proprietário 02 (comprador)	Industrial		
Comentários			
Informações na escritura de que o terreno tem averbações de 05/02/1969 (Cr$2.000,00) e 22/08/1972 (Cr$5.000,00).			

Usos	
Uso Atual	Pousada.
Usos Anteriores	Restaurante, loja de prataria, pousada.

Situação do imóvel
Imóvel em situação irregular. ACP solicita demolição que ainda não foi finalizada.

Resumo do processo	
1970	• Projeto com loja na parte inferior e residência na superior (projeto de construção).
1994	• Pedido de uma empresa de construções para elevar o telhado e fazer um sótão utilizável. No documento, fala-se que no prédio funciona o restaurante "Sinhá Moça" e que as janelas ficarão "invisíveis do nível da praça e em nada afetarão a harmonia das formas e volumes das edificações atualmente existentes". • Em retorno, a chefe do IPHAN informa que o imóvel está em área de proteção mais rigorosa, onde não se permite acréscimo vertical no volume. • Ofício aos proprietários solicitando paralisação de obra irregular e apresentação de projeto. Informa que não pode haver abertura nas empenas.
1995	• Apresentação de projeto. No parecer técnico, a arquiteta informa que seu uso como pousada é recente e que o salão é utilizado para festas e recepções. Fala, também, que as construções pretendidas ultrapassam a taxa de ocupação e não são passíveis de aprovação. As construções são ampliações para uso como pousada. A arquiteta informa que a obra de 1994 não foi paralisada e o proprietário não apresentou projeto. Foram feitas algumas visitas no local e a arquiteta reforçou o pedido do projeto para análise. A mesma informa que "continua existindo uma pressão muito grande para a sua aprovação" e solicita que o despacho seja encaminhado

	da superintendência diretamente para o proprietário. • Ofício da SR ao proprietário, informando o indeferimento do projeto e a possibilidade de entrar com recurso em 30 dias.
1998	• Notificação extrajudicial.
1999	• Abertura de ACP.
2000	• Relatório fotográfico expondo obras de construção de segundo pavimento.
2004	• Troca de ofícios informa que a sentença saiu. Em atendimento à sentença, o proprietário apresentou a planta de cobertura de todos os volumes. Porém, apenas com a planta de cobertura, não é possível proceder a análise. • Parecer técnico de 2004 informa que as normas estão sendo utilizadas desde janeiro de 1995. O imóvel poderia ter 12,5% de área ocupada e apresenta mais de 70%. Solicita demolição das construções irregulares e retorno ao volume aprovado na década de 1970.
2006	• Abre-se nova ACP que pede a demolição das irregularidades. • Advogados do réu, em contestação, alegam que é competência exclusiva dos municípios a autorização de construções; questionam que a proposta de critérios não é lei e que o parecer técnico não foi de conhecimento do proprietário, portanto é uma ilegalidade administrativa. • Advogados do réu se reúnem com a procuradoria para tentar um acordo que não leve à demolição de todas as construções irregulares e ao retorno ao projeto aprovado na década de 1970. A resposta é de que somente se as normas forem revistas com relação a taxa de ocupação é que seria possível uma negociação. PA de 2006 previa a liberação de recursos para revisão da norma.
2007	• Quesitos a serem respondidos pela perícia apresentados pelo escritório. • Pequenas obras autorizadas pelo ET. • Laudo técnico da perita informa que a taxa de ocupação deve ser de 50% e que, como o tombamento é de conjunto, deve-se atentar à visibilidade. O interior da edificação (no lote), que não é visível, não deveria ser alterado.
2008	• Resposta do IPHAN ao Laudo Pericial.
2009	• Proprietário pede a realização de TAC, informando que deseja adquirir um lote de 300m² para compensação.
2010	• Ministério Público Federal pede a demolição e retorno das construções aprovadas na década de 1970.
2012	• Advogado do proprietário pede ofício informando que o bem não é tombado isoladamente.
Comentários	
ACP petição inicial: "Entendendo Tiradentes como centro urbano, o Largo das Forras participa da formação urbana como núcleo centralizador e irradiador do espaço construído, com sua dinâmica social. Ele se adensou nos últimos 30 anos, representando, na cidade, registros da ocupação sob a orientação do órgão nacional de preservação" (p.2). Caso bem	

interessante. O conflito é mais bem elaborado e discutido por advogados, IPHAN, Peritos e Ministério Público.

Apêndice B – Roteiro das Entrevistas

Questões Gerais
Nome do entrevistado, idade, profissão.
Onde mora? É natural de Tiradentes?
Qual a importância da cidade para você?
O que você considera patrimônio na cidade?
Qual a importância desse patrimônio?
O Largo das Forras é patrimônio (histórico/artístico/cultural)?
O que você mais valoriza no Largo? Por quê?
Como era o Largo no passado? E hoje? Melhorou? Piorou?
Qual sua opinião sobre os eventos que acontecem no Largo?
Questões específicas para os trabalhadores
Quantas vezes por semana você frequenta o Largo? Vai também a lazer?
Quais as vantagens e dificuldades de se trabalhar em Tiradentes? E no Largo?
Questões específicas para os produtores de eventos
Porque o evento é realizado em Tiradentes?
Porque escolheu o Largo das Forras para realizar o evento?
Quais as vantagens e dificuldades de realizar o evento?
Como era o evento no passado? E hoje? Melhorou? Piorou?
Questões específicas para os proprietários de imóveis no Largo das Forras
Há quanto tempo tem imóvel no Largo? Porque tem imóvel ali?
Quais as vantagens e dificuldades de ser proprietário de imóvel em Tiradentes e no largo das Forras?
Questões específicas para os empresários
Porque tem seu negócio em Tiradentes? Porque escolheu o Largo?
Quais as vantagens e dificuldades de ter seu negócio no Largo?